

**FERNANDO
NOGUEIRA DA
COSTA**

LEITURAS
DE CABECEIRA

ECONOMIA MUNDIAL

CIDADANIA & CULTURA

fernandonogueiracosta.wordpress.com

© Blog Cultura & Cidadania – 2019

Fernando Nogueira da Costa

COSTA, Fernando Nogueira da
Leituras de Cabeceira: Economia Mundial.
Campinas, SP: Blog Cultura & Cidadania, 2019.
129p.

1 Potências Econômicas. 2. Impérios.
3. Desenvolvimento. I. Título.

330
C837I

Sumário

PREFÁCIO	5
Parte I -	
ASCENSÃO E QUEDA DE GRANDES POTÊNCIAS	9
<i>Falsa Economia: Individualismo Metodológico em História</i>	10
História Econômica	12
Métodos Equivocados de Pesquisa Histórica	14
<i>Ascensão e Queda das Grandes Potências</i>	17
Ascensão e Queda da China como Grande Potência	21
<i>O Peso do Estado na Pátria do Mercado</i>	23
Mudanças Estruturais dos Estados Unidos	28
Sociedade Norte-americana: Urbano-Industrial e Financeira	31
<i>O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano: 1776-1860</i>	33
Relação entre o Estado e o Desenvolvimento Econômico Americano	37
<i>Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica</i>	40
<i>O Petróleo - Uma História Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro</i>	43
Era do Petróleo	48
Estados Unidos Contra Trustes & Cartéis	52
Imprensa Progressista: Combate aos Cartéis e Trustes	56
Theodore Roosevelt Contra John D. Rockefeller	59
Libertação da Tecnologia na Indústria do Petróleo: Era da Gasolina	61
<i>The Quest - Energy, Security and the Remaking of the Modern World</i>	62
Geopolítica do Petróleo	65
<i>Sobre a China</i>	70
China: “Tudo Sob o Céu”	71
Confucionismo	74
Grande Revolução Cultural Proletária na China	77
Programa de Reforma e Abertura para Socialismo de Mercado	79
<i>A China Explicada Para Brasileiros</i>	81
Parte II -	
DESENVOLVIMENTO MUNDIAL	88
<i>Desenvolvimento como Liberdade</i>	89
<i>As Pessoas Em Primeiro Lugar: Identidades e Identificações</i>	91
<i>O Mundo é Plano: Uma Breve História do Século XXI</i>	95
O Mundo Gira, Meu Blog Roda e O Mundo é Plano?!	99
<i>O Mito dos Mercados Racionais: Uma História de Risco, Recompensa e Decepção em Wall Street</i>	101
<i>Inequality and Instability - A Study of the World Economy Just Before the Great Crisis</i> ..	104
<i>Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza</i>	107
Teoria da Desigualdade Mundial	109
Falsas Teorias da Desigualdade Mundial	113
Hipótese Geográfica como Causa da Desigualdade Mundial	116
Hipótese Climática como Causa da Desigualdade Mundial	117
Hipótese da Orientação dos Continentes como causa da Desigualdade Mundial	119
Hipótese Cultural como Causa da Desigualdade Mundial	121
Hipótese Religiosa como Causa da Desigualdade Mundial	122
Hipótese da Ignorância como Causa da Desigualdade Mundial	124
Instituições Econômicas Extrativistas e Inclusivas	127
Motores de Prosperidade	129
Instituições Políticas Extrativistas e Inclusivas	132
BIBLIOGRAFIA	136

SOBRE O COMPILADOR.....138

PREFÁCIO

A leitura revela traços de personalidade? E se a leitura for plural, múltipla, diversa em termos de assuntos e ideologia? Expressa falta de personalidade ou pensamento múltiplo e tolerante com a diversidade?

Necessitamos ter empatia com outras pessoas - e os livros nos permite isso. Ao nos colocarmos no lugar dos outros imaginamos como eles se sentem naquela posição. Essa postura é favorável, seja à solidariedade e à cooperação, seja para fazer negócio com uma proposta boa para ambos: o comprador e o vendedor.

Cada qual tem suas preferências pessoais, mas se há critérios subjetivos para avaliar um livro, quando ele entra na memória afetiva e jamais sai, há também critérios objetivos para fazer uma resenha de um livro.

O método para escrever resenhas, aprendido com um mestre e transmitido para meus alunos, tem quatro passos:

- Primeiro, contextualize o livro dentro de algum debate, mostrando qual é o “estado-da-arte”.
- Segundo, resuma o dito por o(s) autor(es) em suas próprias palavras, sem nenhum adjetivo.
- Terceiro, confronte a segunda parte com a primeira, isto é, mostre o avanço do autor em relação ao debate.
- Quarto e último, conclua avaliando o que ele poderia ter avançado e não o fez. Desse modo, o autor da resenha apresenta sua contribuição original ao debate. Só!

Ao se aproximar a data do nono aniversário do meu blog pessoal, surpreendentemente, constatei ter publicado trezentos e trinta artigos-resenhas. Ele me incentivou a leitura e o compartilhamento de minhas impressões a respeito de livros. Estes dividem com a música e o cinema minhas preferências de lazer. Sim, há tempos descobri o modo profissional de fazer o que faria de graça (ler) e ainda me pagarem por isso!

Misturo *fazer* e *lazer*: gosto de compartilhar tudo apreciado por mim. Vou aprendendo com a vida - e as leituras - e devolvo à sociedade, isto é, para quem quiser ler, o aprendido a partir de ensino público gratuito.

O blog se tornou um grande banco de dados e informações. Uso-o para organizar aulas e palestras. E, agora, livros. Podem ser úteis para alguém estudar.

Receio perder a memória... Por isso registro por escrito meus comentários sobre os livros lidos. Seu compartilhamento é um trabalho de voluntariado social.

Resolvi fazer coletâneas com as diversas resenhas postadas. Nomeei “Leituras de Cabeceira” pelo meu hábito de ler sempre antes de dormir. “Cabeceira” é um substantivo feminino sugestivo de metáforas válidas para o sentido da coletânea:

1. *em sentido lato, lado, parte ou extremidade de algo que corresponde à cabeça, a frente, a dianteira*
2. *p.ext. topo, extremidade ou parte mais alta*
 - 2.1. *extremidade de uma mesa retangular ou oval*
 - 2.2. *posição ou lugar de maior destaque, junto à mesa de uma refeição ou reunião, ou o que é ocupado pela(s) pessoa(s) mais importante(s)*
3. *(1546) parte da cama em que se repousa a cabeça, ao deitar-se*
4. *travesseiro, almofada para apoiar a cabeça*
 - 4.1. *p.ext. qualquer outro objeto feito ou us. para apoiar a cabeça durante o sono*
5. *parte do local da sepultura correspondente ao lado para o qual está voltada a cabeça do morto*
6. *p.ext. lápide colocada, ger. em posição vertical, nesse lugar, contendo inscrições acerca do defunto*
7. *início, ou os primeiros itens, de uma lista, rol ou relação*
8. *arq local no interior de uma igreja, ger. de forma semicircular e mais elevado que os outros recintos, situado na extremidade da nave principal, onde se encontra o altar-mor*
9. *enc m.q. cabeçada (no sentido de 'cordão ou debrum')*
10. *gráf m.q. cabeça (no sentido de 'as primeiras linhas')*
11. *(1710) B nascente de um rio, riacho; local em que está situada ou a região circunvizinha (mais us. no pl.) <o rio é pequeno e seca nas suas c.>*
12. *B conjunto das melhores reses, mais crescidas ou desenvolvidas, de uma boiada (mais us. no pl.)*

13. B *numa boiada, tropa ou rebanho, os animais que seguem à frente*
14. PA (Marajó) *parte do campo onde pasta o gado, distante do prédio principal da fazenda*
15. etn; MA *no bumba meu boi, toada ou cantiga executada pelo amo*
16. MT *trecho de mata coberto com buritis e onde há nascente(s) de rio(s) ou córrego(s)*
- Como substantivo masculino (1557):
17. *chefe, líder, comandante, dirigente; cabeça*
18. B (reg.) *vaqueiro que segue à frente da boiada ou ao lado da parte dianteira desta, logo atrás do guia e tange os animais*

O “livro de cabeceira” é aquele de leitura inesquecível ou memorável. Renovaremos sempre o interesse antes vivenciado com uma releitura de seu conteúdo através de uma breve resenha. Aqui, além das minhas, compilarei resumos e artigos-resenhas de outros autores, publicados na imprensa, e adequados ao uso didático.

Essa coletânea, um guia (ou amostra) de sugestões para leituras dos originais, é composta pelos seguintes volumes por ordem alfabética:

- Arte de Comunicar
- Arte do Roteiro
- Biografia e Futebol
- Ciência e Filosofia da Mente
- Economia
- Economia Mundial
- Finanças
- História do Brasil
- História dos Povos
- História Geral
- Política
- Sociologia e Comportamentos

Em *Leituras de Cabeceira*, o ensinamento básico a ser lembrado estará sempre à mão, no *iPad* ou *tablet*, para consultas e leituras oportunas. Quem quiser baixá-lo, clique em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/obras-quase-completas/>

Seus leitores terão a oportunidade de trocar impressões com outras pessoas, incentivando ao interlocutor o avaliar. Se essa leitura for realizada com inteligência e maturidade, devido à seleção de autores produtores de reflexões sábias, a pessoa será incentivada a ser melhor - e mais culta.

Então, indicar leituras de certos livros tem papel educativo. O mundo será melhor com maior escolarização da população e formação de leitores.

Este é o propósito de organizar essa série de coletâneas com as resenhas publicadas no blog *Cidadania & Cultura*: colaborar para a formação de cidadãos completos, conscientes tanto de seus direitos civis, políticos, sociais e econômicos, quanto da necessidade do cumprimento de seus deveres éticos e democráticos. Aliás, *estudar não é um direito a ser exercido ou não, mas é sim uma obrigação de todo cidadão!*

Eu me apresento aqui como quem compila. O compilador enfeixa, em uma única obra, textos, documentos e extratos provenientes de origens diversas. Em sentido pejorativo, acusa-se o compilador de ser um indivíduo cuja tarefa é meramente estruturar um texto sem interesse por se tratar de mero empréstimo de ideias ou passagens de outros autores ou de outras obras. Parodiando Lavoisier, “no processador de texto nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. No entanto, graças a esses sistemáticos estudos de obras de outros autores, ao longo de minha vida, pude escrever com criatividade alguma reflexão própria.

Parte I -
ASCENSÃO E QUEDA DE
GRANDES POTÊNCIAS

Falsa Economia: Individualismo Metodológico em História

Alan Beattie, autor do livro *Falsa Economia: Uma Surpreendente História Econômica do Mundo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; 2010), é jornalista do *Financial Times* há mais de dez anos e editor da área de comércio internacional desde 2004. Trabalhou no Banco da Inglaterra antes de se dedicar ao jornalismo. Como David Priestland, autor de *Uma Nova História do Poder: Comerciante, Guerreiro, Sábio* (São Paulo: Companhia das Letras; 2014), formou-se em História na Universidade de Oxford. Porém, partiu para um Mestrado em Economia por Cambridge.

Seu livro foi descrito pelo *The Economist* como *Uma História da Riqueza do Homem* (referência ao conhecido livro de Leo Huberman), mas recusando o destino, as divindades, a natureza e a cultura como personagens principais. Em *Falsa Economia*, o grande diferencial para o sucesso econômico são as decisões dos homens.

Alan Beattie, um dos mais conceituados jornalistas econômicos da atualidade, apresenta sua ousada tese por meio de nove casos emblemáticos. Eles se propõem derrubar o que ele chama de mitos fatalistas.

Começa pela falácia sobre os Estados Unidos e a Argentina, rivais na virada do século XX, com a Argentina entre as dez maiores economias do mundo. O primeiro se tornou uma das economias mais bem-sucedidas da história e o outro entrou em colapso. Foi a história de cada um e as escolhas de seus governantes, e não o destino, que determinaram o que cada país viria a se tornar hoje.

Percebe-se aí o tênue risco de escapar do *determinismo histórico*, mas cair no *individualismo metodológico*. Esta é a visão das teorias sociais deverem ser baseadas nas atitudes e comportamentos dos indivíduos, opondo-se ao *holismo metodológico*. Este assevera as teorias sociais deverem ser baseadas no comportamento de grupos irreduzíveis de indivíduos.

Outro mito abordado, religiões específicas serem ruins para o crescimento de um país, é desfeito com o exemplo da Malásia. País essencialmente formado por muçulmanos, é atualmente uma das economias mais bem-sucedidas do Sudeste Asiático.

Beattie ilustra outros casos explicando como e por que os países, sociedades e economias chegaram ao ponto atual: o que fez com que as cidades fossem como são, por que a corrupção destruiu alguns países e não outros, por que a economia que alimentou o Império Romano se tornou atualmente a maior importadora de grãos.

Ele conclui com Shakespeare: “Em nós, por vezes, se encontra o remédio”, ou seja, seriam as decisões humanas, de fato, o diferencial para as sociedades, no passado e no futuro. Nada pode fazer retroceder o passo da história, apagando o já feito - e é fato consumado. Mas ainda podemos compor o roteiro para o resto de nossas vidas e para o futuro além delas.

Sua advertência é: “a crise financeira que começou em 2007 e explodiu em todo o mundo em 2008 é um lembrete ao mesmo tempo do quão frágil e do quão reversível é a história do progresso humano. Mas deveria também nos recordar que nosso futuro está em nossas próprias mãos. Nós criamos esta bagunça e nós podemos sair dela.” Nós quem, cara-pálida?

Um holista não aceita essa imputação de toda a responsabilidade de eventos macrosociais a indivíduos isolados, personificando (ou “fulanizando”) a História com heróis e vilões ou apenas datas e lugares incomparáveis.

Para um *individualista metodológico*, como Beattie, busca confrontar uma falsa economia de ideias (uma caricatura do holismo): as noções de nosso futuro econômico estar predestinado e de sermos arrastados por forças impessoais gigantescas, incontroláveis e impessoais.

Para explicar a vasta complexidade da história econômica do mundo temos uma grande variedade de mitos fatalistas:

- algumas economias (os EUA e a Europa Ocidental) sempre enriquecerão e de que outras (África) sempre continuarão pobres,
- religiões específicas são intrinsecamente ruins para o crescimento,
- as forças do mercado são irrefreáveis,
- a orgulhosa vanguarda da globalização não pode ser derrotada nem obrigada a retroceder.

O objetivo do livro *Falsa Economia: Uma Surpreendente História Econômica do Mundo* é explicar como e por que os países, sociedades e economias chegaram à linha de chegada atual. Mas o autor desse livro, Alan Battie, rejeita a ideia de que o estado presente dessas economias estava predeterminado. Os países se defrontaram com escolhas de sujeitos individuais, e essas escolhas determinaram substancialmente seu êxito ou fracasso.

Isto é representativo do intuitivo *individualismo metodológico* de jornalistas não estudiosos de macroeconomia e, portanto, não detentores de uma visão sistêmica. Adotam o princípio do jornalismo: “toda história tem um rosto”. Sempre buscam um sujeito culpado ou responsável por tudo: “o bode

expiatório”. Não entendem a economia como um sistema complexo e dinâmico, emergente de múltiplas interações entre diversos agentes econômicos.

História Econômica

A História Econômica é algo difícil de se explicar e de se ler, por dois motivos.

Em primeiro lugar, envolve a união forçada de disciplinas que caem naturalmente em direções distintas.

A História, em sua forma mais tradicional, vive de pormenores e particularidades – aquilo que o historiador Arnold Toynbee (em tom de desaprovação) definiu como o estudo de “um maldito fato atrás do outro”.

A História enfatiza a importância da narrativa sobre:

1. o modo pelo qual os países se desenvolvem,
2. o papel desempenhado pelo acaso e pelas circunstâncias na influência de personagens e eventos importantes.

A Economia, por sua vez, tenta definir leis universais (“leis de movimento social”) a partir da confusão de dados que o mundo nos fornece:

1. gerando previsões confiáveis e testáveis sobre o funcionamento particular das economias, ou
2. começando em um ponto específico e seguindo por um caminho específico.

Ambas as abordagens apresentam riscos. Enquanto a História pode se tornar um acúmulo indisciplinado de fatos aleatórios, a Economia corre o risco de descender para a compressão pseudocientífica de uma realidade complexa em uma série simplista de moldes categóricos fixos.

Em segundo lugar, a História Econômica está sujeita ao fatalismo. Qualquer estudo que tenha como ponto final o tempo presente sempre será vulnerável à argumentação retrógrada a partir da conclusão. Isto fazem, tipicamente, os chamados “engenheiros de obra feita”, que deitam falação sobre o que deveria ser feito a posteriori. Por isso, economistas com metodologia dinâmica, como os da Escola de Estocolmo, distinguem as decisões individuais *ex-ante* dos resultados macrossociais *ex-post*. Como essas

decisões são descentralizadas, descoordenadas e desconhecidas umas das outras, a resultante delas é imprevisível *ex-ante*.

A História, contada a partir do “ponto de chegada”, de maneira retrospectiva, tem um escopo e um detalhamento tão ricos que sempre será possível selecionar uma constelação particular dentre a galáxia de fatos para explicar clara e precisamente por que as coisas são como são... Ainda assim, a História em seguida frequentemente demonstra que tal raciocínio estava equivocado! Ou então fracassa completamente na tentativa de explicar por que outros países e economias semelhantes terminam em pontos distintos...

Se nosso objetivo for aprender com a História em vez de simplesmente registrá-la, temos que parar de transformar razões em desculpas. Se nos metermos fundo demais nas explicações sobre por que as coisas se deram do modo como se deram, correremos o risco de nos chocar contra um muro de determinismo.

A ambição maior de Alan Beattie, no livro *Falsa Economia: Uma Surpreendente História Econômica do Mundo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; 2010), é falsear o determinismo histórico apriorístico. Porém, ele, ao contrário do individualismo metodológico restrito de Bolívar Lamounier, não abandona a contextualização macro das decisões particulares de certos indivíduos notáveis. Não adota, no entanto, o holismo metodológico de David Priestland, destacando o papel de grupos de indivíduos, sejam governantes ou guerreiros, sejam sábios (tecnocratas) ou trabalhadores (organizados).

Os países [ou grupos de interesses?] cometem equívocos por diversas razões. Suas decisões frequentemente são movidas por um grupo de interesse em particular, ou por um conjunto deles, cujos ganhos de curto prazo vão de encontro aos interesses de longo prazo do país.

Porém, o liberalismo defensor do livre-mercado de Beattie ou Lamounier acha que “tais interesses podem ser superados. Países semelhantes, frente a pressões semelhantes, podem tomar decisões diferentes”. Por exemplo:

- A maior parte dos países que descobrem petróleo e diamantes em seu território sofre em consequência da descoberta da “maldição das commodities” (ou “doença holandesa”), mas não todos.
- Alguns grupos de interesse capturaram países e os arrastaram para o fundo do poço [de petróleo]; em outros lugares, tais grupos enfrentaram resistência.

- As crenças islâmicas provaram ser um empecilho para certas economias em certos momentos, mas nem sempre.
- Algumas economias conseguiram auferir grandes benefícios da globalização de mercados de produtos e serviços; outras ficaram de fora.

Beattie afirma que “A história não é determinada pelo destino, pela religião, pela geologia, pela hidrologia ou pela cultura nacional. É determinada pelas pessoas.”

Porém, ele carece de uma abordagem estruturalista em suas comparações no tempo de diversos lugares. Contemplar:

1. os recursos naturais,
2. as forças de trabalho,
3. as disponibilidades de capital próprio,
4. a detenção de patentes tecnológicas,
5. a capacidade de inovação,
6. a localização geográfica e
7. a diferenciação de custos de transportes (fretes) entre mercados, etc.

Esse livro - *Falsa Economia: Uma Surpreendente História Econômica do Mundo* - não é uma coleção caprichosa de histórias desconectadas.

- Explica o modo como os seres humanos moldaram seu próprio destino.
- Mostra como as decisões tomadas no presente estão determinando nosso futuro incerto.

Métodos Equivocados de Pesquisa Histórica

Alan Beattie, autor do livro *Falsa Economia: Uma Surpreendente História Econômica do Mundo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; 2010), afirma que “os países não enriquecem por acidente. Eles fazem escolhas que determinam o rumo seguido por suas economias”.

Pergunto: devemos individualizar (personificar ou “fulanizar”) os países? Tratá-los como fossem um ser humano tomar de decisões, sejam racionais, sejam irracionais?!

Parece-me mais prudente, em uma análise multidisciplinar da história econômica, sempre analisar a estrutura social e a eventual captura do Estado por grupos de interesses do mercado. Mesmo o governo não é um ente unificado, pois há diversos grupos de interesses incrustados no aparelho de Estado.

Nem sempre é certo saber aquele é o caminho certo em cada momento, ainda que possamos esboçar algumas regras gerais a esse respeito. Mas os países bem-sucedidos são os que se mostram flexíveis o suficiente para aprender com a experiência e que não se deixam capturar por grupos cujos interesses se mostram evidentemente contrários aos do país como um todo.

Governos ineptos e corruptos roubam, repetidamente, as reservas de seu próprio povo. Elites agrárias rejeitam a mentalidade (e as ações) necessárias para a industrialização. Neoliberais privatizam o patrimônio público para grupos de interesses aliados. Trabalhistas dilapidam as reservas de empresas estatais e fundos de pensão em negócios escusos, para enriquecimento pessoal, falsamente justificados por “interesses político-partidários”.

A história nos faz pensar que estamos explicando e analisando, quando na verdade estamos apenas racionalizando retrospectivamente. O que aconteceu sempre esteve fadado a acontecer, e a prova disso é que de fato aconteceu!

Como sabemos ex-post o resultado, por exemplo, o retrocesso histórico de um país que estava no ranking dos mais ricos, sempre conseguiremos destacar alguns elementos fundamentais dentre a grande profusão de influências geográficas, sociais, ambientais e políticas que formam a sua história, de modo a mostrar que o fracasso era inevitável.

Um velho ditado que circula entre os historiadores, adaptado, diz que, “até que os vencidos aprendam a escrever, a história sempre será escrita pelos vencedores”.

Há alguma verdade aí, ainda que não seja uma verdade universal. Os perdedores da história também têm seus defensores modernos. Uma tendência menos reconhecida é a de presumir que os papéis dos vencedores e vencidos estavam determinados irreversivelmente desde o início.

O livro *Falsa Economia: Uma Surpreendente História Econômica do Mundo* de autoria de Alan Beattie argumenta: “os caminhos tomados por diferentes países refletem amplamente as decisões por eles tomadas, mesmo que estas não tenham sido tomadas de maneira consciente”. De novo,

decisões de quem? Só dos vencedores? Não fizeram concessões aos vencidos? Não foram frutos de acordos? Foram consensuais ou conflituvas?

“Imagina se os Estados Unidos tivessem seguido o caminho trilhado pela Argentina, caindo do Primeiro Mundo para o Terceiro. Quantos fatores de sua história prévia, fundamentais e superficiais, seriam agora apresentados triunfantemente como provas de que isso aconteceria de qualquer jeito?”

Quando não se faz uma abordagem estruturalista dos países em foco, abstraído tempos (caindo no anacronismo por não contemplar as defasagens) e espaços (não considerando a localização e proximidade de mercados), o historiador não considera, por exemplo, o menor custo de transporte em época que os aviões ainda não existiam. “A Europa e os Estados Unidos se voltaram na direção um do outro, ao contrário de se voltarem para si mesmos”.

Esquecer a proximidade da América do Norte com a Europa e a longa distância desta até a extremidade sul da América do Sul, ou mesmo a língua inglesa como facilitadora das negociações, é imperdoável. Geografia não é o forte de historiadores eurocêntricos...

Os liberais defensores do livre-mercado, simplesmente, criticam “o erro fatal de rejeitar as oportunidades oferecidas pela economia internacional”. Insistem em defender as vocações agrícolas naturais, sugeridas pela Teoria das Vantagens Comparativas, que levam à exclusiva especialização em produção primário-exportadora, onde há chance de alcançar maior produtividade. Em nome da casta dos comerciantes, criticam o isolacionismo e o protecionismo que nascem em defesa da industrialização nascente e permanecem pela defesa lobista dos industriais. “A solução pregada de se industrializar ao custo de isolar sua economia do resto do mundo, não era a resposta certa”.

Quase tão inútil quanto o fatalismo histórico é a tentativa de definir um único ponto de inflexão a partir do qual um país, uma economia ou uma sociedade seguiu por um caminho ou por outro. O desejo humano de “ter uma história para contar” faz com que, geralmente, seja possível encontrarmos eventos simbólicos que se adaptem à necessidade de momentos narrativos de crise (“ponto-de-ruptura”) e resolução (“por causa disso” e “finalmente”).

No entanto, se estreitarmos o foco da causalidade sobre um único evento, acabamos por incitar a enganadora sensação de “e se”, pensando que se apenas um pequeno detalhe tivesse sido diferente, toda a direção da história subsequente teria sido alterada. [Leia post sobre História “as if”.]

Não houve um evento único no qual o futuro de um país foi determinado irrevogavelmente ou no qual seu caminho passou a divergir permanentemente do rumo seguido pelos “vencedores”. Em geral, teve lugar, em vez disso, uma série de erros e equívocos que se encaixam em um padrão geral.

Alan Beattie, para construir uma “frase-de-efeito”, escreve uma asneira atemporal: “os países receberam mãos bastante parecidas, mas resolveram jogá-las de maneiras muito diferentes”. Nem os parceiros eram semelhantes nem as regras-do-jogo sempre foram as mesmas...

Critica ferozmente a conclamação de governos populistas para uma autossuficiência econômica “ao estilo nazista” (sic) e o “corporativismo” de um governo forte [casta de “guerreiros”], trabalhadores organizados sob limites estreitos definidos pelo Estado, e conglomerados industriais que dirigiam e gerenciavam conjuntamente o crescimento. Os liberais transmutaram seu ódio anticomunista para a crítica contemporânea ao Capitalismo de Estado Neocorporativista. Este busca superar o atraso histórico com aliança entre as castas de guerreiros, sábios-tecnocratas, comerciantes-financeiros e trabalhadores-organizados, segundo a nomenclatura de David Priestland.

Diz Beattie: “O capitalismo ao estilo americano foi rapidamente argentinizado, transformado em um corrupto jogo de camaradagem no qual o acesso à proteção e aos subsídios estatais era mais importante que a competitividade”. Eu manifesto que, aqui nos “Tristes Tigres”, houve Tropicalização Antropofágica Miscigenada...

Enfim, para Beattie, “foi a história e a escolha, e não o destino, o que determinou o que cada país viria a se tornar. É a história e a escolha o que determinará o que cada país se tornará dentro de um século”.

Insisto na minha crítica ao seu individualismo metodológico: escolha de quem? Indivíduos? Castas?

Ascensão e Queda das Grandes Potências

O livro de Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000* (Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989. 675 páginas), tornou-se clássico da geopolítica, desde sua publicação, há duas décadas. No fim dos anos 80, depois do crash do mercado de ações, em 1987, quando havia preocupação contínua com os déficits gêmeos e os déficits em conta corrente dos Estados Unidos, e antes da queda do Muro de Berlim, em 1989, Kennedy chocou o mundo com sua

afirmação de que “a única resposta à questão cada vez mais discutida da capacidade dos EUA de preservar ou não sua atual posição é 'não'”. O país havia se tornado devedor internacional pela primeira vez e dependia crescentemente da entrada de capital europeu e japonês. O Japão estava em ascensão. O sentimento de decadência chegou perto da histeria nos EUA quando empresas japonesas compraram ativos simbólicos da antiga pujança do capitalismo norte-americano. À primeira vista, a tese do professor inglês da Yale University parecia certa.

A tese, resumidamente, dizia que a força relativa das principais nações no cenário mundial nunca permanece constante, principalmente em virtude, primeiro, da taxa de crescimento desigual entre as diferentes sociedades e, segundo, das inovações tecnológicas e organizacionais que proporcionam a determinada sociedade maior vantagem do que a outra. Quando sua capacidade produtiva aumentava, os países tinham, normalmente, maior facilidade de arcar com os ônus dos armamentos em grande escala, em tempo de paz, e manter e abastecer grandes exércitos e armadas durante a guerra.

A riqueza é, geralmente, necessária ao poderio militar. Este, por sua vez, é, geralmente, necessário à aquisição e proteção da riqueza. Se, porém, proporção demasiado grande dos recursos do país é desviada da criação de riqueza e atribuída a fins militares, torna-se então provável que isso leve ao enfraquecimento do poderio nacional, em longo prazo.

Da mesma maneira, se o país excede estrategicamente, por exemplo, pela conquista de territórios extensos ou em guerras onerosas, corre o risco de ver as vantagens potenciais da expansão externa superadas pelas grandes despesas exigidas. Este dilema se torna agudo se o país em questão tiver entrado em período de declínio econômico relativo. A história da ascensão e queda dos países líderes do sistema de grandes potências, desde o avanço da Europa ocidental no século XVI, isto é, de nações como Espanha, Holanda, França, Império Britânico e, atualmente, Estados Unidos, mostra correlação muito significativa, em prazo mais longo, entre sua capacidade de produzir e gerar receitas, de um lado, e a força militar, do outro.

Examinando os registros históricos da “ascensão e queda das grandes potências”, no decorrer dos últimos 500 anos, Kennedy chegou a algumas conclusões de validade geral, embora reconhecendo, obviamente, a possibilidade de exceções individuais. Há, por exemplo, relação causal concreta entre as variações ocorridas ao longo do tempo nos equilíbrios gerais econômicos e produtivos e a posição ocupada pelas potências individuais no sistema internacional. As mudanças econômicas pronunciadas anunciavam a ascensão de novas grandes potências que algum dia teriam certo impacto decisivo na ordem militar ou territorial.

Igualmente, a história sugere a existência de ligação muito clara, em longo prazo, entre a ascensão e queda econômicas de grande potência militar ou império mundial. Isso flui de dois fatos correlatos. O primeiro é que os recursos econômicos são necessários para apoiar a estrutura militar em grande escala. O segundo é que, no que concerne ao sistema internacional, tanto a riqueza como o poder são sempre relativos, e como tal devem ser vistos. Se alguma nação é atualmente poderosa e rica, não depende, absolutamente, da abundância ou segurança de seu poder e riqueza, mas principalmente de terem os seus rivais menos desse poder e riqueza.

Isso não significa, porém, que o poder econômico e militar relativo de alguma nação subirá ou decairá paralelamente ao de outra. Há claro intervalo temporal entre a trajetória da força econômica relativa de determinado Estado e a trajetória de sua influência militar ou territorial. A potência em expansão econômica bem pode preferir ser mais rica do que investir, pesadamente, em armas. Meio século depois, as prioridades podem ter-se modificado. A expansão econômica trouxe consigo obrigações além-margem, isto é, dependência de mercados e matérias primas estrangeiros, alianças militares, talvez bases e colônias. Outras potências rivais estão então expandindo-se em ritmo mais rápido. Logo, querem, por sua vez, estender sua influência ao exterior. O mundo torna-se espaço mais disputado, competindo-se arduamente por fatias de mercado.

Nessas circunstâncias perturbadas, a grande potência pode ver-se gastando mais com a defesa do que antes. O mundo se tornou mais hostil simplesmente porque outras potências cresceram mais depressa e se estão tornando mais fortes. A grande potência em declínio relativo reage, instintivamente, gastando ainda mais com a “segurança” e, com isso, afastando do “investimento produtivo” recursos potenciais. Agrava ainda mais seu dilema em longo prazo.

Kennedy faz tais generalizações, porém, sem cair na armadilha do determinismo econômico. Ele não está argumentando que a economia determina todos os fatos, ou constitui a única razão do sucesso ou fracasso das nações. Simplesmente, há provas demais, indicando outros elementos: geografia, organização militar, moral nacional, sistema de alianças e muitos outros fatores que podem afetar o poder relativo dos membros dos sistemas de Estado. O que lhe parece incontestável, porém, é que, em longa e arrastada guerra de grandes potências, geralmente, em coalizão, a vitória coube repetidas vezes ao lado com base produtiva mais florescente. A posição de poder de nações importantes acompanhou de perto sua posição econômica relativa nos últimos cinco séculos. Isso não é negar que “os homens fazem a sua própria história”, mas a fazem dentro de circunstância históricas que podem limitar, assim como ampliar, as possibilidades.

Evidentemente, ao examinar as “perspectivas” de cada uma das grandes potências, hoje, é a tentação de afastar-se do ofício de historiador para se aproximar do mundo incerto da especulação sobre o futuro. Mas os analistas da imprensa não se furtam a essa futurologia. Afirmam que, com a China, a Índia e os outros mercados emergentes alcançando o mundo desenvolvido, os Estados Unidos deverão sofrer declínio econômico relativo, na forma de produzirem parcela menor do PIB mundial, mesmo com o país crescendo mais do que a maioria das grandes economias desenvolvidas e ainda sendo a maior economia do mundo em termos absolutos.

A globalização e a liberalização doméstica estão dando a esses países em desenvolvimento a chance de obter participação no PIB mundial proporcional ao seu tamanho na história. O desempenho econômico da China, entre 1820 e 1978, era, afinal de contas, exceção, se visto a partir da perspectiva de séculos. Esse “hiato na história” estaria sendo corrigido, pois, pela previsão do Goldman Sachs, a China terá, em 2050, superado os Estados Unidos, com PIB de US\$ 45 trilhões, contra os US\$ 35 trilhões dos EUA.

Em estudo sobre as maiores economias, Angus Maddison, da Universidade de Groningen, em “*Chinese Economic Performance In The Long Run*”, calcula que a participação da China no PIB mundial, em 1820, antes de a Revolução Industrial na Europa se expandir, era de mais de 30%, o que é bem maior do que a participação atual dos EUA. Assim, de acordo com essa visão de longa onda histórica, a China está simplesmente retornando a posto já alcançado no passado.

A China, embora vista por muitos como a principal beneficiária da potencial exaustão dos EUA, já passou por experiência própria de declínio. Até a metade do milênio anterior, ela era tecnologicamente mais avançada que a Europa, com agricultura mais eficiente, e a classe dos mandarins não tinha rivais em seu profissionalismo. Mesmo depois que o Ocidente a superou, econômica e tecnologicamente, entre os séculos XVI e XVIII, a economia da China ainda era a maior do mundo, quando a revolução industrial inglesa começou.

No entanto, entre 1820 e 1952, quando a Europa experimentou taxas de crescimento econômico sem precedentes na história, a produtividade per capita da China caiu, enquanto sua participação no PIB mundial despencou de um terço para um vigésimo. A renda per capita caiu de nível igual ao mundial, para um quarto da média mundial, no período, de acordo com Angus Maddison. Esse desempenho declinante tem sido atribuído a várias causas, incluindo a intervenção colonial estrangeira, os distúrbios internos e a inflexibilidade da burocracia diante dos desafios apresentados pelo renascimento do Ocidente.

Quando a “tese” de Kennedy foi publicada, para muitos analistas da geopolítica mundial, ela parecia errada ao sugerir que os EUA talvez tivessem ampliado demais o seu império, ao ponto de não conseguirem mais administrá-lo, como aconteceu com a Espanha no século XVII e o Reino Unido no século XX. Na realidade, quem primeiro demonstrou incapacidade de administração, na década de 80, foi a União Soviética, que entrou em colapso, enquanto os EUA foram bem-sucedidos, logo depois, no restabelecimento de seu equilíbrio orçamentário, durante o governo Clinton, sem haver recuo substancial em seus compromissos internacionais.

Em paralelo, o desafio econômico japonês perdeu o passo com o estouro das bolhas imobiliária e acionária, e o país se viu ameaçado pela deflação. O pânico da mídia americana com a invasão japonesa se mostrou vazio.

A questão em debate agora, nessa imprensa, é se a tese da incapacidade de administração do Império estava errada ou era simplesmente prematura. Prever os períodos de ascensão e queda de nações e economias é futurologia notoriamente difícil. O livro de Paul Kennedy, “*The Rise And Fall Of The Great Powers*”, preencheu lacuna crítica na história da ascensão e queda das grandes potências com rara erudição e profundidade. As deduções do futuro dos Estados Unidos, realizadas a partir de sua leitura por críticos de lá, espelham mais a mania norte-americana da decadência. Os norte-americanos estão curtindo a decadência sem elegância.

Ascensão e Queda da China como Grande Potência

Pelo que os historiadores e arqueólogos nos podem dizer, segundo se lê no livro de Paul Keynnedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000* (Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989, páginas 17-18), considerando o tamanho, o poder e a navegabilidade da marinha chinesa, os chineses bem poderiam ter navegado em volta da África e “descoberto” Portugal várias décadas antes que as expedições portuguesas começassem a aventurar-se, ousadamente, ao sul de Ceuta.

Mas a expedição chinesa de 1433, em que frota formada por centenas de navios e dezenas de milhares de homens visitou portos desde Malaca e Ceilão até as entradas do Mar Vermelho e Zanzibar, foi a última delas. Três anos depois, um edito imperial proibia a existência de navios de mais de alto-margem. Apesar de todas as oportunidades que se ofereciam no além-margem, a China tinha decidido “voltar as costas para o mundo”.

Considerando-se “centro do mundo”, dadas suas potencialidades - precocidade tecnológica, bibliotecas enormes, construções de canais, cidades imensas, uso de papel-moeda, indústria do ferro cuja produção era muito maior do que a da Inglaterra nas primeiras fases da Revolução Industrial sete séculos depois, exército de mais de um milhão de homens, invenção da pólvora, bússola magnética, etc. - sua postura internacional era de total autossuficiência.

Havia, sem dúvida, uma razão estratégica plausível para essa introversão. As fronteiras setentrionais do Império Chinês estavam novamente sob pressão dos mongóis. Foi considerado prudente concentrar os recursos militares naquela área mais vulnerável. Nessas circunstâncias, uma marinha grande era um luxo caro.

Entretanto, dentro de um século aproximadamente, o litoral chinês e mesmo as cidades de Yangtsé estavam sendo atacadas por piratas japoneses. Mesmo assim, não houve qualquer reconstrução séria da marinha imperial. Nem mesmo o repetido aparecimento dos portugueses ao largo do litoral chinês forçou uma reavaliação. A defesa terrestre era tudo o que os mandarins consideravam necessário. Não tinha sido proibido todo o comércio marítimo realizado por súditos chineses?

Além dos custos e outros desincentivos, portanto, segundo Kennedy, “um elemento chave no recuo chinês foi o simples conservantismo da burocracia confuciana, intensificado no período Ming pelo ressentimento com as modificações que lhes tinham sido impostas antes pelos mongóis”. Nessa atmosfera de “restauração, a importante burocracia chinesa limitava-se a preservar e recapturar o passado, e não criar um futuro mais brilhante, baseado na expansão e no comércio de além-mar.

De acordo com o Código Confuciano, a guerra em si é uma atividade deplorável, e as forças armadas eram necessárias apenas pelo medo dos ataques bárbaros ou das revoltas internas. A aversão dos mandarins pelo Exército e a Marinha era acompanhada de uma desconfiança para com o comerciante. A acumulação de capital privado, a prática de comprar barato e vender caro, a ostentação do comerciante novo-rico, tudo isso ofendia a elite, a burocracia erudita - quase tanto quanto provocava o ressentimento das massas trabalhadoras.

Embora não desejando paralisar toda a economia de mercado, os mandarins intervinham contra os comerciantes individuais, confiscando-lhes as propriedades ou proibindo seus negócios. O comércio exterior por súdito chinês deve ter parecido ainda mais suspeito aos olhos dos mandarins, simplesmente por estar menos sob o seu controle.

A aversão ao comércio e capital privado não se choca com as enormes realizações técnicas mencionadas. A reconstrução, pelos Mings, da Grande Muralha da China, e o aperfeiçoamento do sistema de canais, as fundições e a Marinha Imperial eram para as finalidades do Estado, porque a burocracia tinha aconselhado ao Imperador a sua necessidade. Mas assim como esses empreendimentos podiam ser criados, assim também podiam ser negligenciados.

Os canais entraram em decadência, o exército sentia falta, periodicamente, de equipamentos novos, os relógios astronômicos, construídos em torno do ano de 1090, foram postos de lado, as fundições caíram aos poucos em desuso, e não foram apenas esses os desincentivos ao crescimento econômico. A impressão foi limitada às obras de erudição, não sendo empregada para a disseminação ampla do conhecimento prático, e muito menos tolerou-se a imprensa para a crítica social.

O uso do papel-moeda foi suspenso. As cidades chinesas não tiveram nunca a autonomia das ocidentais. Quando a localização da corte imperial era modificada, a capital também era transferida. Não havia burguesia chinesa, com tudo o que essa rotulação implica. Além disso, sem estímulo oficial, os comerciantes e outros empresários não podiam florescer. Mesmos os que adquiriram riqueza, tendiam a dispendê-la em terras e educação, em lugar de investir no desenvolvimento proto-industrial.

Da mesma forma, a proibição do comércio exterior e da pesca afastou outro estímulo potencial à expansão econômica continuada. O comércio com os portugueses e holandeses, nos séculos seguintes, foi de artigos de luxo, embora houvesse sem dúvida muita evasão, controlado pelas autoridades.

Em consequência, a China Ming foi um país muito menos vigoroso e empreendedor do que na dinastia Sung, quatro séculos antes. As técnicas agrícolas aperfeiçoaram-se no período Ming, mas depois de certo tempo até mesmo essa agricultura mais intensiva e o uso de terras marginais tiveram dificuldades em acompanhar o crescimento da população. Este só foi contido pelos “instrumentos malthusianos” da peste, das enchentes e da guerra, todos muito difíceis de serem enfrentados. Nem mesmo a substituição dos Mings pelos Manchus mais vigorosos, depois de 1644, pode deter o constante declínio relativo.

O Peso do Estado na Pátria do Mercado

Reginaldo Moraes é professor do IFCH-UNICAMP e Maitá de Paula e Silva é mestre em Ciência Política pela UNICAMP. Ambos publicaram *O peso do Estado na pátria do mercado* (Editora Unesp; 2013: 83 páginas). Salientam, de

início, que a ortodoxia liberal, existente também na Ciência Política, sublinhou apenas duas ideias fortes do francês Alexis de Tocqueville em seu estudo *Da Democracia na América*:

1. a inclinação dos norte-americanos para criar e multiplicar associações civis;
2. a fraca presença do Estado na regulação da vida social.

O alemão Georg Friedrich List, inspirador de ideias desenvolvimentistas entre os latino-americanos, por sua vez, sugeriu lições bem diferentes, destacando a intervenção estatal na construção de infraestrutura para o desenvolvimento dos Estados Unidos, com ênfase em:

1. as ferrovias;
2. a política industrialista.

Na verdade, aquela inclinação para o associativismo estava longe de ser uma exclusividade norte-americana. Além disso, o Estado estava longe de ser uma entidade ausente, expectadora ou coadjuvante menos importante no processo de desenvolvimento dos Estados Unidos. Devido ao federalismo descentralizado implantado no país, quando se refere ao aparelho estatal norte-americano tem de se destacar o papel ativo dos níveis estadual e municipal.

A história do século XIX norte-americano, sobretudo em sua primeira metade, destaca as unidades subnacionais na promoção do desenvolvimento e na regulação da vida social. A federalização da política e da economia foi demarcada por conflitos bélicos que periodizam a história norte-americana: Guerra da Independência - Guerra Civil - I Guerra Mundial - II Guerra Mundial.

O título do livro de Ha-Joon Chang, *Chutando a Escada: a Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*, foi extraído de uma frase de List. Ele forjou essa metáfora para sugerir que os ingleses haviam utilizado determinadas políticas protecionistas para subir ao andar de cima do ranking das nações. Mas, lá chegando, “chutaram a escada”, isto é, passaram a recomendar aos demais povos a doutrina do laissez-faire, pois as livres forças de mercado alcançariam a “ordem espontânea” a la idealização de Adam Smith.

Na visão neoliberal, o Estado norte-americano era um Broker State, isto é, um mero intermediador de forças de O Mercado, elas sim relevantes para explicar o movimento da história. A visão marxista, sob outra ótica, os conflitos entre classes sociais explicavam a lei de movimento do capitalismo.

O Broker State teria apenas orquestrado ou direcionado o conflito entre os grupos de interesses organizados. As forças de O Mercado ditaria a economia, sendo o papel de O Governo apenas garantir que ela não se acelere (ou desacelere) muito além do ciclo de negócio normal. O estilo de formulação de políticas econômicas seria por etapas em processo incremental, com o horizonte temporal ritmado pelo ciclo eleitoral. Seus admiradores destacavam-no como sistema reativo, flexível e ágil; seus detratores, como sistema sem rumo e sem visão estratégica. Um Broker State não tem política industrial nem adota política de desenvolvimento tendo em vista o interesse nacional.

No entanto, quando se analisa os fatos da história norte-americana, verifica-se que o Estado implementou políticas, alterou o rumo das coisas, redesenhou o país. A construção de infraestrutura básica para o desenvolvimento dificilmente teria ocorrido apenas pela via da iniciativa privada e das forças de O Mercado.

Falar de “Estado” e de “ação estatal” nos Estados Unidos envolve uma compreensão do caráter bastante específico da organização do federalismo naquele país. Tocqueville superestimou dois traços das associações civis:

1. por um lado, sua autonomia, espontaneidade e independência em relação às instituições federais;
2. por outro, o caráter exclusivo ou tipicamente norte-americano desse fato político.

O poderoso impulso de políticas da União - política de terras, transportes e comunicações (correio), pesquisa e educação, entre outras - explica a forma de desenvolvimento. Houve muita relevância dos Estados federados e dos governos locais em especial na regulação dos atos econômicos referentes às manufaturas, aos bancos e ao comércio, entre outras atividades. Sem eles não haveria como explicar o imenso mercado interno e a máquina produtiva que superou, já no fim do século XIX, os rivais europeus (Inglaterra, Alemanha, França, etc.) somados.

Houve até mesmo uma política de superação do subdesenvolvimento, no caso do “velho sul”, o Sul das grandes plantations oligárquicas, escravocratas e marcadas pela monocultura de algodão ou tabaco.

O papel da União, isto é, do Estado federal, não pode ser subestimado. Possuía cerca de 80% das terras conquistadas para o país, mais de 5 milhões de quilômetros quadrados (mais de “meio Brasil”). Possuía praticamente tudo que se estendia além dos Apalaches. Utilizou este ativo para:

1. influir na forma de desenvolvimento do país;
2. construir os novos territórios e, depois, Estados federados; e
3. estimular suas políticas de desenvolvimento.

Nas primeiras décadas do século XIX, boa parte do orçamento federal era garantido pela venda de terras, chegando a ser entre 40% e 50% das receitas. Além de vender terras, a União dispôs delas para indicar o que devia ser feito nos novos territórios, inclusive a criação de Escolas Superiores, voltadas prioritariamente para o estudo de agricultura e engenharia (A&M Colleges). Somadas aos efeitos da rede ferroviária na modelagem do sistema urbano e na distribuição de terras, o país marchou para Oeste, fazendo avançar a fronteira.

A ocupação começou por uma faixa a Leste, as chamadas “Treze Colônias”. Tratava-se de uma faixa relativamente plana de cerca de 200 km de terra úmida e fértil. Era limitada, entretanto, por uma cordilheira, os Apalaches. Depois, seguiu pelos Estados a Oeste, graça aos canais hidroviários e às ferrovias. Avançou também para o Sul, com os Estados que margeiam o Golfo do México. As últimas conquistas de territórios e subsequente ondas migratórias integraram as grandes planícies do Centro - o chamado “faroeste” - e a Costa Oeste, com os Estados de Washington, Oregon e Califórnia.

Algumas dessas terras foram adquiridas, como a Louisiana, vendida pela França, ao passo que outras foram simplesmente conquistadas por operações de guerra contra o México, como o Texas e parte da Califórnia. Outras ainda foram objeto de confisco político de proprietários privados, promovido tanto pela União quanto pelos Estados. Este confisco começou com as terras pertencentes à Coroa britânica e seus simpatizantes e apoiadores, por exemplo, no Estado de Nova York.

Para entender o papel que, desde a primeira década do século XIX, os Estados federados e o poder local das municipalidades desempenharam no desenvolvimento do país, tem de se saber que restrições política inerentes à chamada Regra da Maioria impediam o governo federal de financiar grandes projetos de infraestrutura. Tais projetos forneciam benefícios geograficamente muito concentrados, com custos amplamente difundidos. Assim, o governo federal teria dificuldades para conseguir uma maioria de votos no Congresso a favor de tais medidas. Ao ele restavam apenas políticas universalistas para executar pequenos projetos para todos os Estados. Reflete a autodenominação Estados Unidos da América!

A Constituição norte-americana exige que impostos federais diretos sejam alocados entre os Estados segundo sua população. Assim, ela

praticamente proíbe o governo federal de usar a “taxação dos beneficiados” para financiar projetos localizados, restando aos Estados recorrer a esse expediente.

Logo, os governos estaduais e locais vão adquirindo importância na empreitada desenvolvimentista, atuando tanto como poder público empreendedor, quanto como sócio principal de empresas mistas. Atuaram também no financiamento dessas operações, não só por meio de impostos e taxas, mas também captando empréstimos internos ou externos, contraindo ou garantindo dívidas, e criando corporações para assumir a responsabilidade financeira pelo projeto em troca de ganhos extras com o investimento, um arranjo frequentemente utilizado através da criação de bancos.

Os Estados federados investiam em bancos, canais, estradas. Operavam como intermediadores e captadores de capital, dentro ou fora dos Estados Unidos, para projetos de infraestrutura. Assim, em grande medida, construiu-se a infraestrutura de transporte e finanças que viabilizou o surgimento de um grande mercado interno nacional.

Porém, em 1839, começou uma depressão longa e profunda. Em 1842, oito estados e o território da Flórida entraram em moratória, havendo não apenas uma onda de não pagamento da dívida, mas também de denúncia de ilegitimidade das dívidas. Isso afetou a imagem dos norte-americanos na Europa, pois passaram a ser vistos como devedores duvidosos e pouco confiáveis. Tal lá como cá... Antes e depois...

Em 1861, antes da Guerra Civil, os subsídios estaduais já estavam proibidos por emenda constitucional em quase todos os Estados. A doutrina de *laissez-faire* passou a ser mais frequentemente aplicada à condenação das ações dos governos, inclusive em questões financeiras, tal como um refrão em discursos político-parlamentares. A ação governamental passou a ser mais pragmática do que programática. Subsistiria, no entanto, espaço para a volta do ativismo estatal.

À medida que as emendas constitucionais surgiam e impunham limites ao endividamento dos Estados, as municipalidades assumiam o protagonismo na onda de ativismo estatal, investindo amplamente em infraestrutura de serviços públicos, estradas, água, coleta de esgoto e educação. Assim, se no fim dos anos 1830, o débito dos Estados era cerca de oito vezes o débito nacional somado aos de governos locais, em 1900, o débito dos governos locais era cerca de oito vezes o endividamento do Estado, invertendo a situação de 1839. Mas a densidade das malhas de transporte se espalhou por toda a faixa leste dos Estados Unidos.

Em resumo, há duas fases no ativismo estatal norte-americano que, no século XIX, abriu caminho para o desenvolvimento do país. Na primeira dessas fases, o protagonismo coube ao governo estadual, na segunda, ao governo municipal.

Mudanças Estruturais dos Estados Unidos

Reginaldo Moraes (professor do IFCH-UNICAMP) e Maitá de Paula e Silva (mestre em Ciência Política pela UNICAMP) publicaram *O peso do Estado na pátria do mercado* (Editora Unesp; 2013: 83 páginas). No segundo capítulo, afirmam que as transformações da quantidade em qualidade da sociedade norte-americana, devido às guerras, mostram resultados após 3 ou 4 décadas:

1. mudanças na forma de governo e no perfil dos partidos;
2. mudanças na conformação dos agentes econômicos e da propriedade, da estratificação social, dos hábitos e costumes.

Os capítulos da história norte-americana são claramente demarcados por grandes confrontos armados. A nação nasce das duas Guerras de Independência (1775-1783 e 1812). A Guerra Civil (1861-1865), que provocou entre 600 mil e 800 mil mortes, muda o cenário do país com a destruição do sistema de plantations do Sul e a subordinação dos democratas - então escravistas, latifundiários e separatistas - aos republicanos - então abolicionistas, industrialistas e integracionistas. A propriedade de escravos foi extinta devido à guerra, afetando a riqueza da oligarquia sulina.

Ao longo do século XIX, o país acelerou a marcha para o Oeste, abrindo estradas, seja rodovias, seja ferrovias, e construindo escolas. Na Inglaterra, o avanço das ferrovias, até mesmo por sua dimensão, foi um empreendimento de caráter essencialmente privado. Nos Estados Unidos, as linhas férreas saíam de algo mais ou menos parecido com uma cidade e iam em direção a algo parecido com... nada. De fato, as cidades nasceriam ao longo da ferrovia.

As terras doadas pela União:

1. viabilizaram as ferrovias,
2. fizeram surgir as cidades,
3. orientaram a ocupação do território,
4. abriram caminho para imigração de todos os tipos humanos,

5. criaram as bases para o surgimento do maior mercado interno do mundo, decisivo para os ganhos de escala das corporações que surgiram no fim do século, e
6. deram origem às grandes fortunas do país derivadas de especulação com os preços da terra e as ações de companhias ferroviárias.

Boa parte da inversão nas ferrovias era, de fato, saques contra fundos públicos e, em particular, das terras federais. Calcula-se que o governo federal norte-americano doou, para construção de estradas e escolas, o equivalente ao território francês. O restante do capital para as ferrovias foi fornecido por outro tipo de saque: empréstimos que governos estaduais e locais faziam diretamente ou referendavam.

Outro fato notável da história norte-americana na virada do século XIX para o XX foi a mudança radical das estruturas da produção e do mercado do capitalismo competitivo ancorado em empresas individuais e familiares para o capitalismo de grandes corporações oligopolistas ou mesmo monopolistas. Moraes e Silva (2013: 32) afirmam que “na virada do século, ocorreu uma espécie de segunda ou terceira etapa da Revolução Burguesa, se considerarmos a Guerra da Independência como a primeira, seguida da Guerra Anglo-Americana de 1812 e da Guerra Civil (1861-1865) entre os industriais do Norte e a aristocracia latifundiária do velho Sul”.

A Guerra de 1812, ou a Guerra Anglo-Americana, foi a guerra entre os Estados Unidos, e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e suas colônias, incluindo o Canada Superior (Ontário), o Canada Inferior (Quebec), Nova Escócia, Bermuda e a ilha da Terra Nova. Ela decorreu entre 18 de junho de 1812 e 23 de março de 1815, embora o seu tratado de paz tenha sido assinado em 1814. O Massacre do Fort Dearborn, Indiana, em 15 de agosto de 1812, a detonou, levando os americanos à guerra contra os britânicos. A Revolução Francesa trouxe problemas para os Estados Unidos, devido às diferenças entre as facções federalistas (admiradores da Inglaterra) e os republicanos (admiradores da França revolucionária), e a acentuação da hostilidade da França napoleônica com a Inglaterra, que não aceitava a independência da ex-colônia norte-americana. Além disso, os britânicos ainda tinham ligações comerciais com os sulistas. Eles tentaram de todas as maneiras impedir os acordos entre franceses e nortistas, utilizando-se da força:

1. apresamento de navios da ex-colônia, desafiando a soberania nacional e prejudicando as indústrias;
2. recrutamento forçado de norte-americanos por ingleses;
3. problemas com índios no Oeste, instigados por britânicos no Canadá; e,

4. para os Estados Unidos, a conquista do almejado território indígena.

Entre 1812 e 1814 ocorreu o conflito, durante o governo do presidente James Madison. Apesar dos desastres sofridos, o Tratado de Gand, que acabou com a guerra, não promoveu modificações no mapa dos Estados Unidos. No entanto, reforçou o sentimento nacionalista da população e consolidou a União.

Essa terceira etapa da Revolução Burguesa seria marcada pela ascensão de:

1. um novo perfil de líder empresarial;
2. um novo tipo de empresa dominante; e
3. uma nova estrutura de relações de propriedade com rebatimentos na estrutura política e institucional do país.

A grande ruptura com a “velha ordem”, porém, ocorreu em um período de dez anos, entre 1895 e 1905, com o encontro da indústria manufatureira e a Bolsa de Valores. O caminho rumo ao capitalismo corporativo foi traçado em duas etapas.

1. Antes de 1890, eram poucas as manufaturas organizadas segundo esse padrão, pois as grandes empresas privadas corporativas eram híbridas, quase agência governamentais, licenciadas pelo Estado, concentradas em áreas como infraestrutura, transporte, comunicações e crédito. Depois, isso se estendeu às manufaturas.
2. Até 1890, indústria e capital financeiro viviam em atividades separadas sob o ponto de vista institucional: os títulos financeiros negociados em Wall Street concentravam-se nos negócios como ferrovias, telégrafos, obras públicas de Estados e Municípios. A junção dessas duas atividades - Wall Street (finanças) e Main Street (indústria e comércio) - foi a Revolução Corporativa ou a segunda Revolução Burguesa nos Estados Unidos, com transformações radicais da Bolsa de Valores nos anos 1897-1898.

Esse processo provoca transformações nos direitos de propriedade com a separação entre gestão e propriedade e alavanca uma nova fração de classe capitalista. Distancia-se a “representação em papel” do capital e a sua materialização em objetos físicos que o incorporam. Negocia-se a riqueza do país em pedaços. A propriedade tornou-se mais líquida e alienável. Podia ser parcelada e vendida sem afetar diretamente a administração e a operação,

criando uma forma de lucro ou ganho de capital distinta das rendas e gastos da companhia.

Embora no capitalismo empreendedor a escritura da propriedade seja literalmente separada dos objetos que produziam as commodities, a propriedade da escritura garantia o direito ao controle da produção, ou seja, a transferência da escritura significava a transferência do controle da fábrica. O capital financeiro é, essencialmente, um sistema mercantil no qual valores mobiliários - ações e debêntures - são comercializados em lançamento primário e em mercado secundário, podendo ter mais liquidez do que as próprias mercadorias fabricadas.

Sociedade Norte-americana: Urbano-Industrial e Financeira

No fim do século XIX, os Estados Unidos, antes um celeiro da Europa, via exportação de algodão, tabaco, arroz, trigo, milho, etc., superaria a Grã-Bretanha no que diz respeito à produção industrial. Continuava a ser um grande produtor e exportador agropecuário, mas já era também a primeira potência industrial. Nas primeiras décadas do século XX, também superaria os britânicos como exportador de bens industriais. A Inglaterra deixou de ser a fábrica do mundo.

A maior inovação tecnológica na segunda metade do século XIX foi a ferrovia. Não apenas por seus encadeamentos para frente e para trás, mas também por ser geradora de atividades econômicas derivadas e catalizadora da ocupação do território. A expansão ferroviária viabilizou a criação de um imenso mercado interno. Propiciou o surgimento de grandes corporações produtivas, culminando a produção em massa, isto é, com grande economia de escala.

Capital e trabalho migravam do campo para a cidade e de uma região para outra. Em 1860, cerca de 80% da população vivia em áreas rurais, e uns 50% viviam estritamente em fazendas. Em 1920, no entanto, a população urbana já superava a rural. Para comparação, essa predominância urbana, no Brasil, só foi constatada meio século depois pelo Censo Demográfico de 1970. E na China, noventa anos após o ocorrido nos Estados Unidos.

Além do deslocamento espacial, houve mudança no tamanho e na forma de organização dos negócios. As ferrovias propiciavam a criação de um amplo mercado nacional, atendido por grandes corporações que enviavam seus catálogos para o Oeste por meio das linhas férreas e dos correios e despachavam suas mercadorias adquiridas pelos moradores das novas fronteiras via reembolso postal. Levavam para o Oeste gente e produtos, traziam para o Leste carne e alimentos agrícolas.

Em 1860, a maioria das manufaturas, assim como as fazendas e granjas, estava concentrada em pequenas unidades individuais ou familiares, voltadas para o mercado local. Em 1900, 2/3 da produção manufatureira já estavam concentrados em corporações.

Já na virada do século, as corporações não financeiras obtinham cerca de metade de seu capital para investimento ou capital de giro por intermédio de bancos e da Bolsa de Valores. A integração e, logo, a subordinação do capital industrial ao capital financeiro avançou nos Estados Unidos em ritmo mais rápido do que na Europa.

A Era das Fusões pode ser considerada uma terceira Revolução Burguesa nos Estados Unidos. Entre 1897 e 1905, mais de 5.300 firmas industriais foram consolidadas em 318 corporações do tipo da Standard Oil ou da U.S. Steel.

A engenharia *strictu sensu* viria a tornar-se a engenharia social, pois as linhas de montagem seriam dirigidas por engenheiros, ou seja, os “homens-taylor”. O “sonho americano” mudava da loja, oficina e *family farm* da velha classe média para a ascensão social da nova classe média que trabalhava nas corporações, depois de treinamento profissional em Ensino Técnico ou Ensino Superior. A sociedade norte-americana passava para uma estratificação baseada na estrutura ocupacional de Blue-collar a White-collar, além da clivagem entre os proprietários e os não-proprietários. O “sonho do bom negócio próprio” era substituído pelo “sonho do bom emprego”.

Várias profissões técnicas são “universitarizadas”. As escolas profissionais dentro das Universidades ocupam gradualmente o espaço das escolas independentes. No início do século XX, a preparação de advogados, dentistas, farmacêuticos e veterinários era feita, largamente, em escolas autônomas, que muitas vezes nem sequer exigiam um diploma superior de formação geral tipo *college*. Na década de 1930, apenas 19% desses profissionais eram formados nesse tipo de escola independente.

Também se amplia o papel do setor público na produção e no consumo de engenheiros. Compreendiam 30% dos estudantes universitários. Eram as escolas públicas que formavam a maior parte (60%) dos engenheiros do país. Do lado do mercado de trabalho, o setor público também era importante, contratando quase ¼ deles.

O casamento entre ciência e indústria, celebrado pela Segunda Revolução Industrial, reorganiza as hierarquias no mundo da manufatura. Produz o enorme peso da eletricidade e da química na economia capitalista. Implica em mudanças múltiplas: o que fazer, como fazer, o que consumir, como usar, como manter ou reparar. Faz surgir novos materiais, desvalorizando ou revalorizando jazidas, terrenos e/ou regiões.

O uso residencial de energia elétrica propicia, futuramente, a proliferação de novas mercadorias sob forma de eletrodomésticos. Soma ao consumo de automóveis. As produções dessas novas mercadorias empregavam trabalhadores mais educados. Os white-collar redesenham as ocupações ordinárias em empresas de todos os setores logo no início do século XX.

A transformação na organização empresarial com redes de filiais e empresas multidivisionais gerou demanda por pessoal de escritório, vendas, gerência, contabilidade, e assim por diante. Difundiam-se cada vez mais as ferramentas mecânicas como máquinas de escrever e calcular para esse pessoal operar. O custo de comunicações também caiu com redes cada vez mais eficientes de telégrafo e telefone. Enfim, o modo de trabalhar e o tipo de trabalhador mudaram com as mudanças no capitalismo norte-americano.

O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano: 1776-1860

A tese de doutoramento *O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano: 1776-1860*, defendida por Nicholas Miller Trebat, cujo Orientador foi o Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros, no IE-UFRJ, analisa o papel das forças armadas no desenvolvimento econômico estadunidense da guerra de independência norte-americana (1776 - 1783) ao início da Guerra de Secessão (1861-1865).

Ele argumenta contra uma tendência bastante difundida de retratar os EUA, nos séculos 18 e 19, como uma espécie de utopia capitalista, com o estado americano assumindo funções tangenciais. Landes, de fato, nem sequer menciona o estado americano, enquanto, para Atack, Bateman, e Parker, o estado é um agente que entra em cena após as ações “revolucionárias” dos colonos, oferecendo-lhes “proteção” e um arcabouço institucional propício ao crescimento econômico, especialmente no que tange às garantias aos direitos de propriedade. Os “colonos”, no entanto, são tidos como os verdadeiros vetores da expansão econômica e territorial.

A impressão geral que os autores passam é de uma economia cuja trajetória foi determinada por decisões de capitalistas e pequenos proprietários rurais baseadas em dotações pré-existentes dos fatores de produção (“capital” e trabalho). Em relação ao progresso do setor manufatureiro no século 19, por exemplo, os autores afirmam que inovações técnicas nos EUA foram fruto da escassez do fator trabalho nos EUA, levando agentes a adotar métodos cada vez mais intensivos em capital. Conforme Trebat destaca nesse trabalho, esta explicação do progresso técnico

americano ignora a enorme contribuição do Departamento de Guerra à evolução do setor manufatureiro.

Embora a tendência a desconsiderar a atuação estatal esteja presente também em relação a transportes e manufaturas, é na questão da expansão territorial-agrícola que analistas passam uma visão particularmente distorcida da história econômica estadunidense. Como Trebat discute em sua tese, a maioria destes, de forma explícita ou não, fazem uma suposição semelhante à dos diplomatas estadunidenses que negociaram o Tratado de Paris em 1783. Este, que selou a paz com a Inglaterra, estabeleceu o rio Mississippi como a fronteira ocidental dos EUA. Embora os ingleses mantivessem uma presença militar e comercial na região ao redor dos Grandes Lagos até 1815, a Inglaterra formalmente abriu mão de suas reivindicações territoriais ao leste do rio Mississippi em 1783. A expansão ocidental inicia-se com a aquisição do território Louisiana da França em 1803 e termina com a guerra mexicano-americana de 1846-1848.

Os ingleses cederam o Meio-Oeste aos americanos, após a Guerra Anglo-Americana de 1812, basicamente, porque a região não os interessava o suficiente. A vitória sobre o Napoleão na Europa, o declínio do interesse no comércio de peles nos Grandes Lagos, e a dependência do algodão cru produzido nos EUA, levaram a Inglaterra a escolher a paz na América do Norte. Os sucessos militares americanos na defesa de Baltimore, no oceano Atlântico, e na Batalha de Nova Orleans só reforçaram a decisão inglesa.

É importante lembrar que com a exceção do estado de Ohio, o Meio-Oeste em 1815 ainda era, do ponto de vista inglês, uma terra de ninguém, sendo o principal interesse inglês o seu uso como colchão de segurança na defesa do Canadá e para a exploração do comércio de peles na região. No primeiro quarto do século 19, porém, empresas americanas se impuseram nos Grandes Lagos, afetando as operações dos comerciantes ingleses e criando um permanente interesse estadunidense na região, o que obrigaria a Inglaterra, se optasse por manter a sua predominância, a alocar significativos recursos na região na proteção deste comércio reduzido.

A atuação do Departamento de Guerra no processo expansivo nos EUA intensificou após 1815. No período de 1815 a 1860, o exército exerceu três funções principais nas fronteiras de colonização:

1. proteção aos povoados brancos,
2. intimidação de tribos “rebeldes”, e
3. a coordenação de atividades de guerra e conquista.

O problema com a descrição liberal, individualista e de acordo com “o mito-fundador”, ou seja, uma reinterpretação dos fatos dos eventos, mesmo restrita ao período anterior à Guerra Civil, é que ela não salienta que foi o exército, e não apenas os acordos diplomáticos com as potências européias, que viabilizou a expansão territorial no Meio-Oeste e nas regiões interioranas de Géorgia, Alabama, e Mississippi - o coração do “reinado de algodão” estadunidense. Ignorando o esforço do Departamento de Guerra para domar a “região selvagem”, além dos Apalaches, cientistas sociais liberais descrevem a colonização destas regiões como um processo liderado por colonos euro-americanos que teriam atravessado sem maiores dificuldades a cadeia montanhosa e começado a explorar as oportunidades econômicas que as planícies e matas virgens das novas regiões ofereciam.

Foram notáveis os efeitos econômicos da privatização de terras federais a partir de 1783. Bastava ver os impactos dos diversos leilões públicos na concentração de terra e renda, na produtividade agrícola e no tamanho das fazendas.

A política fundiária do governo federal originou no debate entre:

1. os “federalistas”, representados por Alexander Hamilton e interessados em utilizar os leilões para aumentar a arrecadação do governo central, e
2. os “jeffersonianos”, que concebiam a terra pública como oportunidade de criar uma nação de pequenos proprietários.

O primeiro leilão, organizado sob os termos do Northwest Ordinance de 1787, beneficiou o lado federalista: preços foram altos e a área mínima estabelecida para a compra beneficiou grandes especuladores.

Em décadas posteriores, alterações foram feitas à política fundiária, incluindo o fornecimento de crédito e o reconhecimento de direitos de usucapião, que facilitaram a compra de terra por pequenos proprietários. O Homestead Act, promovido pelo presidente Lincoln durante a Guerra de Secessão, cedeu terra pública a milhões de famílias dispostas a lavrar a terra. Além de privatizar e doar terra, o governo federal alocou outras partes do domínio público aos estados e a empresas privadas para fins específicos como educação, mineração, e a construção de ferrovias.

Fossem os compradores quer fazendeiros quer land companies, a política federal, ao realizar leilões, promoveu um intenso mercado de terras no país utilizado para fins especulativos. Fazendeiros-especuladores e especuladores puros tinham incentivos a investir nos terrenos e revendê-los

posteriormente. Embora levasse a abusos, e, em alguns casos, concentrações excessivas, a política fundiária teve um papel crucial na colonização do país.

Uma barreira importante à expansão agrícola ao oeste, acrescentam, foi a incerteza e os altos custos de informação com que se defrontavam potenciais fazendeiros ou imigrantes europeus. Os esquemas de colonização promovidos pelas ferrovias a partir dos anos 1860 representam exemplos de estratégias utilizadas pelo setor privado para lidar com este obstáculo. Marqueteiros contratados pelas ferrovias (cedidas milhões de hectares de terra para financiar as obras) circularam a costa leste dos EUA e Europa para divulgar informação sobre as vantagens e oportunidades econômicas existentes no oeste.

Quanto ao papel do governo, este, reagindo a pressão de fazendeiros, desenvolveu arranjos institucionais para melhorar o conhecimento científico, assim aumentando a produtividade agrícola e o acesso à informação sobre preços, mercados, e condições climáticas. É saliente a importância do Morrill Act de 1862, cedendo terra federal a governos estaduais para o estabelecimento de Faculdades de Ciência Agrícola.

As consequências do modelo de política fundiária adotado pelo governo federal têm sido analisadas de forma exaustiva pelos historiadores econômicos. Trebat aponta que estas análises são quase todas ex post, isto é, são feitas a partir do momento em que o governo federal americano já detinha controle efetivo dos territórios nos quais a civilização branca americana se expandia. Assim, o impacto da intervenção estatal na expansão agrícola é distorcido, porque ignora-se o crucial primeiro passo desta política, que foi o violento processo de expropriação e defesa territorial que acompanhou a expansão e logicamente antecede a implementação do land policy discutido pelos autores liberais. Especificamente, o papel das forças armadas americanas na incorporação destas terras ao domínio público tem sido investigado com pouco interesse e cautela. Portanto, permanece na literatura liberal a impressão que coube ao estado apenas a função de organizar a privatização dos territórios adquiridos.

O treinamento público de engenheiros, nessa época de incerteza tecnológica e em que falta mão-de-obra especializada, tem efeitos completamente distintos de uma política idêntica implementada quando a tecnologia esta consolidada e escolas de capacitação técnica abundam. O fator tempo também é crítico quando envolve indústrias que impactam diversos outros setores. Como Trebat mostra, o apoio estadual e federal às ferrovias da costa leste permitiu uma rápida expansão da malha para além das montanhas Apalaches, que induziu, a partir de 1853, um boom de construção privada nas planícies do Meio-Oeste. Assim, foi criada uma base sólida para o

sistema ferroviário nacional a partir da qual vultosos investimentos foram feitos nos anos 1860 e 1870. Sem a intervenção estatal na fase de infância da indústria, é razoável supor que esta trajetória teria sido bem mais lenta, o que, no caso das ferrovias, teria alterado a trajetória da economia como um todo.

Embora incorresse em custos significativos ao longo de décadas para promover a tecnologia intercambiável, os gastos do Departamento de Guerra neste projeto não foram elevados como percentagem da renda nacional, pois os gastos federais nunca superaram 3% da renda nacional entre 1800 e 1860. No entanto, o esforço persistente de produzir armas de fogo com peças intercambiáveis levou ao desenvolvimento de máquinas e técnicas que revolucionaram os processos produtivos no setor manufatureiro.

Relação entre o Estado e o Desenvolvimento Econômico Americano

O esplêndido trabalho de pesquisa de Nicholas Miller Trebat, *O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano: 1776-1860*, defendida como tese de doutoramento no IE-UFRJ se propõe a reunir as diversas análises existentes sobre a atuação federal no período anterior à Guerra Civil e inseri-los na discussão sobre a relação entre o Estado e o desenvolvimento econômico americano. No tocante à literatura revisionista, é importante salientar que o trabalho não visa contra-argumentar que o governo federal teve impacto mais importante que os governos locais antes de 1860, nem que o poder federal neste período constituiu um “leviatã” afetando todos os setores econômicos de forma contundente. No entanto, busca ilustrar que o impacto econômico de pelo menos uma instituição federal neste período – o Departamento de Guerra – foi substancial.

Por que analisar especificamente as Forças Armadas? O leitor notará que quase todos os estudos mencionados sobre o impacto federal na economia americana são ao mesmo tempo análises da atuação do impacto das instituições militares. Há uma explicação simples para isso: a federação estadunidense até 1850 era essencialmente uma união militar, contexto refletido na participação expressiva dos gastos militares nos gastos primários totais do governo federal. Esta participação ficou em torno de 70% em média entre 1792 a 1860, alcançando níveis excepcionalmente elevados (acima de 90%) em períodos de guerra. Portanto, se o governo federal teve algum impacto na economia americana no período examinado, não seria uma surpresa se fosse através do Departamento de Guerra.

O primeiro passo na formação do estado americano foi a Guerra de Independência (1775-1783), que exigiu a criação do Exército Continental e

uma entidade legislativa, chamado o Congresso Continental, para coordenar os esforços de guerra entre as treze colônias, até então pouco integradas economicamente. Conflitos, ou a ameaça de conflitos, continuaram estimulando a centralização estatal nos primeiros anos da república. Como Trebat discute, levantes populares internos contra o sistema tributário e monetário, resistência indígena à expansão americana e a ameaça da presença inglesa e espanhola no continente norte-americano induziram o o processo de centralização de poder estatal nos EUA a partir de 1789, ano em que foram abolidos os Artigos da Confederação, uma carta constitucional descentralizadora que não exigiu a unificação dos mercados nem das moedas, cada estado se reservando o direito de emitir papel-moeda próprio. Os Artigos foram substituídos pela Constituição que estabeleceu tarifas nacionais de importação e reservou ao governo central o direito à cunhagem.

Estas considerações nos ajudam a entender porque o governo central no período examinado era basicamente uma organização militar: foram as necessidades militares que levaram à centralização de poder nos EUA e a própria formação inicial do estado. Logo, era de esperar que o governo central assumisse nas primeiras décadas da República funções predominantemente militares.

O interesse de Trebat nas instituições militares também deriva das inúmeras experiências de influência militar em atividades privadas no século 20, como no caso do desenvolvimento de rádio, aviões, o computador e, mais recentemente, a internet e robótica. Por isso, é interessante investigar possíveis antecedentes históricos do impacto militar, não só em termos de inovações técnicas, mas em um sentido mais amplo, permitindo fazer observações mais abrangentes sobre a relação entre o estado e o desenvolvimento econômico americano.

O argumento básico da tese de Trebat é que o Departamento de Guerra teve papel fundamental na criação das “pré-condições” para a industrialização americana. “Pré-condições” se referem a uma série de atributos – como abundância de recursos naturais, elevada capacidade técnica da população, geografia favorável ao comércio externo e estruturas políticas e sociais favoráveis ao progresso técnico – que possibilitam fases posteriores de rápido crescimento industrial.

Este trabalho de pesquisa de Nicholas Miller Trebat consiste em três estudos de caso do impacto militar na economia americana até 1860. Ele resume as características da economia americana no limiar da Revolução (1775-1783), apontando para os setores dinâmicos e para o considerável grau de estratificação socioeconômica que existia nas colônias americanas. Discute também o mercado de terras no final do período colonial e os incentivos que

este criava para a expansão territorial. Discorre sobre os intensos conflitos de classe que marcaram a sociedade nos anos 1780, e os reflexos destes no movimento constitucionalista e na criação das forças armadas modernas. Foram os poderes concedidos ao governo federal pela Constituição de 1789 que permitiu que o Departamento de Guerra obtivesse os recursos e a autonomia necessários para influenciar o rumo da economia americana no período anterior à Guerra Civil.

O Trebat descreve as origens da industrialização americana, sobretudo a evolução do setor manufatureiro concentrado nas regiões Nordeste e, em menor medida, Meio-Oeste. Discute o progresso técnico no setor de máquinas-ferramentas até 1860 e o seu papel na elevada produtividade manufatureira observada já a partir de 1840. Analisa o papel macroeconômico das regiões Sudeste e Meio-Oeste, apontando para o papel do setor agrícola e das exportações no crescimento destas regiões e na sustentação das taxas de crescimento a nível nacional. A última seção discute a evolução do sistema de transporte. Conclui essa parte com um breve resumo do debate em torno do impacto econômico das ferrovias e o papel do estado na construção da malha no período anterior à Guerra Civil.

Em seguida, examina o papel do exército nacional na expansão territorial estadunidense entre 1790 e 1840. O objetivo central é de ilustrar que a colonização branca das áreas além das montanhas Apalaches no Sudeste e Meio-Oeste foi fruto de conquistas militares do exército nacional contra tribos indígenas contando com o apoio de interesses ingleses e espanhóis. Como dito, autores como Douglas North e David Landes descrevem o processo de ocupação destas regiões como se fosse liderado por famílias de colonos-fazendeiros, assim ignorando o esforço do exército federal para remover as populações indígenas residindo nos estados modernos de Ohio, Indiana, Illinois, Alabama Mississippi, e Geórgia. Argumentaremos que elites proprietárias da costa leste, buscando aumentar a receita do governo federal e lucrar com a ocupação das terras ao oeste, tiveram papel importante na colonização destes estados.

O segundo estudo de caso, abordado por Trebat, analisa o papel dos arsenais federais no desenvolvimento das máquinas-ferramentas e técnicas produtivas características da tecnologia intercambiável. Ilustra os vínculos tecnológicos entre a indústria armamentista, criada nos EUA a partir dos arsenais de Springfield e Harper's Ferry, e a indústria automobilística do início do século 20.

Ele analisa também o papel do Departamento de Guerra no crescimento da indústria ferroviária no período anterior à Guerra Civil. A partir de 1827, o Departamento de Guerra enviou engenheiros militares para efetuar

levantamentos topográficos e trabalhar na construção e administração de ferrovias. Argumenta que a contribuição mais importante das instituições militares à construção, operação e administração das ferrovias americanas foi através da academia militar de West Point, principal escola de engenharia do país até 1860.

Em relação à administração ferroviária, aponta para evidências sugerindo que as ferrovias, e o big business americano de maneira geral, foram significativamente influenciados pelo modelo organizacional militar desenvolvido pelo Departamento de Guerra a partir de 1815.

Conclui com uma breve reflexão sobre as implicações dos seus argumentos para o estudo da relação entre o Estado e o desenvolvimento americano.

Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica

Ha-Joon Chang é professor na universidade de Cambridge. Ele é o economista heterodoxo autor do livro “*Chutando a Escada*”. Para ele, os países de *capitalismo retardatário* (EUA, Alemanha, Japão) criticam hoje a adoção de política industrial e protecionista por parte dos países de *capitalismo tardio* (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, etc.), quando eles a utilizou no Século XIX para superar o capitalismo originário da Inglaterra. Ele é crítico do livre mercado. Leia resenha do seu livro abaixo.

Carmen Augusta Varela é Professora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Publicou resenha (Revista de Economia Política. vol.26 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2006) do livro “*Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*” (São Paulo: Editora UNESP; 2004) de autoria de Ha-Joon Chang. Reproduzo-a abaixo, recomendando a leitura essencial do livro.

“A versão original desse livro foi publicada em inglês, em 2002, e foi traduzida para uma série de idiomas. Seu autor, Ha-Joon Chang, é um coreano, professor da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, desde 1990, e diretor-adjunto do Departamento de Estudos sobre Desenvolvimento. Ha-Joon vem sendo considerado um líder da nova geração de economistas heterodoxos que tentam revitalizar os trabalhos e debates na área de desenvolvimento econômico

Em 2003, o livro, cujo título original em inglês é *Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective*, foi o vencedor do

Prêmio Gunnar Myrdal, dado pela EAEPE (European Association for Evolutionary Political Economy) para a melhor publicação.

Seu autor, Ha-Joon Chang, dividiu o Prêmio Leontief (*Wassily Leontief Prize for Advancing the Frontiers of Economic Thought*) de 2005, dado pela Universidade de Tufts, com Richard R. Nelson, professor da Universidade de Columbia. O Prêmio Leontief foi recebido pela sua contribuição para o estudo do desenvolvimento econômico de países pobres e pelos seus trabalhos tentando desvendar a problemática relação existente entre metas de desenvolvimento e uma economia globalizada.

O título do livro, *Chutando a escada*, faz referência a parte de uma frase de Friedrich List, economista alemão do século XIX (1789-1846), defensor do protecionismo à indústria nascente. Em seu trabalho, Ha-Joon afirma: os países em desenvolvimento estão sendo pressionados pelos países desenvolvidos a adotar o que chamam de “boas políticas e boas instituições”, capazes de promover o desenvolvimento econômico. As “boas políticas” seriam as recomendadas pelo Consenso de Washington, dentre elas podemos citar políticas macroeconômicas restritivas, liberalização comercial e financeira, privatização, e desregulamentação. As “boas instituições” seriam as existentes nos países desenvolvidos, principalmente nos anglo-saxões, por exemplo, a democracia, um poder judiciário e banco central independentes e uma forte proteção aos direitos de propriedade. Os argumentos utilizados são: “políticas e instituições boas” foram adotadas pelos países desenvolvidos quando estavam em processo de desenvolvimento. Chang mostra não faltarem evidências históricas sugerindo o contrário.

O principal questionamento de seu trabalho é: “Como os países ricos enriqueceram de fato?” Esta pergunta é o título do primeiro capítulo do livro.

A obra é dividida em quatro capítulos. O primeiro é introdutório, discutindo o método de análise utilizado e os questionamentos do autor, antecipando também algumas conclusões finais do trabalho. O capítulo 2 aborda as chamadas políticas de ICT (políticas industrial, comercial e tecnológica). Segundo Chang, são as diferenças nestas políticas que, para ele, separam os países bem-sucedidos, em termos de desenvolvimento econômico, dos outros países, deixando claro que não nega a importância de outras políticas. O terceiro capítulo analisa um grande número de instituições. Ha-Joon afirma que (p. 25), “[...]Tanto quanto me é dado saber, este livro é o único que oferece informações em um espectro tão amplo de instituições, passando por um grande número de países”. No último capítulo, intitulado “Lições para o presente”, o autor tenta responder os seus questionamentos iniciais, dando algumas sugestões para os países em desenvolvimento.

Após a análise do desenvolvimento econômico sob um prisma histórico, Ha-Joon conclui que se os países desenvolvidos tivessem mesmo adotado as políticas que recomendam aos países em desenvolvimento, não seriam o que são hoje. Muitos deles, ao longo de sua trajetória de desenvolvimento, recorreram a políticas comerciais e industriais protecionistas, atualmente consideradas políticas “ruins”. Além disso, no século XIX e início do século XX, antes de se tornarem países desenvolvidos, possuíam poucas das instituições que agora recomendam aos países em desenvolvimento. Em outras palavras, os países desenvolvidos, pregando políticas ortodoxas, estariam hoje “chutando a escada” para que os países em desenvolvimento não consigam seguir os mesmos caminhos trilhados por eles para se desenvolver.

O ponto alto do livro são os dados históricos. Questionam determinados mitos em relação aos países desenvolvidos. Por exemplo, na tabela 2.1 (pág. 36), fica claro, de 1820 até 1931, os EUA e alguns outros países hoje desenvolvidos adotaram *políticas altamente protecionistas para defender a sua indústria nascente*, mas eles alegam terem feito o contrário: liberalizaram seus mercados.

Em um trecho do livro (pág. 66), que analisa as políticas de ICT adotadas pela Alemanha, menciona-se a utilização de espionagem industrial patrocinada pelo Estado e a cooptação de trabalhadores da Inglaterra. Estas práticas seriam consideradas “ruins” nos dias de hoje.

Em uma outra parte do livro (págs. 127-36), Ha-Joon demonstra, nos países desenvolvidos, a democracia, durante muito tempo, não ter sido muito democrática, porque excluía pessoas por renda, sexo, cor. Existia também compra de votos, fraude eleitoral e corrupção. Segundo o autor, os países em desenvolvimento, nas fases iniciais da democracia, não tiveram tantos problemas como os países desenvolvidos.

O livro é de leitura fácil, com abundância de dados históricos não só de países tradicionalmente analisados como EUA, Alemanha, França, Grã-Bretanha e Japão, mas também de países menores, como a Bélgica, Suíça, Holanda, etc. Apresenta, assim como em outros livros do mesmo autor, uma visão crítica em relação ao papel do Estado no desenvolvimento econômico e em relação às políticas recomendadas aos países em desenvolvimento pelos órgãos de fomento internacional como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

É um trabalho original, recomendado para leitura a economistas e pessoas com diversas áreas de formação, inclusive a formuladores de políticas públicas. Contém inúmeras referências bibliográficas e estimula a repensar as

estratégias de desenvolvimento econômico que vêm sendo adotadas pelos países pobres e em desenvolvimento.”

O Petróleo – Uma História Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro

A disponibilidade de tradução de *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power*, livro clássico escrito por Daniel Yergin (São Paulo, Paz e Terra, 2010), facilita ao leitor brasileiro o acesso ao que há de melhor na literatura sobre a Economia do Petróleo. Este tema será cada vez mais relevante em nosso País.

Dada sua dimensão - 1080 páginas -, provavelmente poucos o lerão. Com o propósito didático, vamos apresentar uma breve síntese de seu fio-condutor analítico sob forma de uma série de posts. Começaremos com uma breve Introdução técnica, necessária para entender os atuais desdobramentos da Economia do Petróleo.

A Economia do Petróleo é dividida em três áreas de atuação. O *upstream* compreende a exploração e produção. O *midstream* compreende os navios-tanques e oleodutos que transportam petróleo para refinarias. O *downstream* inclui refino, comercialização e distribuição, até o posto de gasolina ou loja de conveniência mais próxima. Considera-se “integrada” a empresa que possui atividades significativas de *upstream* e *downstream*.

Pela teoria geralmente aceita, o petróleo é o resíduo de restos orgânicos, principalmente de plâncton microscópico flutuando na margem e também plantas terrestres, que se acumularam no fundo dos oceanos, lagos e zonas costeiras. Durante milhares de anos, essa matéria orgânica rica em carbono e átomos de hidrogênio foi coletada sob níveis sucessivos de sedimentos. Pressão e calor subterrâneo “cozinharam” a matéria vegetal, convertendo-a em hidrocarbonetos: petróleo e gás natural.

As gotículas de líquido de petróleo migraram através de pequenos portos e fraturas nas rochas, até que ficaram mais presas em rochas permeáveis, seladas por rochas de xisto no topo e água salgada mais densa na parte inferior. Normalmente, em um reservatório desse tipo, o gás mais leve preenche os poros da rocha reservatório como uma “capsula de gás” acima do petróleo.

Quando a broca penetra no reservatório, a pressão menor no interior da broca permite que o líquido do petróleo flua para o poço e depois à superfície como um poço jorrando. *Gushers* - ou “fontes de petróleo”, como eram chamadas na Rússia - resultou da falha (ou, naquele momento, a incapacidade) de gerir a pressão do petróleo nascente. Como a produção

continua ao longo do tempo, a pressão subterrânea diminui e os poços precisam de ajuda para continuar, a partir de bombas de superfície ou de gás reinjetado de volta para o poço, conhecido como *gas lift*. O que vem à superfície é petróleo bruto quente, por vezes acompanhado de gás natural.

Mas da forma como flui de um poço, o petróleo em si é uma commodity, com poucos usos diretos. Praticamente todo petróleo bruto é processado em uma refinaria para se transformar em produtos úteis, como gasolina, querosene de aviação, óleo para aquecimento doméstico e óleo combustível industrial.

Nos primeiros anos da indústria, uma refinaria era pouco mais que uma destilaria onde o petróleo bruto era fervido e, em seguida, os diferentes produtos eram condensados em diferentes temperaturas. As competências exigidas não eram assim tão diferentes do que as exigidas para fazer aguardente, razão pela qual os fabricantes de uísque entraram para o refino de petróleo no século XIX. Hoje, a refinaria é muitas vezes uma grande fábrica, complexa, sofisticada e cara.

O petróleo bruto é uma mistura de líquidos e gases de petróleo em várias combinações. Cada um desses componentes tem algum valor, mas somente quando estão isolados no processo de refino. Assim, o primeiro passo no refino é separar o petróleo bruto em partes constituintes. Isso é feito por destilação térmica - aquecimento.

Os vários componentes evaporam em diferentes temperaturas e, em seguida, podem ser condensados novamente em *streams* puros. Alguns *streams* podem ser vendidos como estão. Outros são submetidos a outros processos para obter produtos de maior valor.

Em refinarias simples, estes processos são principalmente para a remoção de impurezas indesejáveis e para fazer pequenas alterações nas propriedades químicas. Em refinarias mais complexas de reestruturação, a principal reestruturação de moléculas é realizada através de processos químicos que são conhecidos como *cracking* ou “conversão”. O resultado é um aumento na quantidade de produtos de alta qualidade, tais como gasolina e uma diminuição na saída e produtos de menor valor como óleo combustível e asfalto.

O petróleo bruto e produtos refinados são, atualmente, da mesma forma transportados por navios-tanques, oleodutos, barcaças e caminhões. Na Europa, o petróleo é muitas vezes medido em toneladas, no Japão, em quilolitros. Mas, nos Estados Unidos e Canadá, e informalmente no mundo todo, a unidade básica continua ser o barril, embora não haja atualmente um

só profissional do petróleo que tenha visto um barril antigo de petróleo bruto, exceto em um museu.

Quando o petróleo começou a jorrar dos poços no oeste da Pensilvânia, na década de 1860, os homens do petróleo desesperados saquearam fazendas, celeiros, adegas, lojas e quintais a procura de qualquer tipo de barril - melaço, cerveja, uísque, cidra, terebintina, sal, peixe, e tudo o que estivesse à mão. Mas, à medida que os tanoeiros começaram a fazer barris especialmente para o comércio de petróleo, um tamanho padrão surgiu e continua a ser a norma até o presente. O tamanho são 42 galões.

O número foi emprestado da Inglaterra, onde uma lei em 1482, quando o rei era Edward IV, estabeleceu 42 galões como o tamanho padrão de barril para o arenque, a fim de terminar com a trapaça e os “diversos enganos” no acondicionamento do peixe. Naquela época, a pesca do arenque era o maior negócio do mar do Norte.

Em 1866, sete anos após o Coronel Drake perfurar o seu poço, os produtores da Pensilvânia confirmaram o barril de 42 galões como padrão, ao contrário de, por exemplo, o barril de vinho de 31 ½ galões ou do barril de bebidas de 32 galões de Londres ou do barril de cerveja de 36 litros de Londres.

Tudo isso, de uma forma indireta, nos traz de volta aos dias atuais, pois o barril de 42 galões ainda é usado como medida padrão, mesmo não o sendo como um receptáculo físico, inclusive no maior dos negócios no mar do Norte. Hoje não é, claro, o arenque, mas o petróleo.

Cronologia da História do Petróleo:

1859: Drake fura o primeiro poço de petróleo em Titusville.

1870: Rockefeller funda a Standard Oil Company.

1873: Início das operações de petróleo em Baku.

1882: Demonstração da lâmpada elétrica de Thomas Edison. Formação da Standard Oil Trust.

1885: Entrada dos Rothschild no setor de petróleo da Rússia.

1896: Primeiro automóvel construído por Henry Ford.

1901: Início das empresas Sun, da Texaco e da Gulf.

1907: Associação entre a Shell e a Royal Dutch.

- 1908: Descoberta de petróleo na Pérsia.
- 1914: Governo britânico adquire 51% da Anglo Persian Oil Company.
- 1914-1918: Primeira Guerra Mundial e intensa mecanização.
- 1928: Reunião no Castelo de Achnacarry e acordo de manutenção das relações de poder.
- 1929: Quebra da Bolsa de Nova Iorque e crise econômica mundial.
- 1931: A Manchúria é invadida pelo Japão.
- 1932: Descoberta de petróleo no Bahrain.
- 1932-33: O Xá Reza Pahlavi cancela a concessão da Anglo-Iranian.
- 1938: Descoberto petróleo no Kuwait e na Arábia Saudita. Nacionalização das empresas estrangeiras no México.
- 1939: Início da Segunda Guerra Mundial.
- 1941: Ataque japonês a Pearl Harbour.
- 1943: Primeiro acordo fifty-fifty na Venezuela.
- 1945: Fim da Segunda Guerra Mundial. Encontro entre Franklin Roosevelt e o rei saudita Ibn. Saud marca o início da relação entre os países. Criação da ONU.
- 1947: Início do Plano Marshall.
- 1948: A Standard of New Jersey (Exxon) e a Scony-Vacuum (Mobil) associam-se à Texaco na Aramco.
- 1951- 53: Guerra da Coreia. Nacionalização da Anglo-Iraniana no Irã: Primeira Crise do Petróleo no Pós-Guerra.
- 1955: Conferência de Bandung. União Soviética reinicia as exportações mundiais.
- 1956: Crise do Canal de Suez: Segunda Crise do Petróleo no Pós-Guerra. Descoberta de Petróleo na Argélia e na Nigéria.
- 1958: Revolução Iraniana.
- 1959: Congresso árabe de petróleo no Cairo. Descoberta de importante campo de gás natural na Holanda.

set - 1960: Criação da OPEP

jul - 1967: Guerra dos Seis Dias. Fechado o Canal de Suez: o primeiro embargo feito por países do Oriente Médio: Terceira Crise do Petróleo no Pós-Guerra.

1968: Os Estados Unidos avisam que suas reservas não garantiam mais a segurança energética.

1969: Descoberto petróleo no Mar do Norte.

Abr - 1971: Acordo de Teerã, garantindo a participação de 55% das receitas para os países que detinham as reservas.

Out - 1973: Quarta crise do petróleo. Uma nova guerra árabe-israelense faz o mercado entrar em colapso e o preço internacional do petróleo triplica. Era o fim de uma era na história petrolífera.

Mar - 1974: Fim oficial do embargo de petróleo.

Nov - 1979: Revolução Islâmica no Irã. Invasão da embaixada estadunidense em Teerã. Quinta Crise do petróleo.

Set - 1980: Início da guerra entre Irã e Iraque.

Mar - 1983: Início de operações em mercado futuro de petróleo.

1985: A Arábia Saudita muda de estratégia. Passa a determinar o volume de produção, e não o preço, sendo acompanhada pelos demais países da OPEP.

1986: Preço do petróleo despenca.

1989: Acidente do petroleiro Exxon Valdez, no Alasca.

1990: Kwait é invadido pelo Iraque. Sexta Crise do Petróleo no Pós-Guerra.

1991: Guerra do Golfo. Campos de petróleo incendiados no Kwait. Colapso da URSS.

1998: Preço do petróleo despenca para US\$ 10 / barril. Crise da Rússia.

11/09/2001: Atentados terroristas derrubam as duas torres do World Trade Center.

Out - 2001: Invasão do Afeganistão.

Mar - 2003: Invasão do Iraque.

2004: Demanda mundial do petróleo dá salto sob forte crescimento econômico mundial.

2005: Estados Unidos autoriza etanol na gasolina. Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan inicia operações, unido mar Cáspio ao mar Mediterrâneo.

2006: “Tupi” - primeira descoberta importante na nova reserva petrolífera offshore brasileira.

2008: Preço do petróleo atinge US\$ 147,27 / barril; gasolina nos Estados Unidos acima de US\$ 4. Pós crise financeira: a demanda por petróleo enfraquece à medida que a economia mundial entra em recessão.

Era do Petróleo

Daniel Yergin, em *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power* (São Paulo, Paz e Terra, 2010. 1077 p.) conta: o grito ecoado em agosto de 1859 através dos estreitos vales do oeste da Pensilvânia - anunciando o maluco yankee, o Coronel Drake, ter encontrado petróleo - deu início a uma imensa *corrida ao petróleo*. Desde então, nunca mais teve fim.

Daí em diante, na guerra e na paz, o petróleo ganharia o poder de construir ou destruir nações e seria decisivo nas grandes batalhas políticas e econômicas do século XX. Mas, repetidas vezes, durante a infundável aventura, as grandes ironias do petróleo se tornaram aparentes. Seu poder tem um preço.

Por quase um século e meio, o petróleo vem trazendo à tona o melhor e o pior de nossa civilização. Vem se constituindo em privilégio e em ônus.

A energia é a base da sociedade industrializada. Entre todas as fontes de energia, o petróleo vem se mostrando a maior e mais problemática, devido ao seu papel central, ao seu caráter estratégico, ao padrão recorrente de crise em seu fornecimento - e à inevitável e irresistível tentação de tomar posse de suas recompensas.

Ele tem sido o palco para o nobre e o desprezível do caráter humano. Criatividade, dedicação, espírito empresarial, engenho e inovação tecnológica, vêm coexistindo com a avareza, a corrupção, a ambição política cega e a força bruta.

O petróleo ajudou a tornar possível o domínio sobre o mundo físico. Ele nos deu nossa vida cotidiana e, literalmente, nosso pão de cada dia, através dos produtos químicos agrícolas e dos transportes. Ele abasteceu, ainda, as lutas globais por supremacia política e econômica.

A feroz e, muitas vezes violenta, busca pelo petróleo - e pelas riquezas e poder inerentes a ele irão continuar com certeza enquanto ele ocupar essa posição central. Pois o nosso é um século no qual cada faceta de nossa civilização vem sendo transformada pela moderna e hipnotizante alquimia do petróleo. Foi isso que fez a era do petróleo.

Churchill, às vésperas da I Guerra Mundial, captou uma verdade fundamental. Debatia-se a conveniência de adaptar a Marinha britânica para o uso do petróleo como fonte de energia no lugar do carvão, o combustível tradicional. Com essa substituição, teria de depender da oferta distante e instável do petróleo da Pérsia, como então se chamava o Irã. Entretanto, os benefícios estratégicos levaram o então Primeiro Lorde do Almirantado a decidir que a Inglaterra teria de basear a sua “supremacia naval no petróleo, “mesmo que tivesse de enfrentar um mar de problemas”. Por todo o século XX, o petróleo significou hegemonia. E a busca da hegemonia é o assunto do livro *O Petróleo - Uma História Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro*, escrito por Daniel Yergin (São Paulo, Paz e Terra, 2010).

Esse livro conta essa história geopolítica desde o começo nos Estados Unidos até quando, no dia 2 de agosto de 1990, o petróleo voltou a se converter no foco de conflito mundial. Foi quando um outro ditador do século XX, Saddam Hussein, do Iraque, invadiu o Kuwait, país vizinho. Se capturasse suas riquezas, o Iraque se converteria na maior potência petrolífera do mundo e dominaria tanto o mundo árabe quanto o Golfo Pérsico, onde se concentra a maior parte das reservas de petróleo existentes. O resultado seria uma transformação no equilíbrio internacional do poder.

No fim do século XX, o petróleo ainda era fundamental para a segurança, a prosperidade e a própria natureza da civilização.

Apesar de a moderna história do petróleo ter começado na última metade do século XIX, foi o século XX que sofreu uma transformação completa com seu advento. Três grandes temas são subjacentes a essa história.

O primeiro é a ascensão e o desenvolvimento do capitalismo e dos negócios modernos. Em todo o mundo, o petróleo é o maior negócio e o mais difundido, definindo de forma completa o significado do risco e da recompensa. Desde as últimas décadas do século XIX, a Standard Oil dominou completamente a indústria petrolífera norte-americana, ocupando um dos primeiros lugares entre as maiores empresas multinacionais. Entre as dez primeiras das quinhentas empresas relacionadas pela revista Fortune em 2008, seis eram companhias de petróleo. Enquanto não se encontrar alguma fonte alternativa de energia, o petróleo continuará a ter efeitos de longo alcance sobre a economia global; a elevação do seu preço pode estimular o

crescimento econômico ou, ao contrário, desencadear a recessão. Ele é um gerador maciço de riquezas, pois “petróleo é quase-dinheiro”.

O segundo tema é o do petróleo como um produto intimamente imbricado nas estratégias nacionais e no poder e política globais. Ele esteve como motivador dos principais conflitos do século XX, desde as duas Grandes Guerras, passando pela Guerra Fria, quando a batalha por seu controle, travada entre as companhias internacionais e os países desenvolvidos, constituiu peça importante na luta pela descolonização travada pelo nacionalismo emergente.

O petróleo também demonstrou que pode ser o “ouro dos tolos”. A riqueza do petróleo acabou por destruir o Xá do Irã. O petróleo promoveu a economia do México para depois solapá-la. A União Soviética - o segundo maior exportador do mundo - esbanjou os recursos obtidos com uma escalada militar que minou a possibilidade de seu crescimento sustentado. Os Estados Unidos, outrora o maior produtor mundial e até hoje o maior consumidor, têm de importar entre 55% e 60% do suprimento de petróleo de que necessitam.

Finda a Guerra Fria, uma nova ordem mundial começa a tomar forma. A competição econômica, as lutas regionais e as rivalidades étnicas podem substituir a ideologia como foco do conflito internacional - e nacional -, instigadas pela proliferação da indústria de armamentos. Um novo tipo de ideologia - extremismo religioso e jihad - passaram para o primeiro plano. Com tudo isso, o petróleo continuará a ser o produto estratégico.

Um terceiro tema da história do petróleo mostra como a nossa sociedade se tornou uma “Sociedade do Hidrocarboneto”. De início, o negócio do petróleo forneceu o “querosene” que propiciava estender o dia de trabalho. No final do século XIX, John D. Rockefeller tornou-se o homem mais rico dos Estados Unidos graças à venda do querosene. Por essa época, a gasolina era apenas um subproduto inútil. Quando a invenção da lâmpada incandescente parecia indicar a obsolescência da indústria do petróleo, uma nova era se inaugurou com o desenvolvimento da máquina de combustão interna provida de energia pela gasolina.

No século XX, o petróleo, suplementado pelo gás natural, derrubou o rei carvão do trono que ocupava como fonte de energia para o mundo industrial. O petróleo constituiu a base do grande movimento de suburbanização do pós-guerra. Ele é o sangue vital das comunidades suburbanas. É, junto com o gás natural, o componente fundamental da fertilização, da qual depende a agricultura; possibilita o transporte de alimentos para as megacidades do mundo, totalmente não autossuficientes.

Também fornece os plásticos e os elementos químicos, que são os tijolos e a argamassa da civilização contemporânea.

No século XXI, crescer dependendo do petróleo deixou de ser considerado uma vantagem. Com o crescimento do movimento ecológico, os princípios básicos da sociedade industrial, suportada pela indústria do petróleo, estão sendo contestados. Aumentam os esforços para reduzir a queima de todos os combustíveis fósseis - o petróleo, o carvão e o gás natural -, devido às suas consequências:

1. A neblina enfumaçada e a poluição do ar;
2. A chuva ácida e a destruição da camada de ozônio;
3. O espectro da mudança climática.

O petróleo agora é acusado de alimentar a deterioração do meio ambiente e a indústria petrolífera é acusada de ser uma ameaça para a geração presente e as futuras. Isso tornou obrigatória a implementação de inovações tecnológicas que minimizem os desafios ambientais.

No entanto, o “Homem do Hidrocarboneto” demonstra ter pouca disposição de desistir do carro e do lar nos arredores da cidade. Qualquer ideia de redução do consumo de petróleo será influenciada pelo consumo da população de países subdesenvolvidos que almejam agora “o direito” aos benefícios decorrentes dos bens de consumo duráveis. Por exemplo, entre 1990 e 2008, a demanda por petróleo na Índia mais do que dobrou e na China mais que triplicou.

Esses três temas são tratados por Daniel Yergin em seu livro clássico. Ocupa-se das forças poderosas e impessoais da Economia e da Tecnologia, assim como das estratégias e habilidades dos homens de negócios e dos políticos. Embora todo o conflito e a complexidade, houve um “fio-condutor” na história do petróleo, uma sensação contemporânea até para fatos ocorridos há muito tempo e ecos do passado em acontecimentos recentes.

Esta é ao mesmo tempo uma história de:

1. Indivíduos;
2. Forças econômicas poderosas;
3. Mudança tecnológica;
4. Lutas políticas;

5. Conflito internacional;
6. Transformação épica.

Daniel Yergin espera que essa exploração das consequências econômicas, sociais, políticas e estratégicas da nossa dependência mundial em relação ao petróleo ilumine o passado, habilite-nos a compreender melhor o presente e ajude-nos a antecipar o futuro.

Estados Unidos Contra Trustes & Cartéis

Daniel Yergin, em *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power* (São Paulo, Paz e Terra, 2010. 1077 p.) prossegue sua narrativa. *Cartel* é um acordo comercial entre empresas, visando à distribuição entre elas das cotas de produção e do mercado com a finalidade de determinar os preços e limitar a concorrência. A etimologia dessa palavra afirma que cartel (1527) tem sua raiz em um vocábulo francês, originalmente com o sentido de “carta de desafio para duelo”.

Como termo de Economia e de Política o étimo é o alemão Kartell (1789) usado neologicamente por Eugen Richter (1838-1906), deputado liberal na Reichstag, para designar um grupo de industriais metalúrgicos que formaram uma associação com essas características. Com essa nova acepção o termo se difundiu pelas línguas europeias - tanto no inglês “cartel” (1902), francês cartel (1906), italiano cartello (1892). O alemão Kartell, por sua vez, herdou o termo do francês medieval cartel na acepção de “desafio para um combate singular”.

Pois bem, como os Estados Unidos enfrentaram esse “desafio para um combate singular” contra o cartel formado em sua indústria petrolífera na virada do século XIX para o XX? Talvez nessa narrativa histórica encontremos lições para o Brasil enfrentar esse “desafio para um combate singular” contra o cartel formado em sua indústria petrolífera na virada do século XX para o XXI. Como já disse, trabalho com a hipótese de que os direitos e deveres da cidadania, no nosso País, ocorre em média com um século de atraso...

O cartel é um grupo de empresas independentes que formalizam um acordo para sua atuação coordenada com vistas a interesses comuns. O tipo mais frequente de cartel é o de empresas que produzem bens e serviços semelhantes, de forma a constituir um oligopólio sindicalizado sob forma de um monopólio ou, vulgarmente, entre as empreiteiras de obras públicas brasileiras, um “clube”.

Muitas vezes se utiliza termos como truste e sindicato para os mercados nacionais ou locais. Com isso, reserva-se o termo cartel para o mercado internacional, inclusive entre países produtores de determinada commodity, como é o caso da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Os objetivos mais comuns de cartéis são:

1. o controle do nível de produção e das condições de venda;
2. fixação e controle de preços;
3. controle das fontes de matérias-primas, no caso, cartel de compradores;
4. fixação de margens de lucros e divisão de territórios ou concorrências públicas de operação.

As empresas que forma um cartel mantêm sua independência e individualidade, mas devem respeitar as regras aceitas pelo grupo (“clube”), como a divisão do mercado e a manutenção dos preços combinados. Em geral, formam um fundo comum como reserva orçamentária do cartel. Esse fundo é utilizado para punir as empresas do grupo que não respeitarem o acordo e também para impedir que outras empresas penetrem em mercados já dominados.

Na maioria dos países, a formação de carteis que atuem internamente é proibida por configurar um monopólio que atenta contra a livre concorrência. No entanto, a cartelização é fenômeno que ocorre em algum momento nas economias capitalistas que não vigiam e punem com severidade essa prática.

Há, então, um certo cinismo no tratamento da questão. Internamente, argumenta-se que a atuação dos carteis elimina a concorrência. Porém, externamente, os países exportadores constituem grupos alegando que “organizam racionalmente a produção e competem em igualdade de condições em determinado mercado”.

Há cem anos, os Estados Unidos declararam uma guerra política e judicial contra as peculiares práticas de negócios de Rockefeller e seus sócios desde o início do Standart Oil Trust. Ela tentava destruir quem quer se pusesse em seu caminho. Seu crescimento foi produto da rápida industrialização da economia norte-americana das últimas décadas do século XIX, que havia transformado uma economia descentralizada e competitiva, constituída de muitas pequenas empresas industriais, em outra dominada por imensos

conglomerados industriais chamados trustes, cada qual montado em certo ramo industrial, várias delas com os mesmo investidores e diretores.

A Lei de Cunhagem de fevereiro de 1873, Coinage Act (The Fourth Coinage Act), que ficou conhecido como “The Crime of 1873”, continha a decisão de retirar padrão bimetálico do dólar norte-americano por meio da desmonetização da prata com a intenção de firmar o padrão-ouro como referência do sistema monetário norte-americano. O principal efeito do pânico financeiro gerado em 1873 foi o de levar à falência os bancos e as companhias ferroviárias que estavam envolvidos em especulação e subsídios governamentais.

O resultado da relativa estagnação econômica entre 1873 e 1896 foi o surgimento de diversos monopólios e cartéis. A concentração industrial americana tinha começado. No último quartel do século XIX, os bancos de investimentos americanos passaram a promover a fusão entre o capital industrial e a alta finança. O resultado do processo de concentração e centralização do capital, em um ambiente de desregulamentação financeira, foi submeter todos os setores da economia ao domínio das grandes empresas (trustes).

A expansão econômica americana do século XIX estava assentada na inserção na divisão internacional do trabalho em conformidade com a política hegemônica britânica. Essa política estava lastreada nas finanças internas desreguladas, inclusive a bancária, no protecionismo comercial (barreiras tarifárias e outras) e nos benefícios fiscais e monetários concedidos pelo Estado aos empresários promotores do desenvolvimento, principalmente industriais.

À medida que o século XIX dava lugar ao XX, o eleitorado composto pela pequena burguesia empobrecida pressionou para que o governo restabelecesse a competição, controlasse os abusos e domasse o poder econômico e política dos trustes.

As investidas legais contra a Standard Oil começaram a ser feitas pelos Estados, através de processos antimonopolistas movidos por Ohio e pelo Texas e envolveram pelo menos outros sete Estados, além do território de Oklahoma. Em Kansas, o governador lançou um projeto para construir uma refinaria de propriedade estadual, que competiria com a da Standard Oil.

A Standard contratou o melhor e mais caro talento dos meios judiciais para enfrentar “essa loucura de febre antitruste”, como escreveu um seu alto executivo em 1888. Procurou igualmente influenciar o processo político aperfeiçoando a arte da contribuição política oportuna. A Standard Oil não cessou de fazer contribuições, principalmente para receber um bom

tratamento do Partido Republicano no Poder. Corrompeu, por exemplo, um poderoso senador do Texas, conhecido como “o primeiro líder democrata dos Estados Unidos”, que precisava de dinheiro para completar a aquisição de uma fazenda.

A imprensa não ficou de fora do butim. Sua agência de publicidade conseguia plantar notícias favoráveis nos jornais barganhando-as com espaços comprados para propaganda.

A Standard Oil criou ou assumiu o controle das companhias voltadas para o exterior como se fossem distribuidoras totalmente independentes. Seus anúncios traziam títulos como “não somos nenhum truste ou monopólio, somos absolutamente independentes”. Porém, prestava contas secretas à Standard.

Apesar das companhias da Standard Oil terem sido expulsas do Texas e as propriedades postas em depósitos, os depositários dos bens em litígio venderam todas as propriedades para “agentes-laranjas” da própria Standard...

De qualquer modo, as persistentes ações legais forçaram posteriores mudanças na organização da Standard. Em 1892, em resposta à decisão de uma Corte de Ohio, o truste foi dissolvido e as ações transferidas para vinte companhias. Mas o controle permaneceu com os mesmos donos. As companhias foram reunidas sob o nome de Standard Oil Interests, em que seus presidentes participavam de uma assembleia informal para a tomada de decisões estratégicas.

Porém, “os senhores lá de cima” encontraram a solução de seus problemas com uma base legal mais firme em New Jersey. Esse Estado tinha revisto as suas leis para permitir o estabelecimento de holding companies - incorporações que podiam possuir ações de outras incorporações. Assim, em 1899, os proprietários da Standard Oil Interests indicaram a Standard Oil de New Jersey como a holding company de toda a sua operação. A capitalização da empresa elevou-se em onze vezes, passando ser proprietária de ações de mais quarenta e uma companhias, que controlavam outras companhias, que por sua vez controlavam ainda outras companhias!

Nesse tempo ocorreu uma importante mudança de outro tipo dentro da Standard Oil. John Rockefeller já havia acumulado uma vasta riqueza - tornou-se o primeiro bilionário norte-americano -, estava cansado e começou a planejar a sua aposentadoria com 55 anos. O Pânico Financeiro de 1893 e a depressão econômica por ele desencadeada, além do vigor da crescente competição na indústria petrolífera mundial, adiaram temporariamente essa

sua intenção. Finalmente, em 1897, se retirou da companhia - sem ter completado 60 anos de idade -, profissionalizando sua direção.

Entre 1893 e 1901, a Standard Oil pagou mais de 250 milhões de dólares em dividendos. De longe, a maior parte deles foi para uma meia dúzia de acionistas - e um quarto do total para Rockefeller. Um comentarista de finanças descreveu a companhia como “um verdadeiro banco dentro de uma indústria, que financia essa indústria contra todos os concorrentes”.

No entanto, coerentemente com a política de sigilo total da companhia, não se divulgou sua aposentadoria. Assim, ainda era considerado pessoalmente responsável por qualquer coisa que a Standard Oil fizesse. Para a opinião pública, Rockefeller continuava a ser sinônimo de Standard Oil, sendo alvo de toda a crítica, todo o rancor, todos os ataques. Os processos contra a companhia estavam ainda pendentes, então, os diretores lhe disseram que se qualquer um deles fosse para a cadeia ele teria de ir com ele.

Imprensa Progressista: Combate aos Cartéis e Trustes

Daniel Yergin, em *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power* (São Paulo, Paz e Terra, 2010. 1077 p.) informa: a investida contra a Standard Oil ganhou força no final do século XIX. Um novo espírito de reforma - o progressismo - estava ganhando ascendência nos Estados Unidos. Seus principais objetivos eram:

1. a reforma política;
2. a proteção do consumidor;
3. a justiça social;
4. melhores condições de trabalho; e
5. o controle e a regulamentação dos grandes negócios.

O último item tinha emergido como uma questão urgente com o surgimento de uma grande onda de fusões que estava varrendo todo o país à medida em que o número de trustes crescia rapidamente.

O truste da Standard Oil, o primeiro dos Estados Unidos, estabeleceu-se em 1882. No entanto, o ritmo das fusões realmente acelerou na década de 1890. Calcula-se que 82 trustes, com uma capitalização total de 1,2 bilhão de dólares, tenham sido formados antes de 1898. Outros 234 trustes foram organizados entre 1898 e 1904, com uma capitalização total superior a seis bilhões de dólares.

Alguns consideravam o truste - ou o monopólio - a realização definitiva do capitalismo. Outros o viam como uma perversão do sistema, uma ameaça não apenas para os fazendeiros e trabalhadores, mas também para a classe média e para os empreendedores, que temiam vir a ser privados de direitos econômicos. Os trustes eram uma das mais importantes questões da campanha presidencial de 1900.

Jornalistas que escreveram o programa progressista viriam a ser conhecidos como muckrakers (pessoa que investiga e denuncia corrupção política e administrativa) e se tornaram o centro do movimento progressista. No alto de seu programa estava a exposição dos negócios escusos.

A editora-chefe Ida Tarbell da revista que disparou toda a campanha de investigações e denúncias, a McClure's, um dos maiores periódicos da época, disse: "Temos de encontrar um novo plano para abordar o assunto. Algo que mostre claramente não apenas a magnitude das indústrias e do desenvolvimento comercial e as mudanças que eles trouxeram para as várias partes do país, mas que desvende os princípios pelos quais os líderes industriais estão integrando e controlando esses recursos". Quanta diferença da Veja, que apenas divulga o discurso de ódio antipetista para a classe média emburrecida...

A editora da revista começou a pesquisa que terminaria por derrubar a Standard Oil, "a mãe dos Trustes". A família da editora era remanescente da decadência dos produtores de petróleo independentes na guerra contra os avanços da Standard Oil, como aconteceu com tantos em Oil Regions. O filme Sangue Negro representa esse conflito.

Ela lembrava as angústias e as dificuldades financeiras que o pai suportou - a casa hipotecada, o sentimento de fracasso, a aparente impotência contra o polvo, a amargura e a divisão entre os que fizeram e os que não fizeram acordo com a Standard Oil. Em contrapartida, um vice-presidente de banco alinhado com Rockefeller chamava a editora para falar sobre a situação financeira da McClure's. Ida Tardell replicava, obcecada com seu caso, que seria uma "grande história, e investigava a personalidade pessoal de John D. Rockefeller.

Conseguiu um contato pessoal, via Mark Twain, com o segundo mais poderoso executivo da Standard Oil, H. H. Rogers. Depois de dois anos de relacionamento, ela ousou lhe perguntar como a Standard "manipulava a legislação".

"Oh, evidentemente, nos cuidamos disso!", respondeu Rogers. "Eles [os políticos profissionais] veem aqui e nos pedem para contribuir para seus fundos de campanha. E nós fazemos isso - quer dizer, como indivíduos (...).

Enfiamos a mão no bolso e lhe damos uma boa quantia para fins de campanha, e quando aparece um projeto de lei que contraria nossos interesses nós vamos ao chefe e lhe dissemos: ‘Há tal e tal projeto. Não gostamos dele e gostaríamos que você tomasse conta de nossos interesses’. É assim que faz todo mundo!”.

A série de reportagens de Tarbell, que saiu publicada na McClure’s em novembro de 1902, foi uma bomba. Mês após mês, ela teceu a história da maquinação e da manipulação, dos descontos e da competição brutal, da sincera Standard e de sua constante guerra contra os produtores independentes de petróleo lesados. Os artigos se tornaram o grande assunto do país e abriram as portas para novos informantes.

A série completa de Tarbell durou 24 meses consecutivos sucessivos e, em novembro de 2004, foi publicada na íntegra sob forma de livro, com 64 apêndices e tendo por título *The History of Standard Oil Company*. Demonstrava uma raiva devastadora que condenava as práticas do truste e a figura de Rockefeller. Ele, apesar da tão professada devoção à ética cristã, surgia como um predador amoral. “É de se duvidar que, desde 1872, tenha havido alguma vez em que ele tenha competido, com outra empresa, jogando de modo limpo”.

Foi o mais influente trabalho jamais publicado nos Estados Unidos sobre negócios. “Nunca tive animosidade contra o tamanho e a riqueza, nem objetei sua forma de corporação”, explicou Tardell. “Queria que eles fizessem integrações e ficassem tão grandes e ricos quanto pudessem, mas apenas por meios legítimos. Entretanto, eles nunca jogaram limpo e para mim isso arruinou sua grandeza.”

Em 1905, Ida Tarbell prosseguiu com um ataque final, um furioso retrato pessoal de Rockefeller. Ela tomou a sua aparência física, inclusive a calvice causada por doença, com indício de decrepitude. Talvez fosse a vingança derradeira de uma filha de Oil Regions. Escreveu quando seu pai agonizava em seu leito de morte.

Rockefeller replicou: “O mundo está cheio de socialistas e anarquistas. Sempre que um homem é marcadamente bem-sucedido em qualquer ramos de negócios, eles lhe pulam em cima e o desacreditam”.

Tarbell não era absolutamente socialista. A base para o seu ataque à Standard Oil era o apelo para uma força que contrapusesse ao poder das corporações.

Theodore Roosevelt Contra John D. Rockefeller

Daniel Yergin, em *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power* (São Paulo, Paz e Terra, 2010. 1077 p.) conta: Theodore Roosevelt, quando se tornou presidente em 1901, depois do assassinato de William McKinley, encarnava o movimento progressista. Para ele, a força de equilíbrio contra o poder das corporações só poderia ser uma: o governo.

Ele temia que as reportagens sensacionalistas dos muckrakers fornecessem o combustível para a revolução e empurrassem as pessoas para o socialismo e o anarquismo. No entanto, não demorou para adotar o programa deles, inclusive a regulamentação das ferrovias e da horrenda indústria de embalagem de carne, além da fiscalização dos alimentos e dos remédios. No centro de seu programa estava o controle do poder das corporações - que lhe valeria o apelido de “Demolidor de Trustes”.

Pregava regulá-los e controlá-los como barragens por meio da regulamentação e da fiscalização exercida pela população. Essa reforma era essencial para levar o radicalismo e a revolução a uma desmobilização e preservar o sistema norte-americano de negócios saudáveis. No total, a sua administração impetrou pelo menos 45 ações antitrustes.

A Standard Oil, a “Mãe dos Trustes”, virou alvo predileto para Roosevelt. Entretanto, ele procurava o apoio dos grandes negócios para a sua campanha de 1904. Um presidente escritor, sobretudo tão prolífico quanto Roosevelt, certamente seria sensível aos elogios. Porém, essa abordagem do principal executivo da companhia não funcionou...

Quando, na campanha eleitoral, os democratas levantaram uma grande polêmica em torno das contribuições que os grandes negócios deram à campanha republicana, Roosevelt ordenou a devolução da quantia dada pelos executivos da Standard Oil. Se o dinheiro jamais foi efetivamente devolvido não importa para o jogo de aparências...

Reeleito, em novembro de 1906, a administração Roosevelt deu entrada a uma ação contra a Standard Oil, acusada, com base no Ato Antitruste Sherman de 1890, de conspiração para dominar o comércio. Enquanto o processo seguia, Roosevelt atiçava as chamas da indignação pública. O Departamento de Guerra anunciou que não compraria produtos da corporação.

A Standard Oil deu-se conta que estava em uma batalha pela sobrevivência. Durante mais de dois anos, 444 testemunhas depuseram e 1.371 provas foram apresentadas. O processo todo compreenderia 14.495

páginas distribuídas em 21 volumes. As transações de negócios analisados estendiam-se produção um período de cerca de quarenta anos!

Enquanto isso, outros processos e causas também estavam tramitando contra a Standard em uma violenta investida judicial e administrativa. Em outra causa, um juiz federal cobrou uma enorme multa da Standard Oil por violar a lei ao aceitar abatimentos. Rockefeller comentou que “o juiz Landis já estará morto há muito tempo quanto esta multa [pena máxima de 29 milhões de dólares] for paga”. Na realidade, a sentença de Landis acabou sendo derrubada.

No entanto, em 1909, no principal processo antitruste, a Corte Federal opinou a favor do governador e ordenou a dissolução da Standard Oil. Esta recorreu à Suprema Corte e por fim, em maio de 1911, esta declarou que a avaliação judicial de restrição de comércio constante do Ato Antitruste Sherman devia ser baseada na “regra da Razão”, ou seja, a coibição do comércio seria sujeita a penalidade apenas se não fosse razoável e resultasse em agressão ao interesse público.

Concluiu que, desde 1870, o autêntico gênio da expansão comercial e da organização logo engendrou uma intenção de excluir outros de seu direito e comercializar para assim completar a hegemonia que era o fim visado”. Os magistrados sustentaram a decisão da Corte Federal. A Standard Oil devia ser dissolvida.

Mas como exatamente esse vasto império interconectado poderia ser desintegrado? Sua escala era enorme. A companhia transportava mais de 4/5 de todo o petróleo produzido na Pensilvânia, em Ohio e em Indiana. Refinava mais de $\frac{3}{4}$ de todo o petróleo bruto dos Estados Unidos. Era dona de mais da metade de todos os petroleiros. Comercializava mais de 4/5 de todo o querosene exportado. Vendia para as ferrovias mais de 9/10 de todos os óleos lubrificantes que elas consumiam. Vendia também uma ampla série de subprodutos, inclusive 300 milhões de velas de setecentos tipos diferentes. Dispunha até mesmo de sua própria frota marítima - 78 navios a vapor e 19 navios a vela. Como tudo isso deveria ser desmembrado?

No fim de julho de 1911, a companhia anunciou seus planos desmantelamento. A Standard Oil foi dividida em muitas entidades separadas. A maior delas era ex-companhia holding, a Standard Oil of New Jersey, com quase metade do valor líquido. Mais tarde, ela passou a ser a Exxon - e nunca perdeu a sua liderança. A segunda maior, com 9% do valor líquido, era a Standard Oil of New York, que acabou sendo a Mobil Oil. Havia a Standard Oil of California, que depois passou a se chamar Chevron. A Standard Oil of Ohio, que veio a ser a Sohio e depois o braço americano da BP - British Petroleum. A

Standard Oil of Indiana, que posteriormente passou a se chamar Amoco. A Continental Oil, que se tornou a Conoco. A Atlantic, que depois integrou a ARCO e mais tarde a Sun. Um executivo ironizou: “Tivemos até de despachar alguns office-boys para dirigir essas companhias”.

Essas novas entidades, apesar de separadas e sem nenhuma superposição de Conselhos de Diretores, geralmente respeitavam os respectivos mercados e continuavam com suas velhas relações comerciais. Cada uma delas tinha uma demanda em rápida expansão em seu próprio território e a competição entre elas demorou a se desenvolver.

A opinião pública e o sistema político norte-americano forçaram a volta da competição no transporte, no refino e na distribuição de petróleo. Com a dissolução, jovens executivos tiveram a oportunidade de dirigir as próprias companhias sucessoras. Foi uma libertação da imensa centralização de decisões.

Libertação da Tecnologia na Indústria do Petróleo: Era da Gasolina

Daniel Yergin, em *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power* (São Paulo, Paz e Terra, 2010. 1077 p.) diz, entre outras consequências da dissolução da Standard Oil, houve a inesperada libertação tecnológica do seu domínio rígido. Abriu-se logo uma brecha no refino, tentando ajudar e apoiar a nascente indústria automobilística e assim preservar o que se tornaria o mercado mais importante para o petróleo nos Estados Unidos.

Com o know-how existente no refino, o máximo de gasolina natural que um barril de petróleo bruto podia render por meios naturais era 15% a 18% do produto refinado total. Isso não tinha importância quando a gasolina era quase um produto desperdiçado, uma fração explosiva e inflamável para a qual dificilmente havia mercado. Todavia, a situação havia mudado, rapidamente, com o acelerado crescimento do número de carros propelidos a gasolina.

Em 1910, as vendas de gasolina excederam pela primeira vez as de querosene e a demanda aumentava rapidamente. A Era da Gasolina estava ao alcance, mas a crescente escassez de combustível era uma grande ameaça para a nascente indústria automobilística. Seus preços aumentavam em todo mundo.

Por volta da virada do século, uma nova era começou em ritmo acelerado na indústria do petróleo. Nasceu de várias coincidências:

1. a rápida ascensão do automóvel;

2. a descoberta de novas províncias de petróleo no Texas, em Oklahoma, na Califórnia e em Kansas;
3. novos concorrentes; e,
4. por fim, avanços tecnológicos no refino.

Acresça-se a tudo isso, é claro, as implicações em longo prazo da dissolução da Standard Oil e a consequente reestruturação da indústria.

As ações das companhias sucessoras da Standard foram distribuídas pro rata entre os acionistas da holding Standard Oil of New Jersey. Se o polvo havia sido desmembrado, as suas partes logo iriam valer mais do que o todo.

Um ano depois da dissolução da Standard Oil, o valor das ações da maioria das companhias sucessoras havia dobrado. No caso da Indiana, havia triplicado. Ninguém se saiu tão bem ou tão rico desse negócio quanto o homem que tinha um quarto de todas as ações: John D. Rockefeller. Depois da dissolução, devido ao aumento do preço das várias ações, seu valor individual elevou-se para 900 milhões (o equivalente a nove bilhões atuais) de dólares!

Em 1912, Theodore Roosevelt, há quatro anos fora do poder, estava novamente na corrida pela Casa Branca, e mais uma vez a Standard Oil era seu alvo. “O preço das ações subiu mais de 100% e assim o sr. Rockefeller e seus colegas efetivamente viram a sua fortuna dobrar”, bravejava durante a campanha. “Não é de se admirar que a oração de Wall Street agora seja: ‘Oh, Deus misericordioso, dê-nos outra dissolução!’”.

The Quest - Energy, Security and the Remaking of the Modern World

Ed Crooks (*“Financial Times”* apud Valor, 20/09/11) resenha *“The Quest - Energy, Security and the Remaking of the Modern World”* de Daniel Yergin (Allen Lane. 816 págs., £ 30).

“The Prize”, de Daniel Yergin, publicado pela primeira vez em 1991, é uma obra-prima, um dos poucos livros que, pode-se afirmar, é leitura essencial para quem queira entender a política internacional. [A edição brasileira foi resenhada acima: Daniel Yergin. *O Petróleo: Uma história de conquistas, poder e dinheiro* (São Paulo: Paz e Terra, 2010, 1080 p.)]

É um épico, vencedor do Prêmio Pulitzer, sobre a indústria do petróleo, desde o primeiro poço aberto na Pensilvânia, em 1859, até a invasão do Kuwait por Saddam Hussein, em 1990. É uma história inspiradora em sua abrangência e eletrizante em seu ritmo narrativo. Mais do que simplesmente uma crônica industrial, funciona como uma história oculta do século XX,

revelando a frequência com que o petróleo - sua presença ou sua falta - constituiu-se em fator decisivo nos assuntos internacionais.

Mesmo assim, nas duas décadas desde a publicação de *"The Prize"*, uma série de eventos transformou o mundo da energia: o colapso da União Soviética, a ascensão da China, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e as invasões do Afeganistão e do Iraque, e a emergência das mudanças climáticas como questão política. Vale comemorar o fato de Yergin ter retornado com sua visão de perspectiva em um cenário bastante diferente. *"The Quest"* não atinge exatamente o mesmo nível de seu antecessor, mas, ainda assim, trata-se de outra obra que exige leitura.

Este segundo livro de Daniel Yergin dá continuidade à sua obra clássica, de 1991, uma espécie de história oculta do século XX.

O novo livro cobre um período de tempo mais curto, mas um campo mais amplo. Começa exatamente onde *"The Prize"* termina, com as forças iraquianas no Kuwait e a desintegração da União Soviética prestes a se tornar visível. As primeiras 341 páginas dão sequência à história do petróleo e do gás até o presente, com referências à reunião de junho de 2011 da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e os levantes da Primavera Árabe.

Daí em diante, a abordagem muda. Yergin volta a fita, recuando para o passado várias vezes para contar histórias sobre outros aspectos do setor de energia: a geração de eletricidade, a discussão sobre mudanças climáticas, a energia renovável e a história acidentada do carro elétrico. O efeito faz *"The Quest"* parecer quatro ou cinco livros em um, sem a propulsão da narrativa linear de *"The Prize"*. Se o livro anterior era novelístico, *"The Quest"* é mais parecido com um guia ou livro de instrução para iniciantes.

É impossível pensar em uma introdução melhor a questões essenciais da energia no século XXI. Na prosa lúcida e fácil de Yergin, as 800 páginas fluem livremente. Há alguns esboços intensos de personagens, como Marion King Hubbert, o brilhante e entusiasmado criador da teoria do *"peak oil"* (pico do petróleo): a ideia de que o mundo está na taxa máxima de produção de petróleo de todos os tempos, ou perto dela.

Há também muitas observações admiravelmente reveladoras, além de relatos curtos, como o que envolve John Prescott, então vice-primeiro-ministro britânico e principal negociador europeu na conferência sobre o clima de Kyoto, em 1997, sendo reprimido por seu colega americano para que aceitasse o *"cap-and-trade"* como único instrumento global de controle dos gases que produzem o efeito estufa. *"Cap-and-trade"* é o sistema que limita as emissões desses gases e prevê a comercialização de licenças para essas emissões.

É fascinante descobrir que os primeiros Fords T podiam rodar com etanol e que Thomas Edison apresentou em 1910 uma bateria que prometia movimentar um carro por 95 quilômetros com uma única carga - desempenho que parece admirável, se comparado aos 55 quilômetros oferecidos pelo Chevy Volt (que também possui um gerador de apoio movido a gasolina) nos "show rooms" de hoje.

Acima de tudo, o valor de "*The Quest*" está na clareza e imparcialidade do pensamento de Yergin. Sobre a invasão do Iraque em 2003, liderada pelos Estados Unidos, ele faz em duas páginas a mais clara e mais convincente avaliação que já vi - certamente mais plausível que qualquer coisa oferecida pelos apologistas da guerra na época - sobre por que ela foi uma necessidade estratégica difícil, mas inevitável. E então, com igual precisão econômica, Yergin exhibe a arrogância e a falta de planejamento que condenaram o Iraque à tragédia que se seguiu.

Sobre as mudanças climáticas, Yergin reconhece corretamente a complexidade da ciência, ao mesmo tempo em que deixa o leitor sem dúvidas quanto ao peso das opiniões científicas.

Yergin tem um ponto de vista: admira e apoia a indústria do petróleo e do gás. (Ele também é consultor atuante no setor, com a Cambridge Energy Research Associates, sua muito bem-sucedida consultoria, que hoje faz parte do grupo IHS.) Suas análises frequentemente ecoam o que se pode chamar de *opinião esclarecida sobre a indústria do petróleo*: ele não acredita na teoria do pico do petróleo e tem certeza de que os combustíveis fósseis terão um papel central em nosso sistema de energia por décadas.

Ele é um entusiasta do potencial do gás de xisto, produzido a partir de rochas que antes não tinham potencial econômico, por meio da controversa prática do "*fracking*" - injeção de água, areia e produtos químicos em rochas enterradas a profundidades de 1,5 quilômetro, para fraturá-las e liberar o gás --, embora reconheça que deverá haver "muita discussão" sobre a segurança e a regulamentação do setor. Recentemente, Yergin participou de um grupo consultivo do governo americano que recomendou a continuidade de aplicação do "*fracking*", embora com padrões de segurança mais rígidos a serem adotados pelo setor.

Embora suas posições sobre essas questões possam ser contestadas, e sem dúvida serão, é difícil refutar seus julgamentos. Yergin tem sido criticado por ser excessivamente duro com Hugo Chávez, o demagógico e cada vez mais autocrata presidente da Venezuela. No entanto, da perspectiva de um especialista em petróleo, ver os danos que as políticas de Chávez estão provocando à outrora dinâmica indústria petrolífera do país deve ser

particularmente difícil evitar ficar furioso e entristecido com o governo venezuelano.

Enquanto o livro era impresso, o mundo da energia inevitavelmente se mostrava instável. As consequências das revoltas árabes ainda estão se revelando, a reação contra as regulamentações ambientais e outras nos Estados Unidos está ganhando força, e o compromisso da China de produzir energia "limpa", como a eólica e a solar, e carros elétricos, pode continuar no campo das possibilidades. Yergin termina sua análise de vários tópicos com uma observação honesta, mas frustrante, de que "é muito cedo" para saber como isso vai se desenrolar. Datado já ao chegar às livrarias, *"The Quest"* é, ainda assim, o guia definitivo para se saber como chegaremos lá.

"The Prize" adquiriu uma condição mística entre aqueles que trabalham no setor de energia e os que o acompanham. Novos jornalistas que estão se iniciando no assunto recebem cópias do livro de colegas mais experientes, como soldados de infantaria sendo presenteados com cópias da Bíblia antes de seguirem para a frente de batalha.

É difícil antever *"The Quest"* sendo prestigiado da mesma forma. De todo modo, certamente este novo livro de Yergin se mostrará tão valioso quanto o primeiro.

Geopolítica do Petróleo

O economista americano Daniel Yergin, de 68 anos, é considerado a maior autoridade mundial em energia. Dono da Cera, uma empresa de consultoria e pesquisas do setor energético, ele é o número 1 na lista quando investidores, empresários e chefes de estado precisam de opiniões antes de tomar decisões estratégicas nessa área. Com formação acadêmica também em literatura, Yergin adquiriu fama ao publicar o livro *O Prêmio: a Busca Épica por Petróleo, Dinheiro e Poder*, com o qual ganhou o Prêmio Pulitzer em 1992.

Em 10 de junho de 2007, Yergin esteve no Brasil para participar de um encontro internacional em que se discutiram as chances do etanol no mercado mundial de combustíveis: "Em três anos, o etanol brasileiro vai virar um importante produto de exportação". Em sua passagem por São Paulo, Yergin concedeu à VEJA uma entrevista, interrompida duas vezes por seu celular. Do outro lado do mundo, assessores tentavam confirmar sua reunião com o presidente russo, Vladimir Putin, no dia seguinte. Dada sua importância, reproduzo-a abaixo.

Veja - A escassez de petróleo e a busca por novas fontes de energia são hoje preocupações globais. Como os governos devem agir diante dessas questões?

Yergin - Nos próximos vinte anos, a demanda crescente por energia e as conseqüências do aumento do consumo serão grandes desafios. Lidar com eles de forma adequada é essencial para evitar uma crise no abastecimento global. Hoje, porém, os principais riscos não estão no subsolo, mas na superfície. A maior ameaça é a volta do uso da energia como arma política em nome do nacionalismo. É o que chamamos de nacionalismo energético. Esse tipo de atitude desencadeou o embargo promovido pelos países árabes em 1973 e culminou na primeira crise do petróleo da segunda metade do século passado. Hoje, o governo russo controla quase toda a energia de seu país e a Europa é totalmente dependente do gás russo. Na América Latina, Venezuela e Bolívia nacionalizaram o petróleo e o gás. O Irã, o segundo maior produtor de petróleo do Oriente Médio, usa suas reservas para proteger seus interesses políticos. A energia virou uma fonte de tensão entre os países como fazia muito tempo não se via. Essa politização, aliada aos altos preços do gás e do petróleo, deixa o sistema altamente vulnerável. Isso é muito perigoso. Os países exportadores de petróleo e gás ficam em posição privilegiada.

Veja - O ex-vice-presidente americano Dick Cheney acusou a Rússia de utilizar suas reservas de gás e petróleo como "instrumentos de intimidação e chantagem". O uso da energia como arma política está se acirrando?

Yergin - Não acredito que a China e os Estados Unidos iniciem uma guerra por causa de energia. Também acho improvável que a posição privilegiada da Rússia como detentora de gás e petróleo provoque uma guerra com a Europa, muito menos uma nova Guerra Fria. Mas está em curso uma reorganização geopolítica. Os russos estão mais próximos dos chineses. Quais são as implicações futuras dessa aproximação? É difícil saber. Qualquer previsão seria especulação. O importante é estar atento ao fato de que há uma mudança no controle das matrizes energéticas e que essa alteração significa um risco. Por isso, é necessário despolitizar rapidamente a energia. A segurança é o grande desafio internacional do setor de energia neste início de século.

Veja - Como lidar com esse cenário de forma a evitar conflitos?

Yergin - A procura por fontes energéticas que sirvam de alternativa ao petróleo é hoje uma unanimidade entre os países. Essa é uma política correta, que tem contado com investimentos no setor de energia sem paralelo na história. O problema é que todas essas fontes alternativas custam caro e leva tempo para que sejam desenvolvidas e implementadas.

Veja - Se a segurança é a principal preocupação do setor energético, por que os investidores que apostam em projetos verdes preferem falar em salvar o planeta?

Yergin - Há certa dose de marketing no discurso dos investidores quando eles repetem os argumentos dos ambientalistas. Seria leviano negar que exista entre eles uma preocupação real com o aumento da temperatura da Terra e com a deterioração do ambiente. No fundo, porém, a preocupação com a segurança é a prioridade que os faz investir em novas formas de energia. É também por isso que o etanol desperta tanto interesse. A tecnologia para produzi-lo está pronta e ele já se provou economicamente viável para substituir, em parte, os combustíveis à base de petróleo.

Veja - O consumo de energia tende a aumentar de forma exponencial com o crescimento de países como a China e a Índia. Que efeitos terá esse aumento mundial da demanda por energia?

Yergin - Um estudo de nossa consultoria mostra que em 2030 o consumo de energia no mundo será 75% maior do que é hoje. A demanda por petróleo, por sua vez, será 50% maior. Os números são assombrosos e realmente preocupam. China e Índia precisarão de muito combustível para continuar no mesmo ritmo de crescimento econômico de hoje. O aumento de renda de suas populações, que saltam rapidamente da pobreza para a classe média, é outra agravante. Quanto maior o poder aquisitivo de uma população, maiores o número de automóveis nas ruas e o consumo geral de energia.

Veja - Especialistas afirmam que as reservas de petróleo poderão se esgotar em poucas décadas. Como o mundo enfrentará a escassez do mineral?

Yergin - Crises energéticas já foram anunciadas inúmeras vezes, assim como a morte do petróleo. Até agora, nada disso aconteceu. Mas o discurso fatalista persiste mesmo entre especialistas no assunto. Ignoram-se as conquistas que a tecnologia já proporcionou e ainda vai proporcionar futuramente. Novas tecnologias permitiram que os Estados Unidos dobrassem sua produção de energia desde a década de 70. Por que não a dobrariam nos próximos trinta anos? Em meu próximo livro, comento o programa brasileiro do etanol, também resultado de avanços tecnológicos notáveis. Nos anos 70, o Brasil tinha de importar quase todo o petróleo que consumia. Hoje, movido por avanços científicos, o país não só é autossuficiente em petróleo como é pioneiro na sua exploração em águas profundas.

Veja - O petróleo não vai acabar?

Yergin - O petróleo não vai desaparecer. Ciclos de abundância e escassez se alternam ao longo da história. Já em 1880 alguém anunciou o fim

do petróleo. O mesmo aconteceu ao fim das duas guerras mundiais. Nos anos 70, o esgotamento das reservas foi novamente dado como certo. A teoria do pico do petróleo, segundo a qual a produção atingirá o ápice em breve para depois declinar rapidamente, não se sustenta. Ao formular essa teoria, nos anos 50, o geólogo M. King Hubbert não poderia saber que, no futuro, a tecnologia iria permitir a exploração de poços de petróleo dados como esgotados. Nossos cálculos apontam um crescimento contínuo na produção de petróleo até 2030 e, depois disso, uma estabilização. Isso envolve o uso de petróleo não convencional, como o encontrado no Canadá na forma de areia betuminosa e o petróleo de águas profundas. De fato, não há uma profusão de novos poços no planeta. Mas as técnicas desenvolvidas recentemente permitem aos pesquisadores conhecer melhor os poços e aproveitar ao máximo sua capacidade. Os depósitos de petróleo não são infinitos, mas estamos longe de um colapso. Análises feitas em poços do mundo inteiro mostram que a capacidade de produção pode aumentar em até 25% na próxima década.

Veja - O carvão, um dos combustíveis fósseis mais usados no mundo, é altamente poluente. A dependência mundial do carvão é para sempre?

Yergin - O carvão é uma espécie de espinha dorsal da economia mundial, embora seja pouco relevante no Brasil. Mais de 40% da eletricidade consumida no planeta vem do carvão. Um exemplo concreto dos desafios que enfrentamos em relação aos combustíveis fósseis está na China. Hoje, duas novas usinas termelétricas a carvão são erguidas por semana em território chinês. O problema é que não há substituto para o carvão. Ainda existem grandes reservas do produto no mundo, e sua demanda só faz aumentar. A única forma de substituí-lo sem perdas para as economias é encontrar uma tecnologia para desenvolver o chamado "carvão limpo", uma forma de queimá-lo sem produzir tantos gases tóxicos.

Veja - As usinas nucleares não seriam uma alternativa ao carvão?

Yergin - Sim. As usinas nucleares são a melhor opção para produzir energia sem impactos negativos no aquecimento global. O problema é que elas ainda inspiram muito medo e não são bem-vistas pela opinião pública.

Veja - Que papel está reservado ao etanol na composição da matriz energética mundial?

Yergin - Nossa expectativa é que 20% da frota mundial de veículos em 2030 esteja sendo movida a biocombustíveis, entre os quais o etanol de cana, brasileiro, o etanol de milho, americano, e o biodiesel, cujo maior produtor mundial é a Alemanha.

Veja - Como o senhor vê as críticas segundo as quais a produção de etanol, a partir da cana-de-açúcar e do milho, poderá desequilibrar o setor agrícola dos países que a adotam, agravando o problema da fome nas nações pobres?

Yergin - Não posso afirmar que a produção de etanol provocará fome, como garantem alguns economistas, mas sem dúvida combinar os interesses de setores tão poderosos quanto o energético e o agrícola é algo muito complicado. Nos Estados Unidos, o uso do milho para a produção de combustível já está causando problemas. Ao transformarem em etanol boa parte dos grãos que produzem, os americanos podem desestabilizar setores de sua economia. A diminuição da oferta de milho no mercado já provocou o aumento de sua cotação em até 50% nas bolsas americanas. O aumento do preço da mercadoria é ótimo para os fazendeiros, porém ruim para o mercado em geral. Não é só o preço do milho que aumenta, mas o de todos os produtos que o utilizam, como cereais, refrigerantes e alimentos processados.

Veja - Há o risco de ocorrer o mesmo no Brasil com relação à cana-de-açúcar?

Yergin - Não. O caso brasileiro é diferente. O uso da cana para a fabricação de álcool não afeta diretamente a economia agrícola. A produtividade das plantações é alta e não é preciso sacrificar a oferta de alimentos a fim de produzir etanol.

Veja - Que vantagens o etanol brasileiro apresenta em relação aos demais biocombustíveis?

Yergin - O Brasil é hoje uma espécie de laboratório de uma mudança global no setor energético e precisa se dar conta disso. Não há concorrentes à altura do etanol brasileiro. Além de produzi-lo a um custo muito baixo, o país tem trinta anos de experiência em seu uso como combustível. Isso vale muito. Nos últimos dias, por estar no Brasil, recebi centenas de e-mails de empresários e investidores europeus e americanos interessados no programa brasileiro de etanol. Eles queriam saber das novidades no setor e das possibilidades reais de negócios. O Brasil está naquela situação especial de "a pessoa certa na hora certa". Se o governo brasileiro tomar as medidas necessárias, em três ou quatro anos o etanol da cana se tornará um importante produto no mercado mundial.

Veja - Americanos e europeus investem hoje em pesquisas para produzir etanol de celulose, feito com dejetos vegetais, restos de madeira e até capim. Isso representa uma ameaça à liderança brasileira na produção de etanol?

Yergin - Tudo dependerá de como o governo brasileiro vai se posicionar no mercado internacional com relação ao etanol. O mais importante agora é investir na diplomacia. O governo terá de usar sua credibilidade para construir alianças sólidas no campo dos combustíveis. O presidente Lula mostrou disposição para isso em sua recente viagem à Índia. Estimamos que, daqui a duas décadas, a América Latina produzirá 78% do biocombustível exportado para outros países. A maior parte desse volume será produzida no Brasil. Se a diplomacia brasileira for bem conduzida, nossas previsões vão se concretizar.

Sobre a China

Em “Sobre a China”, livro cujo lançamento ocorreu em 5 de novembro de 2011, Henry Kissinger escreve a respeito de um país cujas relações modernas com os Estados Unidos ajudou a moldar. Ao finalizar a leitura de suas 576 páginas, minha sensação maior foi que tinha lido um livro extraordinário e incomum, dada a importância do testemunho ocular da história oferecido por seu autor. Em 1973, ele ganhou, com Le Duc Tho, o Prêmio Nobel da Paz, pelo seu papel na obtenção do acordo de cessar-fogo na Guerra do Vietnam. Le Duc Tho recusou o prêmio.

Lançando mão de relatos históricos e de suas conversas com os principais líderes chineses durante os últimos quarenta anos, o autor examina como a China abordou a diplomacia, a estratégia e a negociação através de sua História, e reflete sobre as consequências do seu crescimento acelerado para a balança do poder no século XXI. Passou a ser livro de leitura obrigatória, em qualquer curso de formação de diplomatas no mundo, e prazerosa, para todos aqueles que se interessam pela história mundial.

Henry Kissinger esteve na China por mais de 50 vezes, durante os últimos 40 anos, desde que foi enviado pelo então presidente norte-americano Richard Nixon para restabelecer as ligações com o país após 20 anos sem nenhum contato. Kissinger examina episódios-chave na política externa chinesa, da era clássica aos dias atuais.

Destaca também os trabalhos da diplomacia do país durante acontecimentos cruciais - primeiros encontros entre a China e as potências europeias modernas, a formação e o colapso da aliança sino-soviética, a Guerra da Coreia, a histórica viagem de Nixon a Pequim e as reformas implementadas por Deng Xiaoping que levaram ao surgimento da nova potência econômica. Baseando-se em sua extensa experiência pessoal com as quatro gerações de líderes chineses, após a implantação da República Popular da China, ele traz à vida figuras eminentes como Mao e Zhou Enlai, e revela como suas visões diferentes moldaram o destino da China moderna.

Como seu foco diz respeito à política externa chinesa, senti a ausência de informações mais profundas sobre a economia. Talvez se ele estudasse mais o relacionamento econômico da China com os Estados Unidos chegasse à expectativa distinta a propósito do futuro. A “Chimérica” sugere maior complementariedade econômica do que disputas geopolíticas.

Interessou-me, particularmente, o fio condutor que ele segue, analiticamente, pela história milenar da China. É constrói uma dialética. Levanta uma hipótese, apresenta depois uma antítese e acaba fazendo uma brilhante síntese!

Qual é tese defendida por Henry Kissinger sobre a China? “Como Mao havia temido, o DNA chinês se reafirmara. Confrontando os novos desafios do século XXI, e num mundo onde o leninismo entrara em colapso, [o presidente] Hu [Jintao] e [o premiê] Wen [Jiabao] voltaram-se à sabedoria tradicional. Eles descreviam suas aspirações de reforma não em termos da visão utópicas da revolução contínua de Mao, mas por seu objetivo de construir uma sociedade ‘xiaokang’ (“moderadamente próspera”) - termo com conotações nitidamente confucionistas. Supervisionaram um renascimento do estudo de Confúcio nas escolas chinesas e uma celebração de seu legado na cultura popular. E requisitaram Confúcio como uma fonte de poder brando chinês no palco mundial [...]. Em um dramático gesto simbólico, em janeiro de 2011, a China marcou a reabilitação do antigo filósofo moral inaugurando uma estátua de Confúcio no centro da capital chinesa, a praça Tiananmen, à vista do mausoléu de Mao - a única outra personalidade a receber tal honra” (p. 471).

Para registrar essa síntese da história milenar da potência econômica, cujo momento é o de recuperação de seu lugar histórico, no ranking mundial, resumiremos o essencial do extenso livro de Henry Kissinger.

China: “Tudo Sob o Céu”

Henry Kissinger, no livro *Sobre a China*, aponta uma característica especial da civilização chinesa: *ela parece não ter um início*. Perante a história, ela assoma mais como um fenômeno natural permanente do que como um Estado-nação convencional.

O paradoxo das origens da China é que a civilização chinesa se origina numa antiguidade tão remota que são em vão nossos esforços por descobrir seu início. Não há vestígios do estado inicial entre esse povo. Esse é um fato muito peculiar com respeito à China. Estamos acostumados na história das nações a encontrar algum ponto de partida bem definido, e os documentos, as tradições e os monumentos históricos que chegam até nós em geral nos permitem seguir, quase que passo a passo, o progresso da civilização, estar

presentes a seu nascimento e assistir ao seu desenvolvimento, sua marcha adiante e, em muitos casos, suas subseqüentes decadência e ruína. Mas não é assim com os chineses.

Quando os caracteres chineses surgiram, durante a dinastia Shang, no segundo milênio a.C., o antigo Egito se encontrava no auge de sua glória. As grandes cidades-estados da Grécia clássica ainda não haviam surgido, e Roma estava a um milênio de distância.

A história chinesa conheceu inúmeros períodos de guerra civil, interregnos e caos. Ao fim de cada colapso, o Estado chinês se recompunha como que por uma lei imutável da natureza. Cada período de desunião era visto como uma aberração. Cada nova dinastia recorria aos princípios de governo da dinastia precedente a fim de restabelecer a continuidade.

Antes do evento seminal da unificação chinesa em 221 a.C., houvera um milênio de governo dinástico que gradualmente se desintegrou à medida que as subdivisões feudais evoluíam da autonomia para a independência.

Em seu ponto máximo de influência, a esfera cultural chinesa estendeu-se por uma área continental muito maior do que a de qualquer Estado europeu, na verdade, cerca do equivalente à Europa continental. A extensão e a diversidade desse território encorajaram o sentimento de que a China era um mundo em si mesmo. Sustentaram o conceito do imperador como uma figura de ascendência universal, governando o tian xia, ou “Tudo Sob o Céu”.

Por muitos milênios de civilização chinesa, a China nunca se viu forçada a lidar com outros países ou outras civilizações que fossem comparáveis a ela em escala e sofisticação. A Índia era conhecida dos chineses, mas durante grande parte de sua história esteve dividida entre reinos separados. As duas civilizações trocavam mercadorias e influências budistas ao longo da Rota da Seda, mas de resto permaneciam isoladas de um contato casual devido aos quase intransponíveis Himalaias e ao planalto tibetano.

Os desertos vastos e ameaçadores da Ásia Central separavam a China das culturas persa e babilônica, no Oriente Próximo, e ainda mais do Império Romano. Caravanas de comércio realizavam jornadas de tempos em tempos, mas a China como um todo não travou contato com sociedades de tamanho e realizações comparáveis.

Embora China e Japão compartilhassem uma série de instituições culturais e políticas fundamentais, nenhum dos dois países estava preparado para admitir a superioridade do outro; a solução encontrada foi interromper qualquer contato por anos a fio. A Europa ficava ainda mais longe no que os

chineses consideravam os Oceanos Ocidentais, por definição domínios inacessíveis à cultura chinesa e lastimavelmente incapazes de adquiri-la – conforme explicou o imperador a um enviado britânico em 1793.

As reivindicações territoriais do Império Chinês terminavam onde as águas começavam. A China não buscou colônias no além-mar e mostrou relativamente pequeno interesse nos países longe de sua costa. O país não desenvolveu uma justificativa para se aventurar no estrangeiro convertendo os bárbaros aos princípios confucionistas e virtudes budistas. Tecnicamente capaz de dominação, a China se retirou voluntariamente do campo da exploração naval exatamente quando o interesse ocidental começava a surgir.

O incrível isolamento chinês engendrou uma autopercepção particular. As elites chinesas foram se acostumando cada vez mais à noção de que a China era única – não apenas uma “grande civilização” entre outras, mas a própria civilização.

Na percepção chinesa, a China era considerada o centro do mundo, o “Império do Meio”, e as demais sociedades eram aferidas segundo gradações a partir daí. No modo de ver dos chineses, um punhado de Estados menores que absorvesse a cultura chinesa e prestasse tributo à grandeza da China constituía a ordem natural do universo.

Os limites entre a China e os povos circundantes eram mais diferenciações culturais do que demarcações políticas e territoriais. A irradiação da cultura chinesa por todo o Leste Asiático levou o cientista político americano Lucian Pye a fazer o famoso comentário de que, na idade moderna, a China permanece sendo uma “civilização que finge ser um Estado-nação”.

As pretensões subjacentes a essa tradicional ordem mundial chinesa persistiram por muito tempo na era moderna. Quando China já tinha perdido duas guerras [Guerras do Ópio, em 1839-1842 e 1856-1860] contra potências ocidentais, que se ocupavam de demarcar esferas de interesse comercial no território chinês, o imperador chinês pareceu tratar essas catástrofes como algo semelhante a outras invasões bárbaras que haviam sido superadas, no fim, pela cultura superior e perseverança dos chineses.

Durante a maior parte da história, não houve, na verdade, nada particularmente estranho acerca das reivindicações chinesas. Geração após geração, os chineses han expandiram-se de sua base original no vale do rio Amarelo, gradualmente absorvendo sociedades adjacentes em variados estágios de aproximação dos padrões chineses. As conquistas científicas e tecnológicas chinesas se igualaram, e frequentemente sobrepujaram, às dos europeus ocidentais, indianos e árabes.

A escala chinesa não era muito superior à dos Estados europeus apenas em população e território; até a Revolução Industrial, a China era muito mais rica. Unida por um vasto sistema de canais que ligavam os grandes rios e centros populacionais, a China foi por séculos a economia mais produtiva do mundo e a região de comércio mais populosa.

Mas, por ela ser amplamente autossuficiente, outras regiões tinham uma compreensão apenas periférica de sua vastidão e riqueza. Na verdade, a China produzia uma parcela maior do PIB mundial total do que qualquer sociedade ocidental em 18 dos últimos vinte séculos. Ainda em 1820, ela produziu mais de 30% do PIB mundial – quantidade que ultrapassava o PIB da Europa Ocidental, da Europa Oriental e dos Estados Unidos combinados.

A China comerciava com estrangeiros e ocasionalmente adotava ideias e invenções de fora. Mas com maior frequência os chineses acreditavam que as mais valiosas posses e conquistas intelectuais eram encontradas dentro da China. O comércio com a China era tão valorizado que constituía exagero apenas parcial as elites chinesas o desprezarem como mais que um intercâmbio econômico comum, e sim como um “tributo” à superioridade chinesa.

Confucionismo

Henry Kissinger prossegue sua narrativa *Sobre a China*.

Quase todos os impérios foram criados pela força, mas nenhum consegue se sustentar por meio dela. Domínio universal, para durar, precisa traduzir força em dever. De outro modo, as energias dos soberanos serão exauridas na manutenção de seu domínio em detrimento de sua capacidade para moldar o futuro, que é a suprema tarefa da arte de governar. Os impérios persistem se a repressão dá lugar ao consenso.

Assim foi com a China. Os métodos pelos quais ela foi unificada, e periodicamente desmembrada e reunificada outra vez, foram ocasionalmente brutais. A história chinesa testemunhou sua cota de rebeliões sanguinárias e tiranias dinásticas. Contudo, a China deveu sua milenar sobrevivência muito menos às punições perpetradas por seus imperadores do que à comunidade de valores fomentada entre sua população e seu governo de funcionários-eruditos.

Não constitui o aspecto menos excepcional da cultura chinesa que esses valores sejam essencialmente seculares em sua natureza. Na época em que o budismo surgia na cultura indiana enfatizando a contemplação e a paz interior, e o monoteísmo era proclamado pelos profetas judeus – e, mais

tarde, cristãos e islâmicos –, evocando-se a vida após a morte, a China não produzia temática religiosa de espécie alguma no sentido ocidental.

Os chineses jamais geraram um mito de criação cósmica. Seu universo foi criado pelos próprios chineses, cujos valores, mesmo quando declarados como sendo de aplicabilidade universal, foram concebidos como originariamente chineses.

Os valores predominantes na sociedade chinesa derivaram das prescrições de um antigo filósofo conhecido pela posteridade como Kong Fuzi (ou “Confúcio”, na versão latinizada). Confúcio (551-479 a.C.) viveu no fim do assim chamado período da Primavera e Outono (770-476 a.C.), uma época de sublevação política que desembocou nos brutais confrontos do período dos Estados Combatentes (475-221 a.C.). A Casa de Zhou governante estava em declínio, incapaz de exercer sua autoridade sobre os príncipes rebeldes que competiam pelo poder político. A cobiça e a violência imperavam sem controle. Tudo Sob o Céu estava mais uma vez imerso no caos.

Como Maquiavel, Confúcio era um viajante em seu país, esperando ser acolhido como conselheiro por um dos príncipes que lutavam pela sobrevivência. Mas, ao contrário de Maquiavel, Confúcio se preocupava mais com o cultivo da harmonia social do que com as maquinações do poder. Seus temas eram os princípios do governo compassivo, a realização dos rituais corretos e a obrigação de inculcar a devoção filial. Talvez por não oferecer aos possíveis empregadores nenhum caminho de curto prazo para a riqueza ou o poder, Confúcio morreu sem atingir seu objetivo: nunca encontrou um príncipe para implementar seus preceitos, e a China continuou a afundar rumo ao colapso político e à guerra.

Mas os ensinamentos de Confúcio, registrados por seus discípulos, sobreviveram. Quando o derramamento de sangue terminou e a China mais uma vez ressurgiu unificada, a dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.) adotou o pensamento confucionista como a filosofia oficial do Estado. Compilado numa coleção central de aforismos de Confúcio (os *Analectos*) e posteriores livros de comentários eruditos, o cânon confucionista evoluiu para algo próximo de uma Bíblia chinesa e Constituição combinadas numa coisa só. O domínio desses textos passou a ser a principal qualificação para o serviço público na burocracia imperial chinesa – um sacerdócio de funcionários-eruditos literários selecionados por meio de concorridos exames feitos em todo o país e encarregados de manter a harmonia nos vastos domínios do imperador.

A resposta de Confúcio ao caos de sua era foi o “Caminho” da sociedade justa e harmoniosa, que, assim ensinou ele, já fora concretizado no passado – em uma distante idade de ouro chinesa. A tarefa espiritual central

da humanidade era recriar essa ordem apropriada já no limiar de se perder. A realização espiritual era uma tarefa não tanto de revelação ou libertação, mas de recuperação paciente de princípios esquecidos de autocontrole. O objetivo era a retificação, não o progresso.

O aprendizado era a chave para avançar em uma sociedade confucionista. Sem o amor pelo aprendizado, amor pela bondade vira tolice; amor pelo conhecimento, especulação frouxa; amor pela honestidade, candura pernicioso; amor pela franqueza, juízo equivocado; amor pela ousadia, insubordinação; amor pela força de caráter, intratabilidade.

Confúcio pregava sobre hierarquia social: o dever fundamental era “Conhece teu lugar”. Para seus adeptos, a ordem confucionista oferecia a inspiração de servir na busca de uma harmonia superior. Ao contrário de profetas de religiões monoteístas, Confúcio não pregava nenhuma teleologia da história conduzindo a humanidade à redenção pessoal. Sua filosofia buscava a redenção do Estado mediante o comportamento individual correto. Orientado para esse mundo, seu pensamento afirmava um código de conduta social, não um caminho para a vida após a morte.

No ponto mais alto dessa ordem chinesa figurava o imperador, personagem sem paralelo na experiência ocidental. Ele combinava tanto os títulos espiritual como secular da ordem social. O imperador chinês era a um só tempo um soberano político e um conceito metafísico. Em seu papel político, o imperador era concebido como um soberano supremo da raça humana – o Imperador da Humanidade, pairando no topo de uma hierarquia política mundial que espelhava a estrutura social confucionista hierarquizada da China. O protocolo chinês insistia no reconhecimento de sua condição soberana no kowtow – um ato de completa prostração, com a testa tocando o chão três vezes a cada reverência.

O segundo papel do imperador, metafísico, era seu status como “Filho do Céu”, o intermediário simbólico entre o Céu, a Terra e a humanidade. Esse papel também implicava obrigação moral por parte do imperador. Por meio da conduta humanitária, da realização dos rituais corretos e de ocasionais punições severas, o imperador era tido como peça-chave da “Grande Harmonia” de todas as coisas grandes e pequenas. Se o imperador se desviasse do caminho da virtude, Tudo Sob o Céu ruiria no caos. Mesmo catástrofes naturais podiam significar que a desarmonia havia acometido o universo. A dinastia existente seria vista como tendo perdido o “Mandato Celestial” pelo qual possuía o direito de governar: as rebeliões seriam deflagradas e uma nova dinastia restauraria a Grande Harmonia do universo.

Grande Revolução Cultural Proletária na China

Henry Kissinger prossegue sua narrativa *Sobre a China*.

Mao escolheu esmagar o Estado chinês e o Partido Comunista ao lançar o que esperava viesse a se provar um ataque final aos teimosos resquícios da cultura chinesa tradicional. Desse entulho, ele profetizou, surgiria uma nova geração ideologicamente pura mais bem-equipada para salvaguardar a causa revolucionária contra os inimigos domésticos e estrangeiros. Ele impeliu a China a uma década de frenesi ideológico, sectarismo político feroz e quase guerra civil, que ficou conhecida como a Grande Revolução Cultural Proletária.

Distintos líderes do Partido Comunista e do Exército de Libertação Popular, incluindo líderes das guerras revolucionárias, foram vítimas de expurgo e submetidos à humilhação pública. O sistema educacional chinês, até então espinha dorsal da ordem social chinesa, estacou com aulas suspensas, indefinidamente, para a geração mais jovem cumprisse a exortação de Mao de “aprender a revolução fazendo a revolução”.

Subitamente livres de qualquer constrangimento, esses jovens se juntaram a facções dos Guardas Vermelhos, milícias de juventude unidas por fervor ideológico, operando acima da lei e fora das (e em oposição a) instituições. Mao endossava com slogans vagos, mas incendiários, os ataques violentos contra a burocracia existente do PCC e contra os costumes sociais tradicionais. Encorajou-os a não temer a “desordem” enquanto lutavam para erradicar os “Quatros Velhos”: velhas ideias, velha cultura, velhos costumes, velhos hábitos, que, para o pensamento maoísta, haviam mantido a China enfraquecida. Havia reprovação explícita, sancionada pelo governo, da tradição milenar chinesa de harmonia e ordem.

O resultado foi enorme crime contra a humanidade sob forma de carnificina e destruição institucional. A civilização chinesa, conhecida até então por seu respeito confucionista ao aprendizado e à erudição, foi invertida para o pior dos mundos: filhos se revoltando contra pais, alunos brutalizando professores e queimando livros, profissionais e altos oficiais mandados para fazendas e fábrica a fim de “aprender a prática revolucionária” com camponeses analfabetos.

Alunos e professores revolucionários de Pequim caíram sobre a aldeia natal de Confúcio (551-479 a.C.), jurando pôr fim à influência do antigo sábio sobre a sociedade chinesa de uma vez por todas, queimando livros antigos, destruindo placas comemorativas e arrasando os túmulos de Confúcio e seus descendentes. Em Pequim, destruíram 4.922 dos 6.843 “locais de interesse

cultural e histórico”. A própria Cidade Proibida foi salva apenas com a intervenção pessoal de Zhou Enlai [segundo na nomenclatura do PCC].

Uma sociedade tradicionalmente governada por uma elite de literatos confucionistas se voltou a camponeses rústicos como fonte de sabedoria. As universidades foram fechadas. Qualquer um identificado como “especialista” era suspeito, a competência profissional sendo um conceito perigosamente burguês.

A postura diplomática chinesa saiu dos eixos. Multidões de Guardas Vermelhos atacaram embaixadas estrangeiras em Pequim, incluindo pilhagem, espancamentos e abusos sexuais de seus membros em fuga. A China só manteve relações positivas genuínas com a República Popular da Albânia.

Emblemático da Revolução Cultural foi o “Pequeno Livro Vermelho” de citações compiladas de Mao. Todos os chineses eram obrigados a carregar um exemplar.

Mas os Guardas Vermelhos não estavam imunes aos dilemas das revoluções, voltando-se contra si mesmo. Eles se dividiram em facções, perseguindo suas próprias preferências pessoais e ideológicas. Mao resolveu então, em 1968, os dissolver oficialmente. Encarregou líderes militares leais de restabelecer os governos nas províncias, assumirem ministérios do governo, cultivar os campos e administrar fábricas.

O impacto imediato da Revolução Cultural foi desastroso, inclusive quase destruindo o Partido Comunista como instituição e arruinando sua credibilidade. Em anos recentes, embora não o isente de críticas, reavalia-se que talvez Mao tenha levantado uma importante questão, embora com resposta desastrosa. Tratava do problema da relação entre o Estado e o povo que ele governa. No Estado moderno, o sistema político determina diretivas, mas a execução é deixada para burocracias separadas tanto do processo político com do público, cujo único controle são as eleições periódicas, se tanto.

As burocracias operam em unidades autocontidas com suas próprias regras, perseguindo procedimentos que muitas vezes definem para si mesmas. Fissuras são abertas entre as classes política e burocrática e entre ambas e o público geral. Desse modo, uma nova classe mandarim ameaça emergir pelo ímpeto burocrático.

A tentativa de Mao de resolver o problema em uma grande investida quase arruinou a sociedade chinesa. Embora um fracasso, deixou o palco montado para as reformas de Deng Xiaoping, principal líder da China de 1979 a 1991.

Programa de Reforma e Abertura para Socialismo de Mercado

Henry Kissinger prossegue sua narrativa *Sobre a China*.

A situação econômica herdada por Deng Xiaoping era próxima do desespero. A estrutura agrícola coletivizada da China mal acompanhava as necessidades de sua imensa população. O consumo de comida per capita era grosso modo o mesmo que fora no início da era Mao. Estimava-se que 100 milhões de camponeses - o equivalente a quase metade da população norte-americana em 1980 - não tinha comida suficiente. O fechamento do sistema escolar durante a Revolução Cultural produzira condições calamitosas. Em 1982, 34% da força de trabalho da China um nível de ensino apenas primário, e 28% eram considerados “analfabetos ou semianalfabetos”; apenas 0,87% da força de trabalho chinesa tinha nível superior. Deng enfrentava o desafio de como transformar uma política geral sem ensino, isolada e ainda grandemente empobrecida em uma força de trabalho capaz de assumir um papel produtivo e competitivo na economia mundial e de suportar as ocasionais tensões.

A insistência de Deng em modernizar a China, abrindo-a para o mundo exterior, era o mesmo tipo de esforço que frustrara os reformadores desde a primeira tentativa na segunda metade do século XIX. Então o obstáculo foi a relutância de abandonar um modo de vida chinês associado com o que definia a identidade especial chinesa. Agora, era como subverter as práticas em que todas as sociedades de “Socialismo Realmente Existente” (SOREX) vinha operando, ao mesmo tempo em que se manteriam os princípios filosóficos em que a coesão da sociedade estivera baseada desde a época de Mao.

No início da década de 1980, o planejamento central continuava a ser o *modus operandi* de todas as sociedades do SOREX. Suas falhas eram muito conhecidas, mas não superadas. Os incentivos eram todos contraproducentes, premiando a estagnação e desencorajando a iniciativa. Em economia com planejamento central, bens e serviços eram alocados segundo decisões burocráticas. Com o tempo, os preços estabelecidos por decreto administrativo perdiam sua relação com os custos. O sistema de preços se tornava um meio de extorquir recursos da população e determinar prioridades políticas. À medida que o terror pelo qual a autoridade se estabeleceu enfraquecia, os preços se tornavam subsídios e eram transformados em método de obter apoio público para o Partido Comunista.

A penalidade para o planejamento central e os preços subsidiados era manutenção negligente, falta de inovação e superemprego, em outras palavras, estagnação e queda da renda per capita. O planejamento central fornecia poucos incentivos para enfatizar qualidade ou inovação, pois a

colocação de toda a produção já estava definida a priori. Na ausência de mercado para confrontar as preferências, o planejador impunha juízos arbitrários face à real necessidade da população.

O Estado planificado, longe de criar uma sociedade sem classes, acabava por sacralizar a estratificação de classes. As verdadeiras recompensas eram as prerrogativas oficiais: lojas especiais, hospitais, oportunidades de ensino para os quadros partidários. A desmedida liberdade de ação na mão dos funcionários do governo levou à corrupção. Empregos, educação e a maioria das prerrogativas dependiam de algum tipo de relação pessoal.

O Programa de Reforma e Abertura de Deng Xiaoping destinava-se a erradicar essa estagnação, adotando em parte uma economia de mercado, permitindo algumas tomadas de decisões descentralizadas, porém buscando certa coordenação através de planejamento plurianual, mas principalmente com abertura para o mundo externo. Esta abertura foi tanto comercial quanto de capital, absorvendo investimento direto estrangeiro.

Deng e seus colegas reformadores eram impelidos, acima de tudo, pela rejeição comum da Revolução Cultural. Todos os líderes que governaram a China haviam vivenciado a degradação, e muitos sofreram maus-tratos físicos. Diziam que esses reveses os iluminaram.

Enfatizavam a China estar em um complicado e muito longo percurso de entrelaçamento do capitalismo com o socialismo. O Programa a ser submetido ao Congresso do PCC, em 1987, afirmava que “uma questão-chave a ser tratada era como racionalizar a relação entre o socialismo e as forças de mercado. O planejamento para o socialismo devia incluir o uso de forças de mercado e não excluí-las. Desde Keynes, todos os países, incluindo os capitalistas, têm praticado interferência do governo nas atividades econômicas em algum grau. Os Estados Unidos e a Coreia do Sul são exemplos. Os governos regulam seja mediante o planejamento, seja via o mercado: a China usará ambos os métodos. As empresas farão pleno uso das forças de mercado, e o Estado guiará a economia com políticas macroeconômicas. Haverá também o planejamento onde necessário, mas a futura regulação por planejamento será um recurso e não será vista como a própria natureza do socialismo”.

Na busca desses objetivos, Deng se moveria gradualmente. A revolução contínua de Mao era, em essência, defenestrada juntamente com visões de transformação utópica. A liderança chinesa não permitiria que a ideologia restringisse suas reformas. Em vez disso, iriam redefinir o “socialismo com características chinesas”, ou seja, aquele que levasse maior prosperidade à China.

Ela acolheria o investimento direto estrangeiro, em parte por meio de Zonas Econômicas Especiais no litoral, cautelosamente, dada a experiência negativa prévia com “investidores estrangeiros” em seu litoral no século XIX, destacada na narrativa nacionalista. Mostrava também uma disposição sem precedentes de abandonar a visão secular de autossuficiência econômica integrando-se à ordem econômica internacional.

A descentralização sistemática se seguiu, inclusive com fazendas familiares. Para outros empreendimentos, a propriedade continuaria com o Estado; o gerenciamento seria deixado na maior parte para os administradores, submetidos a certas metas, porém com liberdade de ação para alcançá-las. O PCC iria manter um papel de supervisão global sobre a economia e a estrutura política da nação. Mas se afastaria de sua condição prévia de controlador dos aspectos detalhados da vida chinesa cotidiana. O governo e o povo da China recordavam o caos da Revolução Cultural e jamais permitiriam ele voltar a ocorrer.

A China Explicada Para Brasileiros

Wong K. Shin aportou no Brasil com sete anos de idade, vindo da China, após uma passagem por Hong Kong. Logo quando chegou, com seus pais e irmão, foi matriculado em escola primária no Rio de Janeiro, onde começou a aprender a falar a língua. Formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com cursos de aperfeiçoamento no exterior, Licenciatura em Inglês/Literatura americana pela Universidade Santa Úrsula.

Lecionou matérias de Finanças e Administração em diversas universidades do Rio de Janeiro (Fundação Getulio Vargas, IBMEC, Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Trabalhou como executivo em bancos e indústrias no Brasil, especialmente na Copene (empresa petroquímica que serviu de base para a constituição da atual Braskem), onde foi diretor de Finanças, tendo também sob sua responsabilidade as áreas administrativa, jurídica, tecnologia de informação e relações com investidores.

Após o falecimento de sua mãe, em 2004, tomou a resolução de fazer uma viagem de “resgate das raízes”, física e principalmente mental. Estudou a língua chinesa (mandarim), e pesquisou Economia, História, Política, Cultura e tudo mais que dizia respeito à China. Viajou para lá e, na volta, decidiu prosseguir na sua viagem mental e intelectual, através da feitura de um livro sobre a China.

Este livro, *A China Explicada Para Brasileiros* (Editora Atlas, 1ª edição (2008), 2ª Reimpressão, 230 páginas) analisa e explica aspectos da China sob

uma perspectiva brasileira. Enfoca temas como economia, negócios, meio-ambiente e cultura política, relacionados à nova superpotência mundial.

Para o crescente número de brasileiros que buscam conhecer a economia da China, especialmente nos aspectos que a ligam ao Brasil, este livro tem caráter totalmente inédito no mercado editorial brasileiro. A perspectiva de análise é de um brasileiro com raízes na China. O livro traz mapeamento completo e atualizado de todos os negócios existentes entre os dois países, e examina a influência da China na economia do Brasil.

Os capítulos do livro estão distribuídos em duas partes: A Parte I aborda os aspectos que vinculam diretamente a China à vida brasileira, fornecendo temas para aprofundamento. Por exemplo, as exportações de minério de ferro da Vale do Rio Doce para a China servem de gancho para analisar o setor siderúrgico chinês, responsável por um terço de todo o aço produzido no mundo.

A Parte II situa o contexto das questões da vida econômica chinesa que estão afetando o mundo e, particularmente, o Brasil, como a macroeconomia, meio ambiente, energia, distribuição da renda, mercado financeiro e estrutura política.

Para todo analista brasileiro, é importante saber das siderúrgicas chinesas sair mais de um terço de todo o aço produzido no mundo. De importadora até 2003 (34 milhões de toneladas) e 2004 (13 milhões de toneladas), a China equilibrou importação e exportação em 2005, produziu superávit de 35 milhões de toneladas no ano seguinte, aumentando-o para 43 milhões de toneladas em 2007, quando produziu 36% da produção mundial de aço de 1,34 bilhão de toneladas. Entre 2002 e 2007, ela, isoladamente, adicionou algo equivalente a nove vezes a capacidade produtiva do Brasil.

Produzir muito aço é uma obsessão da China de longa data. Desde Mao, os chineses acreditavam que o aço é a base do crescimento econômico, já que permite construir infraestrutura, fábrica e bens industriais. Eles também aprenderam que a tecnologia é tão importante quanto a força de mão de obra para alavancar o desenvolvimento. O país atingiu a posição de maior produtor de aço do mundo e, por decorrência, maior fabricante de manufaturas feitas a partir do aço. Wong Shin recorda essa história.

A Companhia Vale do Rio Doce vende seu minério para dezenas de países do mundo, mas sua maior fonte de crescimento nos últimos anos e maior mercado individual é, sem dúvida, a China. Em 2007, a Vale produziu e vendeu cerca de 300 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas. Desse total, 100 milhões de toneladas foram embarcadas para as siderúrgicas chinesas, representando um terço das vendas totais. As vendas feitas na China

foram superiores às feitas dentro do Brasil, que é seu segundo mercado, representando 15%.

A Ásia, principalmente por causa da China, tornou-se a maior parceira comercial do Brasil, depois da crise de 2008. Tinha participação de 18,9% entre os principais mercados de destino das exportações em 2008, alcançou 27,9% em 2010. A América Latina e Caribe caíram de 25,9% para 23,8%, a União Europeia de 23,4% para 21,4% e os Estados Unidos, de 14,0% para 9,6%. Em 2000, a China era o 12o. maior cliente do Brasil e passou a ser o maior no fim da primeira década do novo século XXI.

Das exportações brasileiras para a China, em 2007, os dois principais produtos, minério de ferro (US\$ 3,7 bilhões) e soja (US\$ 2,8 bilhões de soja em grão e US\$ 318 milhões de óleo de soja), representaram 64% do total. Outros produtos relevantes foram petróleo e derivados (US\$ 840 milhões), couros e peles (US\$ 492 milhões) e papel e celulose (US\$ 445 milhões).

Quando se trata de minério de ferro, é fácil vender para a China, inclusive com preços crescentes. Porém, quando se tenta vender produtos industrializados, as empresas brasileiras encontram sérias dificuldades para exportar manufaturados para a China. Isso porque os chineses começam comprando, mas depois aprendem a produzir e então passam a exportar o produto que antes era importado.

Os produtos brasileiros enfrentam os chineses não somente no território brasileiro, mas principalmente na arena internacional. Com sua agressividade comercial através de preços imbatíveis, a China ocupou mercados antes dominados por outros países, devido à sua rápida evolução industrial e tecnológica. Como exemplo, já abalados pela moeda nacional apreciada, os setores de confecções, têxteis e calçados do Brasil foram ainda mais afetados pela avassaladora concorrência chinesa, tanto no mercado interno quanto em terceiros mercados.

À medida que a economia brasileira se aquecia e o real se apreciava, cresceu também a percepção de que a China é o lugar para se buscar fornecedores baratos e de qualidade. Isso fez com que as companhias tradings, que se responsabilizam pela operação logística das importações, fossem procuradas pelas empresas brasileiras para intermediar os negócios com a China. Buscaram insumos ou produtos acabados a preços mais competitivos, seja na área de construção civil, seja na de produtos eletroeletrônicos, ou outras. As grandes tradings vêm atuando em grande escala na linha de produtos populares destinados às classes D e E, em que não há concorrência que possa bater os preços baixos das mercadorias chinesas.

Depois do minério de ferro, o produto brasileiro que gera mais receitas de exportação para a China é a soja. Curiosamente, a soja veio da China e agora viaja no sentido inverso. Há milhares de anos, os alimentos feitos a partir dela fazem parte da dieta básica dos chineses. Uma comida tradicional consumida na China é o “*tofu*”, preparado de várias formas, acompanhando sopas, em forma cozida ou frita, junto com carnes ou verduras. O molho de soja, conhecido nos restaurantes japoneses por *shoyu* (palavra em japonês derivada do chinês *jiang you*), é usado no preparo de quase todos os pratos de comida chinesa para dar o sabor salgado, em vez do sal usado no Ocidente.

Hoje, tanto na China quanto no Brasil, a soja é processada e consumida por pessoas e como ração animal, muito em função do seu rico teor de proteínas. A oleaginosa é rica em óleo, daí seu uso para fabricação de óleo de cozinha. As indústrias estão continuamente desenvolvendo novos produtos à base da soja, como a “carne vegetal”, na forma de bifês, salsichas ou hambúrgueres, e as bebidas de soja, com sabores de frutas. No Brasil, mas não na China, a soja é atualmente a principal matéria-prima para a fabricação do biodiesel para uso como combustível alternativo, com mistura obrigatória ao diesel.

Embora a soja tenha se originado da China, o Brasil hoje produz mais soja que seu país de origem. O Brasil é o segundo maior produtor mundial e a China, o quarto. A terra e o clima do Brasil favorecem seu cultivo. Ao contrário, a China possui um coeficiente pequeno de terras agricultáveis, situação agravada pelo intenso processo de urbanização, não conta com tanta abundância de água como no Brasil. O índice médio de chuva na China é de 6000 milímetros por ano, contra 1.500 milímetros no Brasil. Tudo isso faz com que o Brasil tenha vantagem competitiva inigualável, podendo até superar os Estados Unidos, nos próximos anos, como o maior produtor mundial de soja. Com seus planos para fabricar grandes volumes de etanol a partir do milho, os norte-americanos estão deslocando grandes áreas de plantação de soja para substituí-las pelo milho.

A China é um grande produtor de soja, mas não produz o suficiente para abastecer todo o seu consumo interno, que tem se elevado muito em função do aumento da renda da população. Ela se tornou o maior importador mundial, com 40% do comércio global de soja em grão. Cerca de um terço da soja em grão que a China importa vem do Brasil. A China também compra dos Estados Unidos, o maior produtor mundial e seu maior supridor, e ainda da Argentina. Essa “OPEP da soja” controla 80% da produção mundial.

A China exportou deflação para o mundo. O fenômeno chamado de “preço China” (China price) jogou para baixo os preços de muitos produtos industriais e de consumo. Os fabricantes que tentaram fixar seus preços acima

do “preço China” tiveram dificuldade para vender seus produtos e foram obrigados a remarcar suas tabelas. As importações, impulsionadas pelo efeito conjugado da apreciação da moeda nacional e preços baixos, explicaram parte da estabilização recente da inflação no Brasil .

Não somente produtos de consumo ganharam com os preços baixos dos importados chineses. Empresas brasileiras aproveitaram os preços baixos (e câmbio apreciado) de máquinas e equipamentos chineses para reequipar e modernizar suas fábricas a custo 30% a 40% menores do que os da concorrência nacional ou internacional.

Em contrapartida, a voraz demanda chinesa por matérias-primas ajudou a puxar, para níveis recordes, os preços internacionais do petróleo, aço, metais, commodities agrícolas, entre outros bens negociáveis. Os preços que aumentaram foram justamente os das commodities que o Brasil mais exporta para a China (minério de ferro, soja e petróleo) e as receitas cambiais geradas ajudaram a derrubar a cotação do dólar. Isso, por sua vez, levou a mais importação de insumos e produtos finais baratos, criando ciclo de inflação baixa.

A reforma da economia chinesa começou em 1978, com a morte de Mao, ocorrida dois anos antes. Trinta anos após a instituição do regime comunista em 1949, e com os poucos avanços econômicos obtidos desde então, os chineses iniciaram uma reforma econômica profunda e duradoura que viria posicionar a China como o país que mais cresce no mundo. Os chineses chamam de jing ji gai se (reforma econômica) o processo de mudanças econômicas e sociais ocorridas nas últimas duas décadas do século XX e que prossegue no século XXI. Os chineses consideram todas as mudanças que ocorreram e continuam a ocorrer como um processo único e contínuo, e não vários planos executados por diversos governos.

O “Império Chinês”, um dos mais poderosos em séculos passados, antes da invasão estrangeira, especialmente a britânica no século XIX, renasceu com a exploração da globalização planejada pelo “socialismo de mercado”. As mudanças econômicas não foram acompanhadas por reformas políticas, tendo o Partido Comunista Chinês continuado a deter o poder político absoluto, mantendo a visão ideológica socialista para ser seguida pela sociedade chinesa. O aparente paradoxo de ter uma economia aberta convivendo com um regime político fechado é explicado pela regulação tanto do mercado quanto da liberdade.

Países estrangeiros forçaram a abertura comercial da China usando a força militar nos séculos XVIII e XIX, chegando a declarar guerras, em 1840 e 1856, para drogar os chineses de ópio e obrigá-los a comprar e vender

produtos. Mais do que isso, tomaram partes do território chinês. Com esses antecedentes históricos, o mercado chinês esteve aberto para o mundo até a tomada do poder pelos comunistas em 1949, quando a China voltou a se isolar do resto do mundo por várias décadas. Com as reformas econômicas dos anos 80, a China começou gradualmente a retomar os negócios com o exterior.

A transformação da China em potência manufatureira aproveitou sua massa de trabalhadores para a produção em grande escala. O ciclo baseado nas manufaturas abastecia a exportação, que gerava as divisas necessárias para pagar pela importação de tecnologia, equipamentos e matérias-primas. Como as receitas das exportações investidas em novos equipamentos e insumos, novos produtos são fabricados e exportados, alimentando o círculo virtuoso. O crescimento das fábricas e das produções permitiu retirar da pobreza milhões de chineses que viviam na área rural ou estavam subempregados nas cidades.

A grande escala de produção resulta em custos muito baixos. Além de abundantes e baratos, os operários chineses foram disciplinados pelos anos de revolução cultural, tornaram-se fáceis de ser treinados e com disposição de trabalhar longas jornadas sem ter muitos dias de folga. São apenas três feriados por ano que, com sistema de compensações, faz com que esses feriados se estendam por uma semana. Embora a remuneração possa ser considerável miserável para os padrões ocidentais, com os benefícios concedidos como moradia, alimentação, cuidados médicos, etc., as vagas de trabalho são muito concorridas, havendo sempre extensas filas de candidatos.

Embora os chineses acreditem firmemente que vivem em regime de min zhu, traduzido como democracia, a percepção dos brasileiros é que a China está longe de ser uma democracia. De forma simplificadora, para os chineses, no min zhu o governo é do povo e age em nome dele, enquanto que os brasileiros geralmente associam democracia com eleições diretas e liberdade total de expressão, que não existem na China. Daí as dificuldades de entendimento provocadas por diferenças semânticas e culturais. A China ainda está longe de caminhar para processo de votação direta para a eleição de seus líderes, mas as decisões são tomadas depois de ouvir e considerar as opiniões de muitos representantes do povo.

A doutrina da “*Perspectiva Científica do Desenvolvimento*” a partir de 2007 passou a fazer parte da Constituição do Partido Comunista Chinês. Sintetiza a ideia de o desenvolvimento da China observar certos princípios e prioridades. Engloba as questões referentes à diminuição das desigualdades entre ricos e pobres, entre cidades e campo, entre regiões do país, etc., bem como as de proteção do meio ambiente e de uso mais eficiente da energia. Assim, os líderes chineses definiram um rumo claro para a continuação

sustentável do desenvolvimento do país, porém compatibilizando-a com as necessidades de se criar uma sociedade em harmonia, próspera, democrática (no conceito chinês), forte e culturalmente evoluída.

Parte II -
DESENVOLVIMENTO
MUNDIAL

Desenvolvimento como Liberdade

Segundo Amartya Sen, no seu livro *Desenvolvimento como Liberdade* (São Paulo, Companhia das Letras, 2000), demonstra que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O crescimento do PIB ou das rendas individuais pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas, por exemplo, os serviços de educação e saúde, e os direitos civis, por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas.

Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios (industrialização, inovação tecnológica, educação, etc.) que, inter alia, desempenham um papel relevante no processo.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade:

1. pobreza e tirania;
2. carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática;
3. negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar as necessidades básicas. Em outros casos, a privação da liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social. Mais ainda, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

A liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões:

1. A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
2. A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

Há relações mutuamente reforçadoras entre liberdades de tipos diferentes. É devido a essas inter-relações que a condição de agente livre e sustentável emerge como um motor fundamental do desenvolvimento. A livre condição de agente não só é, em si, uma parte “constitutiva” do desenvolvimento, mas também contribui para fortalecer outros tipos de condições de agentes livres.

A ligação entre liberdade individual e realização do desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade de participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades.

Cinco tipos distintos de liberdade vistos de uma perspectiva “instrumental” são investigados particularmente nos estudos empíricos de Amartya Sen:

1. Liberdades políticas;
2. Facilidades econômicas;
3. Oportunidades sociais;
4. Garantias de transparência e
5. Segurança protetora.

Cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa. Eles podem ainda atuar complementando-se mutuamente. As políticas públicas visando ao aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades distintas mas inter-relacionadas. Na visão do “desenvolvimento como liberdade”, as liberdades instrumentais ligam-se uma às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral.

Embora a análise do desenvolvimento precise, por um lado, ocupar-se de objetivos e metas que tornam importantes as consequências dessas liberdades instrumentais, é necessário igualmente levar em conta os encadeamentos empíricos que unem os tipos distintos de liberdade uns aos outros, fortalecendo sua importância conjunta. Essas relações são

fundamentais para uma compreensão mais plena do papel instrumental da liberdade.

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes.

1. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica.
2. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica.
3. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais.
4. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras.

Essas relações empíricas reforçam as prioridades valorativas. Essa concepção da Economia e do processo de desenvolvimento centrada na liberdade é em grande medida uma visão orientada para o agente. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável - e até mesmo o papel positivo da impaciência construtiva.

As Pessoas Em Primeiro Lugar: Identidades e Identificações

No livro *“As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado”* (São Paulo, Companhia das Letras, 2010), co-autoria de Amartya Sen e Bernardo Kliksberg, este trata, em sua segunda parte, de “Os Desafios Éticos de um Continente Paradoxal”, isto é, da América Latina. Sen trata, na primeira parte, de “Temas-chave do Século XXI”.

Este novo livro do economista indiano ganhador de Prêmio Nobel propicia ao leitor esclarecer a dúvida que porventura pode ter permanecido, na leitura do anterior “Liberdade como Desenvolvimento” a respeito da proeminência de a Liberdade como variável estratégica no processo de desenvolvimento em vez do tema tão caro à esquerda: a Igualdade. Vamos

focalizar, nesta breve resenha, a relação republicana entre *Liberté et Egalité* conforme apresentada por Sen.

Este livro aplica a perspectiva do que trata como uma nova disciplina: a ética do desenvolvimento. Seu objetivo é resgatar a relação perdida entre Ética e Economia, e eliminar a cisão existente entre ambas, tal como tem prevalecido no pensamento convencional. No Capítulo 2, sobre *Exclusão e Inclusão*, Sen identifica os riscos existentes nas análises que costumam ser feitas sobre o assunto. Nesse sentido, combate os argumentos que partem de concepções fechadas sobre as diversas culturas e revela as fragilidades do tão difundido enfoque adotado atualmente por historiadores, como Niall Ferguson, baseado no “choque de civilizações”.

Ele faz uso da ideia relativamente nova de “exclusão” como uma forma de privação. Este conceito tem se demonstrado útil como ideia organizacional. Podemos, com proveito, discutir uma variedade de exclusões, escolhidas a partir de uma diversidade de áreas, abrangendo os campos político, econômico e social.

Entretanto, alguns conceitos clássicos de injustiça se preocupam de fato com “inclusão injusta” e não com exclusão. Esse é exatamente o caso da noção marxista de “exploração”, no qual o problema consiste no fato de o trabalhador estar firmemente “incluído” em uma relação de produção na qual ele recebe menos do que lhe é devido.

De fato, uma grande parte dos problemas de privação surge de termos desfavoráveis de inclusão e de condições adversas de participação, e não do que se poderia chamar, sem forçar o termo, de um caso de exclusão. Por exemplo, com trabalho forçado ou trabalho infantil em condições de semiescravidão, o foco imediato não está na exclusão, mas na natureza desfavorável da inclusão envolvida.

Portanto, cabe ajustar a retórica de “exclusão” para cobrir também “inclusão desfavorável”. Abrange “exclusão de inclusão igualitária”. Não se trata, pois, de apenas “incluir o excluído”. A conclusão básica é que precisamos estar conscientes dos dois tipos de injustiça - da exclusão injusta e também da inclusão injusta - e não devemos confundir as duas.

Na verdade, o fato mais marcante é o de que, com muita frequência, as mesmas pessoas que são pobres em termos de riqueza material sofrem também de analfabetismo, trabalham duramente sob condições terríveis, não tem poder político, não tem acesso a advogado e são maltratadas pela polícia. A linha divisória que “os que tem” e “os que não tem” não é apenas um clichê retórico ou slogan eloquente, mas sim, infelizmente, uma característica substancial do mundo em que vivemos.

Temos de defender o direito de ver nossa identidade do jeito que escolhemos ou identificamos. Por exemplo, a genérica imposição de identidade dos “afegãos” (ou “mulçumanos”), nos Estados Unidos, leva à indulgência pública em relação a atos com consequência brutais sobre um grupo identificado, causando efeitos graves com a aceitação civil da tortura.

Contrastes de identidade recém-elaborados transformam, subitamente, velhos amigos em novos inimigos, e assassinos em supostos camaradas. A carnificina que se segue tem muito a ver com a imposição da nova identidade, não contida por uma humanidade arrazoada ou por uma escolha refletida.

A dramática amplificação da suposta gravidade da linha que divide, por exemplo, os hutus e os tutsis em Ruanda (“Nós, hutus, sempre odiamos os tutsis”), com a omissão de outros princípios classificatórios relacionados, digamos, classe, ocupação ou localidade, que afetam todas as divisões entre hutus e tutsis, pode converter uma das muitas linhas divisórias coexistentes em uma divisão confrontadora explosiva e com poder de genocídio. A imposição de uma identidade não refletida como auto identificação pode matar como a peste.

Temos de prestar mais atenção à maneira como identidades gerais e supostamente proeminentes são impostas às pessoas. Podemos ser classificados de acordo com vários sistemas de divisão que competem entre si, cada um deles com ampla relevância em nossas vidas: nacionalidade, localidade, classe social, ocupação, língua, filiação político-partidária e muitas outras. Embora categorias religiosas tenham sido muito discutidas nos últimos anos, não se pode presumir que elas devam obliterar outras distinções, e muito menos que elas possam ser consideradas como o único sistema relevante de classificação das pessoas pelo globo terrestre.

Mas a classificação civilizatória atualmente predominante, evocada com tanta frequência e com efeitos tão profundos sobre atitudes e políticas, segue rigorosamente as divisões religiosas. Samuel Huntington, seguido por Niall Ferguson, contrasta a “civilização ocidental” à “civilização islâmica”, “civilização hindu”, “civilização budista”, etc. Os supostos confrontos das diferenças religiosas são incorporados em uma concepção estruturada de uma só divisão, dominante e cristalizada.

Ao dividir a população do mundo em categorias que pertencem ao “mundo islâmico”, ao “mundo cristão”, ao “mundo hindu”, ao “mundo budista”, etc., o poder diversivo da prioridade classificatória é usado implicitamente para confinar pessoas. Outras divisões, por exemplo, entre ricos e pobres, entre membros de diferentes classes sociais e ocupações, entre pessoas de afiliações políticas diversas, entre nacionalidades e

localidades residenciais distintas, entre grupos linguísticos etc., são todas submersas por esta suposta maneira proeminente de ver as diferenças entre as pessoas.

A fraqueza intrínseca da tese do “choque de civilizações” está em seu programa de categorização de pessoas do mundo de acordo com um único, supostamente dominante, sistema de classificação. A deficiência da tese, portanto, começa muito antes de chegarmos ao ponto de indagar se civilizações devem se chocar - uma pergunta que é conceitualmente parasitária em relação à categorização.

A forma de perguntar - “civilizações se chocam?” - em si nos empurra para uma forma estreita, arbitrária e enganosa de pensar as pessoas no mundo. Seu poder de confundir pode jogar em uma armadilha não apenas aqueles que gostariam de apoiar a tese - dos islâmicos fundamentalistas aos defensores da supremacia ocidental -, mas também os que gostariam de questioná-la, mas respondem dentro dos termos preestabelecidos de referência.

Falar sobre o “mundo islâmico” ou o “mundo cristão” já é reduzir as pessoas a esta única dimensão. Não devemos compartilhar essa categorização única e reducionista. As pessoas de fato veem a si próprias de muitas maneiras diferentes.

A multiplicidade de categorias age de modo contrário à separação rígida e suas implicações mortais. A pretensão de que as pessoas do mundo podem ser unicamente categorizadas de acordo com algum sistema singular e abrangente de divisão vai contra a crença ultrapassada de que “nós, seres humanos, somos todos iguais”, como também contra a compreensão mais plausível de que “somos diversamente diferentes”.

Sen (2010: 43) afirma que “a principal esperança de harmonia no mundo contemporâneo se encontra na pluralidade de nossas identidades que se cruzam umas com as outras e agem contra as divisões rígidas em torno de uma linha única e endurecida de divisão impenetrável. Nossa humanidade compartilhada é desafiada brutalmente quando o confronto é unificado em um só suposto sistema dominante de classificação (...). A diversidade plural pode ser muito unificadora, de uma forma que um sistema único de divisões predominantes não é”.

Não é de surpreender que os fundamentalistas - mulçumanos, cristãos, supremacistas ocidentais ou quaisquer outros - gostam de pensar o mundo de acordo com uma inclusão preordenada que elimina todas as outras distinções. Para nos defender, temos de lutar pelo nosso direito de escolher as prioridades entre as nossas múltiplas associações, filiações e identidades.

Temos o direito humano de acesso a uma educação ampla que nos prepare para escolher, e não apenas para seguir.

O Mundo é Plano: Uma Breve História do Século XXI

Elogiado pela crítica e sucesso mundial de vendas (mais de 4 milhões de cópias vendidas no mundo), *O Mundo é Plano* tornou-se já referência na história das relações internacionais. Na verdade, o autor-jornalista é um contador de boas histórias, porém não efetua uma análise crítica dos fatos descritos com o uso de conceitos teóricos.

Seu autor, Thomas Friedman, nasceu em Minneapolis, em julho de 1953. Colunista de relações internacionais do New York Times desde 1981, ganhador de três prêmios Pulitzer, é considerado um dos jornalistas mais influentes do mundo. Visite seu Site: <http://www.thomaslfriedman.com/>

Ele foi pioneiro em enxergar e definir a “nova globalização”, era em que os avanços da tecnologia e da comunicação permitiram que os indivíduos se conectassem como nunca antes, transformando as noções conhecidas de distância, tempo e trabalho. Momento este, defende o autor, que se mostrou positivo para os países emergentes, seus negócios e meio ambiente, ao contrário da era da “velha” globalização, que só beneficiava quem já detinha capital.

Através da ideia de achatamento do mundo, Friedman descreve como as pessoas passaram a colaborar umas com as outras e também competir em um mundo de forças mais igualitárias. *Quis? Ubi? Quando? Quid? Cur? Quibus auxiliis? Quomodo?* (Quem? Onde? Quando? O quê? Por quê? Por que meios? Como?) Procura assim explicar a ascensão de novos players mundiais, como Índia e China. Faz apologia da ideologia da aliança entre a casta dos comerciantes-financistas e a casta dos sábios da tecnologia de informações.

A presente edição do livro traz dois capítulos em que o autor responde a perguntas frequentes de leitores, mostra como ser um ativista político em defesa do livre-mercado e um empresário com preocupação social. Ele discute como é possível manter a reputação e a privacidade em um tempo em que a informação circula de forma frenética.

O argumento histórico mais amplo a que Friedman chega é que a globalização atravessou três grandes eras.

A primeira se estendeu de 1492 – quando Colombo embarcou, inaugurando o comércio entre o Velho Mundo e o Novo – até por volta de 1800. Ele chama essa etapa de *Globalização 1.0*, na qual se viu a redução do

mundo de grande para médio e que se caracterizou basicamente pelo envolvimento de países e músculos.

O principal agente de mudança, a força dinâmica por trás do processo de integração global, era a potência muscular:

1. a quantidade de força física,
2. a quantidade de cavalos-vapor,
3. a quantidade de vento ou,
4. mais tarde, a quantidade de vapor.

Cada país deveria possuir esses atributos e ter a criatividade com que os empregava. Nesse período, os países e governos - em geral motivados pela religião, pelo imperialismo ou por uma combinação de ambos - abriram o caminho derrubando muros e interligando o mundo, promovendo a integração global.

As questões básicas da Globalização 1.0 eram:

1. como o meu país se insere na concorrência e nas oportunidades globais?
2. como posso me globalizar e colaborar com outras pessoas, por intermédio do meu país?

A segunda grande era, a *Globalização 2.0*, durou mais ou menos de 1800 a 2000, sendo interrompida apenas pela Grande Depressão e pela Primeira e Segunda Guerras Mundiais, e diminuiu o mundo do tamanho médio para o pequeno.

O principal agente de mudança, a força dinâmica que moveu a integração global, foram as empresas multinacionais, que se expandiram em busca de mercados e mão de obra – movimento encabeçado pelas sociedades, por ações inglesas e holandesas e pela Revolução Industrial.

Na primeira metade dessa era, a integração global foi alimentada pela queda dos custos de transporte, graças ao motor a vapor e às ferrovias.

Na segunda, pela queda dos custos de comunicação em decorrência da difusão do telégrafo, da telefonia, dos PCs, dos satélites, dos cabos de fibra óptica e da World Wide Web em sua versão inicial.

Foi nesse período que assistimos de fato ao nascimento e à maturação de uma economia global propriamente dita, no sentido de que havia uma movimentação de bens e informações entre os continentes em volume

suficiente para a constituição de um mercado de fato global, com a venda e revenda de produtos e mão de obra em escala mundial.

As forças dinâmicas por trás dessa etapa da globalização foram as inovações de hardware:

- dos barcos a vapor e ferrovias, no princípio,
- aos telefones e mainframes, mais para o fim.

As grandes indagações eram:

1. como a minha empresa se insere na economia global?
2. como tira proveito das oportunidades?
3. como posso me globalizar e colaborar com outras pessoas, por intermédio da minha empresa?

O livro anterior de Thomas Friedman, *O Lexus e a Oliveira*, versa basicamente sobre o apogeu desse período, durante o qual ruíram muros em todo o mundo e a integração (e a resistência a ela) atingiu um nível sem precedentes. Por mais muros que fossem derrubados, todavia, continuava havendo inúmeras barreiras a uma integração global homogênea.

Em 1998, a internet e o comércio eletrônico ainda estavam engatinhando. Agora eles já decolaram. Daí a tese que ele defende, nesse livro mais recente, de que por volta do ano 2000 adentramos uma nova era: *a Globalização 3.0*. Ela está não só encolhendo o tamanho do mundo de pequeno para minúsculo, como também, ao mesmo tempo, aplainando o terreno.

Enquanto a força dinâmica na Globalização 1.0 foi a globalização dos países e, na Globalização 2.0, a das empresas, na 3.0 a força dinâmica vigente (aquilo que lhe confere seu caráter único) é a recém-descoberta capacidade dos indivíduos de colaborarem e concorrerem no âmbito mundial.

E “o fenômeno que está capacitando, dando poder e impelindo indivíduos e pequenos grupos a se tornarem globais tão facilmente e tão harmonicamente” (sic) é o que ele chama de plataforma do mundo plano. Ele busca a descrever em detalhe neste livro.

A plataforma do mundo plano é produto de uma convergência entre:

1. o computador pessoal que subitamente permitiu a cada indivíduo tornar-se autor de seu próprio conteúdo em forma digital,

2. o cabo de fibra óptica que de repente permitiu a todos aqueles indivíduos acessar cada vez mais conteúdo digital no mundo por quase nada, e
3. o aumento dos softwares de fluxo de trabalho que permitiu aos indivíduos de todo o mundo colaborar com aquele mesmo conteúdo digital estando em qualquer lugar, independentemente da distância entre eles.

“Ninguém previu essa convergência. Ela simplesmente aconteceu – bem em torno do ano 2000. E quando aconteceu, pessoas do mundo inteiro começaram a acordar e perceber que tinham mais poder do que nunca para se tornarem globais como indivíduos, que precisavam mais do que nunca pensar em si próprias como indivíduos competindo com outros indivíduos em todo o planeta e que tinham mais oportunidades para trabalhar com esses outros indivíduos, e não apenas para competir com eles.”

Como resultado, cada pessoa agora precisa, e pode, perguntar:

1. como é que eu me insiro na concorrência global e nas oportunidades que surgem a cada dia e
2. como é que eu posso, por minha própria conta, colaborar com outras pessoas, em âmbito global?

A Globalização 3.0, entretanto, não difere das eras anteriores apenas em termos de:

1. quanto vem encolhendo e achatando o mundo e
2. do poder com que está munindo o indivíduo.

A diferença reside também no fato de que as duas primeiras etapas foram lideradas basicamente por europeus e americanos, pessoas e empresas.

Muito embora a China fosse a maior economia do mundo no século XVIII, foram os países, as empresas e os exploradores ocidentais que conduziram a maior parte do processo de globalização e configuração do sistema.

A tendência, todavia, é que esse fenômeno se inverta: em virtude do achatamento e encolhimento do mundo, esta fase 3.0 será cada vez mais movida não só por indivíduos, mas também por um grupo muito mais diversificado de não ocidentais e não brancos.

O Mundo Gira, Meu Blog Roda e O Mundo é Plano?!

Em comemoração ao quinto aniversário deste modesto blog, vamos conferir como Thomas Friedman, em “*O Mundo é Plano: Uma Breve História do Século XXI*”, analisa uma das “dez forças que achataram o mundo”: o uploading.

As dez forças que resultaram na Globalização 3.0 foram:

1. Nove de Novembro de 1989
2. Nove de Agosto de 1995
3. Softwares de fluxo de trabalho
4. *Uploading*
5. Terceirização
6. *Offshoring*
7. Cadeia de fornecimento
8. Internalização
9. Informação
10. Esteroides

O *uploading* permite a exploração do poder das comunidades de geeks. Elas colaboram entre si para criar um novo software e depois enviá-lo em arquivo de computador para o mundo. Isso se chama software desenvolvido em comunidade.

Graças à plataforma do mundo plano, mais e mais internautas estão na web oferecendo também suas próprias notícias e seus artigos de opinião, eliminando os jornais como intermediários ou filtrando suas notícias com viés ideológico. Isso se chama fazer blog.

A comunidade de pesquisadores nas bibliotecas, físicas ou virtuais, está agora criando suas próprias entradas para a maior e a mais acessível enciclopédia de todas as eras da história humana. Isso se chama *Wikipedia*.

Os internautas estão cada vez mais oferecendo suas próprias canções, seus vídeos, seus poemas, seus raps, seus *playlists*, ao resto do mundo, transformando as lojas de discos e os tradicionais fornecedores de conteúdo.

Isto se chama *podcasting*, por exemplo, Spotify para músicas e Netflix para filmes via *streaming*, YouTube ou Vimeo para vídeos.

Os internautas de fala inglesa, na Amazon.com, estão escrevendo suas próprias resenhas de livros, reduzindo a dominação de “críticos formadores de opinião” da grande imprensa. Há sites onde todos os autores podem publicar seu livro on-line para download de graça ou pago. Boa parte dos livros clássicos e de best-sellers já se encontra para download gratuito. Isso se chama *creative commons*.

A tendência à queda do respeito aos direitos autorais leva os criadores (músicos, autores, diretores) se reinventarem na geração de renda através de produtos culturais. Provavelmente, ganharão menor margem de lucro, porém em muita maior escala na venda massiva, seja via digitalização de seus produtos, seja na prestação de serviços de entretenimento do produtor (artista) diretamente em contato com o consumidor na plateia.

Esses são exemplos de variações de trabalhos voluntários gratuitos para uploading. A gênese da plataforma do mundo plano não apenas permitiu a mais pessoas criar mais conteúdo e colaborar nesse conteúdo. Permitiu também a elas enviar arquivos e globalizar seu conteúdo individualmente ou como parte de comunidades autoestabelecidas (redes) - sem recorrer a qualquer organização ou instituição tradicional e hierárquica.

O *uploading* está se tornando uma das formas mais revolucionárias de colaboração no mundo plano. Todos nós podemos agora ser produtores de conteúdos, e não apenas consumidores.

Como já disse, neste modesto blog, faço um trabalho de responsabilidade social, voluntário e gratuito. Devolvo à sociedade, em parte, o que ela pagou para eu aprender com meus estudos em colégios e universidades públicos.

Criar blogs (ou *blogging*) é uma forma de *uploading* de baixo para cima e auto organizada. Os *bloggers*, comentaristas *on-line* isolados, defendendo cada qual livremente sua ideologia, criaram um tipo de redação de código aberto.

Um blog (derivado de *weblog*) é a própria tribuna virtual, onde se pode:

1. contar ao mundo o que você pensa sobre qualquer assunto,
2. postar o artigo com o conteúdo individual em seu próprio website e, então,

3. esperar que indivíduos desconhecidos o acessem, o comentem e o compartilhem em suas redes pessoais.

Se as pessoas gostarem de seus posts, vão compartilhar ou fazer um link nos blogs delas, como merecedor de comentários e/ou atenção. Os seguidores leem seus blogs favoritos como parte de sua rotina diária de coleta de informações. Com o tempo - e a classificação correta em Categorias e *Tags* - o blog se torna um grande banco de dados e informações facilmente acessível.

É um enorme pool de pessoas altamente motivadas que utilizam todos os instrumentos para encontrar material interessante na rede virtual. Temos um exército de jornalistas-cidadãos na blogosfera!

Esses bloggers criaram seu próprio palanque em praça pública on-line. Não há qualquer obstáculo para entrar nela. Porém, é necessário filtrar informações, pois muitos blogueiros direitistas divulgam rumores e insultos de maneira totalmente selvagem e irresponsável. Devem ser sujeitos frustrados com baixa autoestima que cometem o auto engano de se considerar “iiiispiertos”. Como ninguém censura nada, a calúnia flui com liberdade total. Mas é como o spam: caem automaticamente no “lixo”.

Um novo blog é criado a cada sete segundos, de acordo com o Technorati.com, um site que rastreia esses jornais da web de fácil atualização. O Technorati diz que já existem mais de 24 milhões de blogs, e que o número está crescendo a uma taxa de cerca de 70 mil por dia e dobrando a cada cinco meses.

Este modesto blog lusófono alcançou em nove anos uma audiência respeitável para posts de um simples professor universitário. Agradeço-a com grande afeto!

[O Mito dos Mercados Racionais: Uma História de Risco, Recompensa e Decepção em Wall Street](#)

João Villaverde (Valor, 29/03/2011) escreveu boa resenha sobre o livro de Justin Fox. "*O Mito dos Mercados Racionais: Uma História de Risco, Recompensa e Decepção em Wall Street*" (Tradução de Gabriel Zide Neto. Editora Best Business, 476 p.). Vou reeditá-la abaixo.

"Há um mito, desde o fim do século XIX, que perdeu força após 1929 e voltou a ganhar evidência nos anos 1950", diz Fox. Afirma: "os mercados são capazes de encontrar respostas infalíveis". Estas beneficiariam todos os agentes: empresas, investidores e a economia como um todo.

Autor de *"O Mito dos Mercados Racionais: Uma História de Risco, Recompensa e Decepção em Wall Street"*, lançado no mês de março de 2011 pela Best Business no mercado brasileiro, Fox conversou com o Valor sobre essa "crença". Ela promoveu crises financeiras como a de 1929 e a mais recente, desencadeada em 2008.

"Os economistas parecem impelidos a acreditar que as coisas vão dar certo no mercado, encontrando inclusive explicações racionais e equações matemáticas que justifiquem a ação livre do mercado financeiro", diz Fox.

Quando a teoria veio abaixo pela primeira vez, depois que o crash da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1929, gerou a Grande Depressão nos Estados Unidos, o primeiro grande entusiasta, o economista Irving Fischer, foi à bancarrota por investimentos malfeitos. Da segunda vez, no entanto, o "grande vendedor" da teoria de mercados racionais, o Nobel de Economia de 1976, Milton Friedman, já não estava presente, pois morreu em novembro de 2006, dois anos antes da explosão da crise.

"Conversei muito com Friedman, que tinha consciência de seu papel na formação de expectativas nacionais, isto é, sabia que ele era o paladino da teoria, o economista que tornava palatável a todos a ideia de que os mercados se auto resolviam", diz Fox. Ele acredita que se Friedman estivesse vivo, hoje, teria alguma explicação "bem razoável" para a explosão da crise de 2008 - e, sim, envolveria o Estado como vilão, não como salvador do mercado.

A missão auto imposta por Fox era levantar a história do desenvolvimento das ideias. Especialmente, desejava saber por que tanta gente estudou o mercado de ações, entre os anos 1950 e os anos 1980, quando a teoria deixou o campo acadêmico e virou consenso internacional, sob os governos de Ronald Reagan, nos EUA, e de Margaret Thatcher, no Reino Unido.

Quando a Segunda Guerra Mundial acabou, em agosto de 1945, o astrofísico M.F.M. Osborne viu-se sem emprego. Até então diretor do Laboratório de Pesquisa da Marinha americana, que desenvolvia um sistema de rastreamento e destruição de submarinos rivais, Osborne passou a estudar, de forma autônoma, tudo aquilo que o desafiava como astrofísico e como matemático. Esses desafios incluíam entender a hidrodinâmica do salmão em migração e a aerodinâmica dos insetos. Aquilo o absorveu por 14 anos, quando suas conclusões sobre o novo desafio auto imposto fez tremer o debate público americano: Osborne queria entender por que os investidores compram determinadas ações e por que os preços sobem e descem sem que, por detrás desses movimentos, exista necessariamente uma explicação racional.

A equação matemática desenvolvida por Osborne, no início de 1959, quase simultaneamente ao estudo do economista Paul Samuelson em torno do

mesmo tema, serviu de sustentação para uma das mais poderosas teorias econômicas do século XX: os mercados financeiros são eficientes e racionais porque são movidos por investidores que fazem um "caminho aleatório" pelas ações, trocando uma série delas entre si, proporcionando ganhos exponenciais que, se isolados da ação governamental, fazem do mercado um ser soberano.

Esse é o mundo teórico que Justin Fox, diretor editorial do "Harvard Business Review", resolveu estudar. As dúvidas em torno do funcionamento do mercado e o comportamento dos investidores sempre foram os pontos de encontro entre os economistas e os acadêmicos de áreas diversas, como matemática e estatística. Já em 1900, o matemático francês Louis Bachelier fez do seu doutorado um estudo sobre o tema. Quando Samuelson, que ganharia o Prêmio Nobel de Economia em 1970, descobriu a tese de Bachelier, mais de 50 anos depois de concluída, os estudos sobre as ações nas universidades americanas eram a vedete do momento.

As equações de Osborne e a redescoberta de Bachelier, por parte de Samuelson, foram os primeiros passos para que, ao longo da década seguinte, diversos economistas, matemáticos, estatísticos e um astrofísico desenvolvessem um arcabouço teórico que, basicamente, concluía que o trabalho dos administradores de fundos e mesas de tesouraria não servia para nada. Nas palavras do economista Eugene Fama, da Universidade de Chicago, em 1970, os mercados eram eficientes e racionais o suficiente para prover os investidores dos mesmos ganhos que aqueles auferidos por "investidores profissionais". Para o mais destacado dos defensores da teoria dos mercados racionais, Milton Friedman, os investidores são como jogadores de sinuca: não há uma teoria que rege seus movimentos. "Eles simplesmente sabem o que fazer", escreveu em 1959.

Eram tempos em que a máxima de Jacob Marschak, de que "ser um economista implica ser um estatístico", ressoava em economistas como Fama, Samuelson e Friedman, e matemáticos, como Harry Markowitz, que, em 1952, apresentou um estudo pioneiro mostrando que os investidores sabem, por intuição, que um portfólio diversificado é mais "seguro" que uma aposta única. O entusiasmo em torno do tema era tanto que dois economistas, Kenneth Arrow e Gerard Debreu, chegaram a desenvolver um modelo (chamado de "modelo Arrow-Debreu") que provava matematicamente a existência da mão invisível do mercado, parábola criada por Adam Smith em 1776.

"Realmente queria entender por que essa crença ganhou tanta força, e mesmo hoje, depois que eventos como o crash da Bolsa em 1987 ou a explosão da bolha nas ações de empresas de internet em 2000, e o mais grave deles, a crise de 2008, continua arregimentando tantos debates", afirma Fox, para quem, no entanto, a resposta não é fácil.

Os leitores, diz ele, deram respostas divididas. Aqueles que são investidores não gostaram porque queriam encontrar uma resposta que os ajudassem nas suas apostas. Aqueles que não são investidores, mas querem ser, diz Fox, também não gostaram porque esperavam encontrar dicas de como entrar no mercado. Por outro lado, o Nobel em Economia de 2009, Paul Krugman, escreveu no "The New York Times" que o livro era obrigatório para quem quer entender o mercado financeiro, e Martin Wolf, principal colunista do "Financial Times", escreveu resenha elogiosa ao trabalho.

"Encontrei Larry Summers [principal conselheiro econômico dos governos de Bill Clinton e Barack Obama, além de sobrinho de Paul Samuelson e Kenneth Arrow] pouco antes de publicar o livro, e ele me aconselhou a colocar algumas dicas de investimentos como forma de atrair leitores", conta Fox. "Mas não se trata de dizer o que fazer, mas entender como grandes pensadores em diferentes áreas chegaram a uma ideia de que os mercados são racionais", diz ele. Acha que os tempos de Estado grande, vividos hoje, não vão durar muito.

"É curioso que, diferentemente da Grande Depressão, poucos bancos faliram, justamente porque a ação estatal foi mais rápida e incisiva. Os bancos estão maiores agora do que estavam em 2008, e os Estados estão mais endividados. Quem vai aplicar em títulos públicos, que pagam juros baixos para incentivar a economia, se o mercado de ações está lá, inclusive com empresas maiores?", pergunta o escritor.

Inequality and Instability - A Study of the World Economy Just Before the Great Crisis

A postura esquerdista de tratar o sistema bancário, onde todos nós "bancaizados" participamos, como o "inimigo do povo", não é apenas o caso da esquerda brasileira de origem cristã. Como se pode verificar logo na capa do último livro do reputado economista norte-americano James K. Galbraith, ele posou para a foto do autor no Zucotti Park, durante o acampamento promovido na praça pelo movimento Ocupe Wall Street.

Sou simpatizante da rebeldia, mas não posso deixar de considerá-la inconsequente, pois ela não entende (e é contra) o multiplicador monetário do sistema bancário! Acaba sendo reacionária ao reagir contra a evolução histórica provocada por inovações financeiras. Alia-se com gente defensora do retorno ao padrão-ouro!

Roger Lowenstein (Bloomberg Businessweek apud Valor, 08/05/12) publicou uma resenha sobre "*Inequality and Instability - A Study of the World*

Economy Just Before the Great Crisis" de autoria de James K. Galbraith (Oxford University Press, 336 p.).

“Deveríamos ficar preocupados com o fato de nos EUA 1% da população responder por 21% da renda nacional? Deveríamos ficar mais preocupados com o fato de a faixa intermediária da pirâmide social estar ficando para trás, ou o topo da pirâmide estar em disparada? Até recentemente, a maioria dos economistas ignorava essas questões. As exceções eram geralmente de tendência esquerdista, isto é, defendiam uma distribuição mais igualitária da renda.

James K. Galbraith, economista da Universidade do Texas em Austin e filho de John Kenneth Galbraith, se encaixa nesse padrão. *"Inequality and Instability"*, seu livro mais recente, é produto de anos de estudo de um campo que, diz, estava "esquecido". Ele rejeita a visão convencional de que a desigualdade é o preço justificável que a sociedade precisa pagar para ter mercados flexíveis.

Em vez disso, Galbraith culpa o setor financeiro pela disparidade de renda, o que desestabilizaria a economia. (Ele posou para a foto do autor no Zucotti Park durante o acampamento promovido na praça pelo movimento Ocupe Wall Street, no ano passado.)

Com o presidente Barack Obama propondo taxar os milionários e até mesmo os republicanos condenando Mitt Romney pelo pecado de ter ficado rico, o momento escolhido por Galbraith certamente é oportuno: a desigualdade caminha para se tornar um tema que vai definir o ano eleitoral.

Neste livro, Galbraith se propõe uma tarefa simples: determinar se a desigualdade leva a níveis maiores ou menores de crescimento para a sociedade como um todo. A resposta não é nada simples. Por exemplo, os países que são "desiguais" em termos de renda não se parecem, assim como aqueles que são desiguais em termos de gastos do consumidor. E dois trabalhadores podem ter salários equivalentes e mesmo assim ter carteiras de ações desiguais. Um tipo de desigualdade tem mais importância que o outro?

Baseando-se em uma rica variedade de dados, Galbraith imagina se as instituições democráticas promovem a igualdade e constata que, no geral, isso não acontece. Ele não rebate diretamente o argumento de que mercados flexíveis podem beneficiar a sociedade, mas apenas os declara insignificantes, vazios. Parece-lhe bastante alegar que todo aumento da desigualdade deve ser lamentado, até mesmo em Cuba, no momento em que o país sai lentamente do torpor stalinista.

Segundo Galbraith, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, na sigla em inglês) "aumentou muito a desigualdade entre o norte do México e o resto do país". Ele parece dizer que o Norte ficou mais rico. Isso é ruim? Certamente não. Uma disparidade de renda maior pode apenas refletir uma economia em transição - para melhor ou para pior. Galbraith reconhece isso quando diz que a desigualdade nos Estados Unidos caiu junto com o colapso da indústria automobilística, porque passou a haver menos empregos com salários relativamente altos. "É claro que isso não é uma boa notícia, e soa como um alerta contra a consideração de qualquer estatística de desigualdade, por si, como um indicador de bem-estar social."

Galbraith afirma que, ao contrário do que geralmente se pensa, prosperidade e igualdade andam de mãos dadas. Entre as evidências há o fato de que o nível de emprego tende a aumentar quando as diferenças salariais são comprimidas. (Não fica claro o que é causa e o que é efeito, o que é o problema desses estudos.) A Escandinávia, igualitária e próspera, é o melhor exemplo citado por Galbraith. Os Estados Unidos, onde "a prosperidade está associada ao aumento da desigualdade de renda", seriam uma exceção. Mas Galbraith desconsidera essa exceção, uma vez que a desigualdade, no caso, não está amplamente presente na sociedade: foi provocada pelos poucos que faturam em Wall Street.

"Um morador de Ohio ou da Geórgia", diz Galbraith, "apercebeu-se pouco disso diretamente." As escalas de remuneração mantinham-se relativamente estáveis. A desigualdade, diz, foi fruto da posse de ações; literalmente, acompanhou a Nasdaq. Poucos perceberam que os dois fenômenos eram, na verdade, espelhados. Ao atribuir toda a culpa ao mercado de ações, Galbraith descarta a noção, bastante comum, de que a renda vem subindo porque, em uma economia globalizada, a capacitação comanda salários melhores. Ele não vê motivo para estender-se sobre essa noção. Nem se ocupa dos advogados, professores universitários e atletas cujas rendas dispararam, independentemente do mercado.

Há poucas soluções neste livro, além do que é sugerido pela afeição de Galbraith pelo envolvimento do Estado. Ele acredita que a desigualdade varia de acordo com o nível de desenvolvimento. Assim, "todas as sociedades agrárias feudais, todas as economias tecnológicas (...) vão se parecer mais umas com as outras do que se parecem com outros países."

Isso o leva a criticar as instituições financeiras multinacionais, que ele culpa por alimentar a desigualdade no mundo. Galbraith se volta contra o projeto de unificação da Europa, que, segundo ele, coincidiu com o aumento do desemprego. Critica a "monomania antiinflacionária do Banco Central Europeu". Critica o thatcherismo, o reaganismo e o encolhimento do estado do

bem-estar social que todos esses "ismos" produziram. Critica as "políticas agressivas de juros altos (...) que começaram no início da década de 1980".

A crítica aos juros é enganosa; depois de inicialmente subirem bastante, as taxas, nos EUA e outros países, começaram a cair no início da década de 1980, e continuaram caindo no transcorrer dos excessos financeiros das últimas décadas. Mesmo assim, Galbraith dificilmente está errado ao afirmar que, com o encorajamento dos bancos centrais e outros órgãos oficiais, o setor financeiro hoje abocanha uma parcela muito maior da renda total do que antes. E essa maior financeirização das economias mundiais é, acredito eu, o "x" do problema da queixa de Galbraith.

"A desigualdade crescente", escreve, "é um sinal de alerta de que algo está errado." O que pode ser isso? Sua tese é de que a desigualdade das últimas três décadas - motivada pelo mercado de ações e o papel crescente das finanças - leva inexoravelmente à instabilidade. E o caos e a instabilidade, ou as bolhas e os "crashes", estiveram claramente em alta durante esse período. Isso Galbraith não pode tolerar. Ele compara os ciclos de negócios recentes a "ondas, em que certos setores e áreas percorrem a crista, antes de espatifar na praia", deixando vítimas inocentes em sua esteira. A destruição criativa da qual os capitalistas se orgulham é, segundo Galbraith, destruição total."

[Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza](#)

No livro *"Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza"* (tradução Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012), Daron Acemoglu e James A. Robinson defendem: "são os manifestantes de países pobres, e não a maioria dos acadêmicos e comentaristas, quem têm razão. Com efeito, o país é pobre exatamente por vir sendo governado por uma pequena elite que organizou a sociedade em função de seus próprios interesses, em detrimento da massa da população. O poder político, estritamente concentrado, vem sendo usado para gerar riqueza para aqueles que já a detêm. Quem sai perdendo é o povo, como os próprios opositores entendem muito bem".

Essa interpretação da pobreza, a interpretação popular, na verdade constitui uma explicação genérica de por que os países pobres são pobres. Seja Coreia do Norte, Serra Leoa ou Zimbábue, todos os países pobres são pobres por esse mesmo motivo. Países como o Reino Unido e os Estados Unidos enriqueceram porque seus cidadãos derrubaram as elites que controlavam o poder e criaram uma sociedade:

1. onde os direitos políticos eram distribuídos de maneira muito mais ampla,
2. na qual o governo era responsável e tinha de responder aos cidadãos e
3. onde a grande massa da população tinha condições de tirar vantagem das oportunidades econômicas.

Para compreender por que há tanta desigualdade no mundo de hoje, segundo Acemoglu e Robinson, temos de mergulhar no passado e estudar a dinâmica histórica das sociedades. A razão por que o Reino Unido é mais rico que o Egito é que, em 1688, os britânicos (ou ingleses, depois da Brexit) promoveram uma revolução que transformou a política e, por conseguinte, a economia do país. As pessoas lutaram por mais direitos políticos e os conquistaram, usando-os para expandir suas oportunidades econômicas. O resultado foi uma trajetória política e econômica essencialmente distinta, que culminaria na Revolução Industrial.

Por exemplo, a Revolução Industrial e as tecnologias por ela lançadas não se espalharam para o Egito porque este se encontrava, então, sob domínio do Império Otomano, que tratava o país mais ou menos da mesma maneira como, mais tarde, a família Mubarak. A dominação otomana no Egito encontrou seu fim nas mãos de Napoleão Bonaparte, em 1798, mas o país caiu então sob o controle do colonialismo britânico, que tinha tão pouco interesse quanto os otomanos em promover a prosperidade egípcia.

Assim, embora os egípcios tenham se livrado dos impérios otomano e britânico, e, em 1952, da própria monarquia, suas revoluções não foram como a de 1688 na Inglaterra. Em lugar de promover uma radical transformação política no país, limitaram-se a conduzir ao poder mais uma elite - no caso, uma casta de guerreiros-militares -, tão desinteressada na prosperidade dos egípcios comuns quanto os otomanos e britânicos de outrora. Em consequência, a estrutura básica da sociedade não mudou, e o Egito permaneceu pobre.

Neste livro, Acemoglu e Robinson estudam como esses padrões se reproduzem ao longo do tempo e por que às vezes são alterados, como aconteceu na Inglaterra em 1688 e na França, com a revolução de 1789 - o que nos ajudará a entender se a situação em um país pobre atual mudou e se uma revolução que depôs o ditador de plantão produziu um novo conjunto de instituições, capazes de proporcionar prosperidade ao povo.

O Brasil já atravessou “revoluções burguesas” que nada mudaram, porque seus promotores limitaram-se a tomar as rédeas daqueles que depuseram, recriando sistemas semelhantes. Com efeito, é difícil para os

cidadãos comuns adquirir poder político real e modificar a maneira como sua sociedade funciona.

Mas é possível, e veremos no livro “Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza” de autoria de Daron Acemoglu e James A. Robinson como isso aconteceu na Inglaterra, França e Estados Unidos, bem como no Japão, Botsuana e... no Brasil?! Basicamente, é uma transformação política desse gênero que se faz necessária para que uma sociedade pobre enriqueça. Há indícios de que isso esteja acontecendo no nosso País?

Reda Metwaly, um manifestante da Praça Tahrir de Cairo-Egito, durante a Primavera Árabe, observou: “Agora a gente vê muçulmanos e cristãos juntos, velhos e novos lado a lado, todos em busca dos mesmos objetivos.”

Acemoglu e Robinson afirmam: “esse movimento amplo da sociedade foi um aspecto fundamental dessas outras transformações políticas. Se compreendermos quando e por que ocorrem tais transições, estaremos em melhores condições de avaliar quando o fracasso será mais provável, como tantas vezes aconteceu no passado, e quanto podemos alimentar esperanças de que o sucesso traga benefícios para milhões de pessoas”.

Teoria da Desigualdade Mundial

Daron Acemoglu e James Robinson, no livro “*Por Que as Nações Fracassam*” propõem um rumo à formulação de uma Teoria da Desigualdade Mundial.

Vivemos em um mundo desigual. As diferenças entre as nações são análogas àquelas que separam Estados Unidos e México, ainda que em escala maior. Nos países ricos, a população é mais saudável, tem expectativa de vida mais alta e acesso muito maior à educação. Dispõe também de uma variedade de recursos e opções na vida, de férias a possibilidades de carreira, com o que nos países pobres pode-se apenas sonhar. Os habitantes dos países ricos dirigem em estradas sem crateras e desfrutam de vasos sanitários, eletricidade e água corrente em suas casas. Em geral contam também com governos que não os prendem nem assediam de maneira arbitrária - pelo contrário, prestam serviços como educação, saúde, rodovias, lei e ordem. Igualmente notável é o fato de que os cidadãos votam nas eleições e têm alguma voz nos rumos políticos tomados por sua pátria.

As grandes diferenças em termos de desigualdade mundial são evidentes para todos, mesmo aqueles, nos países pobres, a quem falta acesso à televisão ou à internet. É a percepção e a realidade dessas discrepâncias

que leva as pessoas a cruzarem ilegalmente o Rio Grande ou o Mar Mediterrâneo, em busca da possibilidade de experimentar as oportunidades e padrões de vida dos países ricos.

Tal desigualdade não tem consequências apenas para a vida dos indivíduos nos países pobres; causa também queixas e ressentimentos, com imensas consequências políticas para os Estados Unidos e outros países. Compreender as razões por que tais diferenças existem e o que as causa é o objetivo de Acemoglu e Robinson neste livro. Chegar a esse entendimento não constitui um fim em si, mas é também um primeiro passo no sentido da geração de ideias mais eficazes acerca de como melhorar a vida de bilhões que ainda vivem na pobreza.

As disparidades entre os dois lados da cerca entre México e Estados Unidos são apenas a ponta do iceberg. As diferenças entre os Estados Unidos e o México, por sua vez, são pequenas se comparadas àquelas encontradas no resto do planeta. O cidadão americano médio é 7 vezes mais rico que o mexicano médio, e 10 vezes mais que o peruano ou centro-americano; cerca de 20 vezes mais rico que o morador médio da África subsaariana e quase 40 vezes mais que os habitantes dos países africanos mais pobres, como Mali, Etiópia e Serra Leoa - e não são só os Estados Unidos.

Há um pequeno, mas crescente grupo de países ricos - situados em sua maioria na Europa e América do Norte, mas composto também por Austrália, Japão, Nova Zelândia, Cingapura, Coreia do "Sul e Taiwan - cujos cidadãos levam uma vida muito diferente daquela da população do resto do planeta.

A razão dos Estados Unidos ser muito mais rico que o México é simples: trata-se do fruto de *instituições completamente distintas* de um lado e de outro da fronteira, que geram incentivos muito diferentes para os habitantes de cada lado da fronteira. Os Estados Unidos também são muito mais ricos hoje do que o México ou o Peru graças ao modo como suas instituições, tanto econômicas quanto políticas, geram *incentivos para empresas, indivíduos e políticos*.

Cada sociedade funciona com um conjunto de regras econômicas e políticas criadas e aplicadas pelo Estado e pelos cidadãos em conjunto. As *instituições econômicas dão forma aos incentivos econômicos*: incentivos para buscar mais educação, para poupar e investir, para inovar e adotar novas tecnologias, e assim por diante.

O processo político determina a quais *instituições econômicas* as pessoas viverão submetidas. As *instituições políticas* ditam como funciona esse processo. Por exemplo, as instituições políticas de uma nação

estabelecem a capacidade dos cidadãos de controlar os políticos e influenciar seu comportamento - o que, por sua vez, define:

1. se os políticos serão agentes dos cidadãos, ainda sendo imperfeitos, ou
2. se terão a possibilidade de abusar do poder lhes confiado, ou usurpado, para fazer fortuna e agir em benefício próprio, em detrimento dos cidadãos.

As instituições políticas incluem Constituições escritas - mas não se limitam a elas - e o fato de a sociedade ser uma democracia. Compreendem o poder e a capacidade do Estado de regular e governar a sociedade. É igualmente necessário considerar de forma mais ampla os fatores determinantes de como o poder político se distribui na sociedade, sobretudo a capacidade de diferentes grupos de agir coletivamente em busca de seus objetivos ou impedir outros de atingirem os seus.

Enquanto influenciam comportamentos e incentivos na vida real, as instituições forjam o sucesso ou fracasso dos países. O talento individual é importante em todos os níveis da sociedade, mas mesmo ele requer um arcabouço institucional para converter-se em força positiva.

Figuras lendárias da indústria de tecnologia da informação foram dotados de imenso talento e ambição - mas, em última instância, responderam a incentivos. O sistema educacional americano possibilitou Gates, Jobs e outros como eles adquirirem um conjunto único de competências. Elas vieram complementar seus talentos.

As instituições econômicas dos Estados Unidos permitiram esses homens fundarem empresas com facilidade, sem para isso enfrentar obstáculos intransponíveis; essas mesmas instituições viabilizaram o financiamento de seus projetos. O mercado de trabalho americano lhes permitiu contratar pessoal qualificado. O ambiente de mercado relativamente competitivo possibilitou expandirem suas empresas e comercializarem seus produtos.

Esses empreendedores tinham a convicção, desde o começo, de os projetos dos seus sonhos terem condições de ser implementados: confiavam nas instituições e no estado de direito por elas engendrado. Nada tinham a temer em relação à segurança de seus direitos de propriedade. Por fim, as instituições políticas lhes asseguravam estabilidade e continuidade. De um lado, garantiam não haver risco de um ditador assumir o poder e mudar as regras do jogo, desapropriando-os de sua riqueza, aprisionando-os ou ameaçando sua vida e meios de subsistência.

Asseguravam também] nenhum interesse particular presente na sociedade ser capaz de abduzir o governo e impeli-lo em alguma direção desastrosa em termos econômicos. O poder político era ao mesmo tempo limitado e distribuído de maneira suficientemente ampla para possibilitar o surgimento de uma série de instituições econômicas geradoras de incentivos para a prosperidade.

Embora as instituições econômicas sejam vitais para determinar o grau de pobreza ou riqueza de dado país, a política e as instituições políticas ditam quais serão as instituições econômicas do país. Em última instância, as boas instituições econômicas dos Estados Unidos são fruto das instituições políticas. Elas emergiram gradualmente após 1619.

Sua Teoria da Desigualdade Mundial mostra:

1. como interagem as instituições políticas e econômicas, causando pobreza ou prosperidade, e
2. como cada parte do mundo acabou desenvolvendo seu próprio conjunto de instituições.

Sua breve revisão da história das Américas limitou-se a uma breve apresentação das forças configuradoras das instituições políticas e econômicas. Cada padrão institucional de hoje se encontra profundamente enraizado no passado. Quando uma sociedade se organiza de determinado modo, este tende a persistir. Esse fato se deve ao modo como as instituições políticas e econômicas interagem. São interações entre esses componentes resultantes em Sistemas Complexos com dependências de trajetórias distintas umas das outras: virtuosa ou viciosa, linear ou caótica.

Tal persistência e as forças criadoras dela explicam também por que é tão difícil extirpar a desigualdade do mundo e enriquecer os países pobres. Embora as instituições sejam a chave para as diferenças entre México e Estados Unidos, isso não implica em haver qualquer consenso no México no sentido de modificar suas instituições.

Não é necessário uma sociedade desenvolver ou adotar as instituições melhores para o crescimento econômico ou o bem-estar de seus cidadãos porque outras instituições podem ser ainda melhores para aqueles com o controle da política e das instituições políticas. Os poderosos e o restante da sociedade com frequência vão divergir quanto a quais instituições devem permanecer e quais devem ser modificadas.

Vejam, por exemplo, o caso do Congresso Nacional brasileiro: a população deseja ter apenas uma reeleição para os representantes, sem

terem benesses especiais, agirem como cidadãos comuns - e não como políticos profissionais subordinados a Poderes Dinásticos com financiamento eleitoral corrupto.

Quem se situa entre os homens mais ricos do mundo não gostaria nem um pouco de ver o desaparecimento de suas conexões políticas nem a dissolução das barreiras protetoras de seus negócios, embora o surgimento de novas empresas significasse o enriquecimento de milhões de compatriotas. Por não haver tal consenso, as regras que acabam regendo cada sociedade são definidas pela política: quem detém o poder e como esse poder pode ser exercido. Em geral, os ricos dos países emergentes têm o poder de conseguir o que querem por causa do poder de barganha de serem grandes empregadores. O poder de Bill Gates - um norte-americano situado entre os homens mais ricos do mundo - é muito mais limitado.

É por isso que a Teoria da Desigualdade Mundial, elaborada por Acemoglu e Robinson, trata:

1. não só de economia, mas também de política;
2. dos efeitos das instituições sobre o sucesso e o fracasso das nações - e, portanto, da economia da pobreza e da prosperidade;
3. como as instituições são determinadas e transformam-se ao longo do tempo e
4. como acabam tornando-se incapazes de mudar quando criam pobreza e miséria para milhões - e, portanto, da política da pobreza e da prosperidade.

Falsas Teorias da Desigualdade Mundial

No livro *“Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza”* (tradução Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012), Daron Acemoglu e James A. Robinson se concentram na explicação, não só das desigualdades mundiais, mas também de alguns dos padrões gerais mais prontamente visíveis nela encontram morada.

O primeiro país a experimentar crescimento econômico sustentado foi a Inglaterra - ou Grã-Bretanha, como é conhecida a união de Inglaterra, País de Gales e Escócia desde 1707. O crescimento despontou gradualmente na segunda metade do século XVIII, à medida que a Revolução Industrial, baseada em grandes inovações tecnológicas e sua aplicação na indústria, ia se

estabelecendo. À industrialização da Inglaterra logo se seguiria a da maior parte da Europa Ocidental e Estados Unidos.

A prosperidade inglesa não tardou a espalhar-se também pelas “colônias de povoamento” britânicas - Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Uma lista dos 30 países mais ricos hoje inclui estes que citamos mais Japão, Cingapura e Coreia do Sul. A prosperidade dos três últimos é, por sua vez, parte de um padrão mais amplo conforme o qual diversas nações do Leste Asiático, inclusive Taiwan e, posteriormente, a China, experimentaram acelerado crescimento em tempos recentes.

O segmento inferior da distribuição da renda mundial apresenta um quadro tão agudo e peculiar quanto o superior. Se, ao contrário, fizermos uma lista dos 30 países mais pobres do mundo atual, constataremos que quase todos se encontram na África subsaariana. A estes se juntam países como Afeganistão, Haiti e Nepal, que, mesmo não se situando na África, têm um elemento crítico em comum com as nações africanas, como vamos explicar.

Se voltássemos 50 anos no tempo, os 30 países mais ricos e mais pobres não seriam muito diferentes. Cingapura e Coreia do Sul não figurariam entre os mais ricos e haveria vários outros entre os 30 mais pobres, mas a situação geral que se apresentaria seria notavelmente consistente com o que vemos nos dias atuais. Voltando 100 anos, ou 150, encontraríamos praticamente os mesmos países, nos mesmos grupos.

Outro padrão interessante pode ser detectado nas Américas. Se arrolarmos os países americanos em ordem decrescente de riqueza, dos mais prósperos para os mais pobres, veremos que no topo estão Estados Unidos e Canadá, seguidos do Chile, Argentina, Brasil, México e Uruguai (e talvez também a Venezuela, dependendo do preço do petróleo); em seguida, temos Colômbia, República Dominicana, Equador e Peru. No final, há outro grupo separado, bem mais pobre, composto por Bolívia, Guatemala e Paraguai.

Se recuarmos 50 anos no tempo, encontraremos a mesma classificação. Cem anos: a mesma coisa. E novamente se voltarmos 150 anos. Portanto, não são só Estados Unidos e Canadá mais ricos que a América Latina; há também uma separação definida e persistente entre países ricos e pobres dentre os latino-americanos.

Um último padrão interessante pode ser encontrado no Oriente Médio, onde encontramos nações ricas em petróleo, como Arábia Saudita e Kuwait, cujos níveis de renda são próximos àqueles dos 30 mais ricos. Caso o preço do petróleo caia, porém, eles despencarão para o estrato inferior. Países do Oriente Médio com pouco ou nenhum petróleo, como Egito, Jordânia e Síria, aglomeram-se em torno de um nível de renda próximo ao da Guatemala ou

Peru. Sem suas reservas petrolíferas, as nações do Oriente Médio são tão pobres quanto as da América Central e dos Andes, ainda que não tanto quanto as da África subsaariana.

Apesar da grande persistência dos padrões de prosperidade observada hoje ao nosso redor, contudo, eles não são cristalizados nem imutáveis.

Em primeiro lugar, grande parte da atual desigualdade mundial remonta ao final do século XVIII, tendo nascido no rastro da Revolução Industrial. As lacunas entre os diferentes níveis de riqueza não só eram menores até meados do século XVIII, mas a ordenação, desde então, tão estável, não era a mesma. Nas Américas, por exemplo, a classificação mantida nos últimos 150 anos era completamente outra 500 anos atrás.

Em segundo lugar, diversas nações experimentaram décadas seguidas de crescimento acelerado, como boa parte do Leste Asiático da Segunda Guerra Mundial para cá e, mais recentemente, a China. E não poucas delas viram posteriormente tal tendência se inverter.

A Argentina, por exemplo, cresceu rapidamente por cinco décadas até 1920, chegando a se tornar um dos países mais ricos do mundo, mas desde então iniciou um longo declínio. A União Soviética apresentou crescimento acentuado entre 1930 e 1970, mas experimentou depois um súbito colapso.

Daron Acemoglu e James A. Robinson lançam, então, as seguintes perguntas:

1. O que explica essas diferenças significativas de grau de pobreza e prosperidade e entre padrões de crescimento?
2. Por que os países da Europa Ocidental e seus rebentos coloniais, povoados com colonos europeus, começaram a crescer no século XIX sem olhar para trás?
3. O que explica a persistência do ranking da desigualdade nas Américas?
4. O que impede a África subsaariana e o Oriente Médio de apresentarem o mesmo crescimento econômico ocorrido na Europa Ocidental, enquanto tão grande parte do Leste Asiático vem ostentando níveis de crescimento estratosféricos?

A maioria das hipóteses propostas pelos cientistas sociais para as origens da pobreza e da prosperidade não funciona. Elas se revelam incapazes de explicar, de maneira convincente, as atuais circunstâncias.

Hipótese Geográfica como Causa da Desigualdade Mundial

No livro “Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza” (tradução Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012), Daron Acemoglu e James A. Robinson criticam uma teoria muito aceita sobre as causas da desigualdade mundial: *a hipótese geográfica*.

A separação entre países ricos e pobres teria sido gerado por diferenças geográficas. Muitos países pobres, como os da África, da América Central e do Sul da Ásia, localizam-se entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio. As nações ricas, em contrapartida, tendem a situar-se nas latitudes temperadas.

Essa concentração geográfica da pobreza e da riqueza confere um apelo superficial à hipótese geográfica. Sem muita reflexão, afirma-se os habitantes dos climas tropicais tenderem a ser preguiçosos e acomodados. Não trabalhavam com empenho suficiente nem eram inovadores, motivos pelos quais eram pobres.

Essas pessoas preguiçosas tendiam a ser governadas por déspotas. A localização nos trópicos justificaria não só a pobreza, mas fenômenos políticos associados ao fracasso econômico, como regimes ditatoriais. Seria tipo “ai, que preguiça, falta de “saco” para tirar o peemdebismo do puuuder..”

Embora recentemente desmentida pelo acelerado avanço econômico de países como Cingapura, Malásia e Botsuana, ainda tem gente em defesa da teoria de determinantes climáticos da pobreza.

A moderna versão dessa tese salienta não os efeitos diretos do clima sobre a dedicação ao trabalho ou os processos mentais, mas dois outros argumentos:

1. primeiro, as doenças tropicais, sobretudo a malária, têm consequências muito adversas para a saúde e, por conseguinte, para a produtividade; e,
2. segundo os solos tropicais não permitem uma agricultura produtiva.

A conclusão, entretanto, é a mesma: os climas temperados possuem uma vantagem relativa sobre as regiões tropicais e subtropicais.

As desigualdades mundiais, todavia, não podem ser explicadas pelo clima ou doenças, nem qualquer outra versão da hipótese geográfica. O que separa, por exemplo, duas regiões vizinhas como o Norte do México e o Texas não são as condições naturais, geografia nem saúde, mas a fronteira México-Estados Unidos.

A história demonstra a inexistência de ligações simples ou duradouras entre clima ou geografia e êxito econômico. Por exemplo, não é verdade os trópicos terem sido sempre mais pobres se comparados aos países das latitudes temperadas.

Na época da conquista das Américas por Colombo a faixa ao sul do Trópico de Câncer e ao norte do de Capricórnio, que hoje compreendem México, América Central, Peru e Bolívia, continha as grandes civilizações asteca e inca - impérios politicamente centralizados e complexos, que construíram estradas e prestavam auxílio contra a fome. Os astecas, por exemplo, dispunham tanto de moeda quanto de escrita.

Em agudo contraste, nessa mesma época, as áreas ao norte e ao sul daquela habitada por esses dois povos - onde hoje se encontram Estados Unidos, Canadá, Argentina e Chile - eram habitadas basicamente por civilizações na Idade da Pedra, desprovidas de tais tecnologias. A inversão claramente nada teve a ver com a geografia, mas com o modo como se deu a colonização dessas áreas - um processo que não se restringiu às Américas.

Hipótese Climática como Causa da Desigualdade Mundial

Daron Acemoglu e James A. Robinson reconhecem: as doenças tropicais evidentemente são causa de profundo sofrimento e elevadas taxas de mortalidade infantil na África, mas não constituem a razão da pobreza africana. O adoecimento é, em grande parte, consequência da pobreza e da falta de capacidade ou vontade dos governos para tomar as medidas de saúde pública necessárias à sua erradicação.

A Inglaterra no século XIX também era um lugar bastante insalubre, mas o governo efetuou investimentos graduais no abastecimento de água limpa, no devido tratamento de esgotos e efluentes, e, por fim, em serviços de saúde eficazes. A melhoria das condições de saúde e o aumento da expectativa de vida decerto não foram as causas do êxito econômico britânico, mas um dos frutos de suas transformações políticas e econômicas prévias.

A outra parte da hipótese geográfica diz que os trópicos devem sua pobreza à intrínseca improdutividade da agricultura tropical. Os solos tropicais seriam finos e incapazes de reter nutrientes, segundo esse argumento. Enfatiza a rapidez de suas erosões pelas chuvas torrenciais.

Na verdade, o principal determinante da baixíssima produtividade agrícola em tantos países pobres, sobretudo na África subsaariana, pouco tem a ver com a qualidade do solo. Pelo contrário, é consequência da estrutura de

propriedade da terra e dos incentivos criados para os fazendeiros pelos governos e instituições sob os quais vivem.

A desigualdade mundial não pode ser explicada por diferenças na produtividade agrícola. As profundas disparidades do mundo moderno nascidas no século XIX foram causadas pela disseminação desigual das tecnologias industriais e da produção manufatureira, não por diferenças no desempenho agrícola.

Outra versão influente da *hipótese geográfica* é defendida pelo ecologista e biólogo evolutivo Jared Diamond. Para ele, a origem das desigualdades intercontinentais nos primórdios da era moderna, há 500 anos, jaz na falta de uniformidade na distribuição histórica de espécies vegetais e animais. Isso posteriormente influenciaria a produtividade agrícola.

De acordo com Diamond, as discrepâncias na disponibilidade de espécies animais (e criação de anticorpos contra seus germes) e vegetais acarretaram graus variados de exploração agrícola. Isto, por sua vez, conduziu a caminhos distintos de transformação tecnológica e prosperidade em cada continente. A densidade demográfica aumentou na Euroásia, possibilitando a especialização da mão de obra, o comércio, a urbanização e o desenvolvimento político.

Essa tese de Diamond não pode ser estendida à explicação da desigualdade no mundo moderno.

A tese de Diamond sugere que, uma vez que os incas se viram expostos a todas as espécies e tecnologias delas resultantes que não haviam sido capazes de desenvolver por conta própria, deveriam ter atingido rapidamente o padrão de vida dos espanhóis. Todavia, não foi em absoluto o que aconteceu.

Pelo contrário, nos séculos XIX e XX abriu-se uma lacuna muito maior entre as rendas de espanhóis e peruanos. Este abismo está intimamente relacionado à heterogeneidade na disseminação das modernas tecnologias industriais, mas pouco tem a ver tanto com o potencial para a domesticação de plantas e animais quanto com as diferenças intrínsecas de produtividade agrícola entre o Peru e a Espanha.

Enquanto a Espanha, embora com atraso, adotou as tecnologias do motor a vapor, ferrovias, eletricidade, mecanização e produção manufatureira, o Peru, no máximo, o fez de modo muito lento e imperfeito. Tal lacuna tecnológica persiste ainda hoje e reproduz-se em maior escala quando as novas tecnologias, sobretudo aquelas relacionadas à tecnologia da

informação, alimentam mais crescimento em muitas nações desenvolvidas e outras em acelerado desenvolvimento.

A tese de Diamond não nos diz por que essas tecnologias cruciais não se difundem e uniformizam a renda ao redor do mundo, como tampouco explica por que a margem norte do Rio Grande é tão mais rica que sua gêmea ao sul, muito embora ambas fizessem parte da mesma civilização, 500 anos atrás. Fosse quais fossem os pontos fracos dos impérios inca e asteca em 1532, Peru e México eram sem dúvida mais prósperos se comparados às regiões da América do Norte, cujos territórios vieram a ser os Estados Unidos e o Canadá.

A América do Norte tornou-se mais rica justamente por haver adotado com entusiasmo as tecnologias e avanços da Revolução Industrial. O nível educacional da população aumentou e as ferrovias se espalharam pelas grandes pradarias, em agudo contraste com o que transcorreu na América do Sul. Isso não pode ser justificado apontando-se as distintas características geográficas das Américas do Norte e do Sul - as quais, na verdade, concederiam vantagem à América do Sul.

Hipótese da Orientação dos Continentes como causa da Desigualdade Mundial

As desigualdades no mundo moderno são em grande parte fruto da falta de homogeneidade na disseminação e adoção de tecnologias. A tese de Jared Diamond de fato inclui dois argumentos importantes a esse respeito.

Por exemplo: ele defende a orientação leste-oeste (latitudes com mesma semelhança climática) da Eurásia ter possibilitado produtos agrícolas, animais e inovações se difundirem do Crescente Fértil para a Europa Ocidental. Já a orientação norte-sul (latitudes diversas com diversidade climática) das Américas justifica os sistemas de escrita (e conhecimentos de técnicas agrícolas), criados no Império Azteca, não terem se disseminado pelos Andes, América do Norte e América do Sul.

Não obstante, segundo Daron Acemoglu e James A. Robinson, a orientação dos continentes não constitui explicação para as desigualdades mundiais existentes hoje.

Consideremos a África. Embora o Deserto do Saara constituísse de fato uma barreira significativa à penetração de bens e ideias do norte na África subsaariana, não chegava a ser um obstáculo intransponível. A circunavegação dos portugueses, seguidos de outros europeus, pela costa teria eliminado as diferenças de conhecimento em um período quando as diferenças de rendimentos ainda eram ínfimas, comparadas à situação atual.

De lá para cá, a África não só não alcançou a Europa como, pelo contrário, a lacuna entre a renda da maioria dos países africanos e a dos europeus apenas se aprofundou.

Na verdade, não é esse o argumento de Diamond: barreiras ao transporte representado pelo Deserto do Saara. É sim a colonização europeia ter se dado partir da África do Sul em direção ao Norte, massacrando tribos nativas. Porém, após o Trópico do Capricórnio, na região tropical subsaariana, encontraram uma barreira intransponível: doenças tropicais. As tribos nem moravam perto de rios nem se concentravam em grandes cidades propícias a espalhar epidemias por toda a população aglomerada. Por isso, a África do Sul absorveu, antes dos demais países africanos, mais tecnologia europeia. E quando os colonizadores europeus concentraram a população africana em aglomerados urbanos, as epidemias devastaram a África subsaariana.

Então, não é justa a crítica de Acemoglu e Robinson à argumentação de Diamond: centrada na desigualdade intercontinental e não bem equipada para explicar as variações dentro dos continentes, aspecto visível da atual desigualdade mundial.

Como o próprio Diamond destaca, China e Índia tiraram imenso proveito tanto da rica diversidade da fauna e da flora quanto da orientação da Eurásia. Ainda assim, alegam os autores, a maior parte da população pobre do mundo, hoje, encontra-se nesses dois países. Eles não explicam a razão de suas muito maiores dimensões demográficas.

O ancestral selvagem do arroz estava amplamente distribuído por todo o sul e sudeste da Ásia, ao passo que os antecessores do trigo e da cevada se distribuíam ao longo de extenso território. Essas espécies ancestrais encontram-se presentes em grande parte da Eurásia, mas sua ampla distribuição sugere não haver como justificar as desigualdades nesse continente com uma teoria baseada na incidência das espécies.

A hipótese geográfica, segundo Daron Acemoglu e James A. Robinson, é incapaz de justificar as circunstâncias para a existência de qualquer padrão persistente, como a hierarquia de rendas nas Américas ou as acentuadas e duradouras diferenças entre Europa e Oriente Médio. Não pode ser explicado pela inalterabilidade da geografia.

Embora a geografia tenha permanecido a mesma, as instituições impostas pelos colonos europeus provocaram uma “inversão da fortuna” nas Américas. Dificilmente a geografia também explicaria a pobreza do Oriente Médio por motivos similares. Afinal, até a Idade Média, o Oriente Médio era dinâmico em termos tecnológicos. Depois, o legado institucional-religioso do Império Otomano manteve a região imersa em pobreza ainda hoje.

Enfim, os fatores geográficos são inúteis para explicar:

1. as diferenças vistas entre as diversas partes do mundo hoje,
2. porque muitas nações, como Japão ou China, atravessaram longos períodos de estagnação para depois encetar um processo de crescimento acelerado.

Precisamos de outra teoria melhor.

Hipótese Cultural como Causa da Desigualdade Mundial

No livro “*Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*” (tradução Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012), Daron Acemoglu e James A. Robinson criticam também outra teoria de ampla aceitação: a *hipótese cultural*. Ela correlaciona prosperidade e cultura.

A hipótese cultural, assim como a hipótese geográfica, é de linhagem distinta. Max Weber defendia a Reforma Protestante e a ética protestante dela decorrente desempenharam papel central na facilitação da ascensão da moderna sociedade industrial na Europa Ocidental. A hipótese cultural já não se baseia exclusivamente na religião, mas enfatiza igualmente outros tipos de crenças, valores e éticas.

Em decorrência, os africanos seriam pobres por serem desprovidos de uma boa ética de trabalho, insistindo em acreditar em feitiçaria e magia ou resistindo às novas tecnologias ocidentais. De maneira similar, a América Latina jamais enriquecerá devido ao caráter intrinsecamente libertino e carente de seu povo. Além disso, sofre do mal da cultura “ibérica”, a tendência a *deixar tudo para amanhã* (amanhã). Tipo: - *Ai, que tesão! Eu só quero mocotó...*

Evidentemente, muitos protestantes já acreditaram a cultura chinesa e o confucionismo serem incompatíveis com o crescimento econômico, muito embora a importância da ética de trabalho chinesa como motor do crescimento na China, Hong Kong e Cingapura seja agora alardeada.

Daron Acemoglu e James A. Robinson se perguntam: será que a hipótese cultural é útil para compreender a desigualdade mundial? Sim e não.

Sim, no sentido de que as *normas sociais*, relacionadas à cultura, exercem profunda influência e podem ser difíceis de mudar - além de, por vezes, darem sustentação às *diferenças institucionais*. Estas, segundo este

livro “Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza”, são os fatores explicativos das desigualdades mundiais.

Em sua maior parte, porém, não explica. Os aspectos culturais - religião, ética nacional, valores africanos ou latinos - não têm importância para entendermos como chegamos até aqui e por que as desigualdades do mundo persistem.

Outros aspectos, como até que ponto as pessoas confiam umas nas outras ou são capazes de colaborar, são importantes, mas constituem basicamente um *resultado das instituições*, não causas independentes.

Entre o México e os Estados Unidos, detectam-se certas diferenças marcantes de *práticas, normas e valores*. Mas elas não são causas, mas consequências da divergência entre os rumos do desenvolvimento dos dois lugares. Por exemplo, a falta de confiança dos mexicanos em cooperação mútua não surpreende, tendo-se em vista seu governo se mostrar incapaz de eliminar os cartéis de drogas ou assegurar um sistema jurídico imparcial.

Hipótese Religiosa como Causa da Desigualdade Mundial

E a ética protestante de Max Weber? Embora seja verdade que países predominantemente protestantes, como Holanda e Inglaterra, foram os primeiros grandes sucessos econômicos da Era Moderna, Daron Acemoglu e James A. Robinson, no livro “*Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*” (Rio de Janeiro: Elsevier, 2012), afirmam haver pouca ligação entre religião e prosperidade econômica.

A França, país predominantemente católico, rapidamente reproduziu o desempenho econômico dos holandeses e ingleses no século XIX. A Itália poderia ser tão próspera quanto qualquer desses países hoje caso não houvesse máfia e corrupção.

Nenhum dos sucessos econômicos do Leste Asiático guarda qualquer relação com a religião cristã. Portanto, tampouco aí a tese de uma conexão especial entre o protestantismo e o êxito econômico encontra grande respaldo.

Daron Acemoglu e James A. Robinson voltam-se, então, para uma das regiões favoritas dos entusiastas da *hipótese cultural*: o Oriente Médio, onde os países são preponderantemente islâmicos. Os que não produzem petróleo são muito pobres. Os produtores de petróleo são mais ricos, mas esse golpe de sorte pouco contribuiu para a instalação de economias modernas e diversificadas na Arábia Saudita ou Kuwait.

Esses fatos não constituem uma demonstração cabal da influência da religião? Por mais plausível que seja, esse argumento também não está correto. Sim, países como Síria e Egito são pobres e suas populações são basicamente muçulmanas. Contudo, apresentam outras peculiaridades bem mais significativas para efeitos de prosperidade.

Em primeiro lugar, todos foram províncias do Império Otomano, o que afetou intensa e adversamente o modo como se desenvolveram. Após o colapso do domínio otomano, o Oriente Médio foi absorvido pelos impérios coloniais inglês e francês, que continuaram tolhendo suas possibilidades.

Após a independência, a exemplo de boa parte do antigo mundo colonial, desenvolveram regimes políticos hierárquicos e autoritários. Deles faziam parte poucas das instituições políticas e econômicas que, como mostram Acemoglu e Robinson, são cruciais para a geração de prosperidade econômica.

Essa trajetória de desenvolvimento foi moldada, em grande parte, pela história dos domínios otomano e europeu. A relação entre religião islâmica e pobreza, no Oriente Médio, é basicamente espúria.

Talvez os fatores culturais mais importantes não estejam ligados à religião, mas a “culturas nacionais” específicas. Quem sabe a influência da *cultura inglesa* não seja importante e explique a prosperidade de países como Estados Unidos, Canadá e Austrália?

Sim, essas nações foram colônias britânicas, mas Serra Leoa e Nigéria, também. As variações de prosperidade entre as ex-colônias inglesas são tão grandes quanto entre os demais países do mundo. O legado britânico não é a causa do enriquecimento da América do Norte!

Entretanto, há ainda outra versão da hipótese cultural: serão os europeus de algum modo superiores ao restante em virtude de sua ética do trabalho, perspectiva de vida, valores judaico-cristãos ou legado romano?

Argentina e Uruguai apresentam descendentes de europeus em proporções maiores de sua população total se comparadas às do Canadá e dos Estados Unidos, mas o desempenho econômico tanto de uma quanto do outro é bastante inferior. Japão e Cingapura nunca tiveram mais que uma gota de descendentes de europeus entre seus habitantes, mas são tão abastados quanto muitas áreas da Europa Ocidental.

A China, apesar de umas tantas imperfeições em seu sistema econômico e político, tem sido o país de crescimento mais rápido nas três últimas décadas. O atual crescimento chinês nada tem a ver com os valores ou

mudanças na cultura local. Ele é fruto de um processo de transformação econômica deflagrado pelas reformas implementadas por Deng Xiaoping e seus aliados.

Porém, assim como as diferentes crenças, valores e atitudes culturais separam cidades (e países divididos por fronteiras como as Coreias do Sul e do Norte), as disparidades entre Estados Unidos e América Latina são consequências das diferenças histórico-institucionais e distintas desses lugares. Fatores culturais (como a cultura “hispanica” ou “latina”) não dão conta das divergências no seio da própria América Latina, por exemplo, por que Argentina e Chile são mais ricos que Peru e Bolívia.

Por fim, as atitudes culturais, em geral de modificação tão lenta, dificilmente responderão por si pelos milagres do crescimento no Leste Asiático e China. As instituições, embora persistentes, em determinadas circunstâncias políticas podem se transformarem rapidamente.

Hipótese da Ignorância como Causa da Desigualdade Mundial

No livro *“Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza”* (tradução Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012), Daron Acemoglu e James A. Robinson criticam uma última teoria popular para explicar por que certos países são pobres e outros ricos. É a *hipótese da ignorância*, segundo a qual a desigualdade existe no mundo porque nós e/ou nossos governantes não sabemos o que fazer para tornar ricos os países pobres!

É uma ideia defendida por não poucos economistas, inspirados pela célebre definição proposta pelo economista inglês Lionel Robbins, em 1935, segundo a qual a Economia estuda o comportamento humano como uma “relação entre os fins e meios escassos, que têm usos alternativos”. Ficamos, assim, dizem Acemoglu e Robinson, a um passo da conclusão de que a Ciência Econômica deveria enfocar o melhor uso de meios escassos para satisfazer os fins sociais.

Segundo essa doutrina liberal, a alocação de recursos em uma “economia de livre-mercado” torna-se, do ponto de vista econômico, desejável socialmente. A liberdade de mercado não passa de uma abstração para descrever aquela situação na qual todos os indivíduos e empresas têm liberdade de produzir, comprar e vender os produtos ou serviços à vontade. Se essas circunstâncias não estiverem presentes, haveria “falha do mercado”. Tais falhas constituem a base de teoria neoliberal da desigualdade no mundo, uma vez que, quanto mais elas seguirem sem solução, mais pobre o país provavelmente será.

A hipótese da ignorância sustenta: os países pobres devem sua pobreza ao excesso de falhas de mercado e ao fato de seus economistas e autoridades ignorarem como livrar-se delas, tendo dado ouvidos aos conselhos errados no passado. Já os países ricos são ricos por terem concebido políticas melhores e conseguido eliminar tais falhas.

[Fernando Nogueira da Costa: os economistas neocolonizados nos *States* se acham PhDeuses quando absorvem tal crença em seus corações e mentes!]

Seria a hipótese da ignorância capaz de explicar as desigualdades no mundo?

Será possível que os países africanos são mais pobres do que o resto do planeta porque seus líderes tendem a partir das mesmas premissas equivocadas acerca do governo de seus países, levando ao quadro de pobreza, enquanto os líderes da Europa Ocidental são mais bem informados ou orientados, o que explicaria seu relativo êxito?

Embora haja alguns exemplos famosos de líderes com adoção de políticas desastrosas por terem se enganado a respeito de suas consequências, a ignorância pode, na melhor das hipóteses, explicar no máximo uma pequena parte das desigualdades mundiais.

Nem o decepcionante desempenho de alguns países após a independência nem os inumeráveis outros casos de aparente desvario econômico podem ser atribuídos à ignorância. Afinal, se fosse ela o problema, líderes bem-intencionados logo compreenderiam quais alternativas seriam capazes de promover o aumento da renda e do bem-estar de seus cidadãos, e naturalmente as adotariam. Se fosse tão fácil, já teria havido desenvolvimento!

[Fernando Nogueira da Costa: Muitos dirigentes do Terceiro Mundo, diante de uma série de crises no balanço de pagamentos e escassez de moeda estrangeira, assinaram um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Incluía a maxidesvalorização da moeda do país, e daí um choque inflacionário e um ajuste fiscal.

O FMI, o Banco Mundial e toda a comunidade internacional pressionavam eles para implementar as reformas previstas no acordo. Embora as instituições internacionais ignorassem alegremente o fato, cada qual estava plenamente ciente das implicações daquela aposta política. A consequência imediata da desvalorização da moeda foi uma série de levantes e tumultos em seus domínios. Sofrem escalada vertiginosa até o presidente ser derrubado pelos militares ou pelos democratas. Imediatamente, a oposição tratou de reverter os efeitos maléficos da desvalorização a favor apenas dos

exportadores de *commodities* e da proteção de mercado dos industriais nacionais pouco competitivos, devido à baixa produtividade pela ausência de investimentos em tecnologia. O choque cambial transformado em um choque inflacionário corrói o poder aquisitivo popular. Assim acabou a ditadura militar no Brasil, depois de duas máxidesvalorizações cambiais do Delfim Netto, e a reação popular com a Campanha Diretas Já!]

A hipótese da ignorância distingue-se das hipóteses geográfica e cultural porque implica em uma pronta sugestão sobre como “solucionar” o problema da pobreza: se foi a ignorância a causa do subdesenvolvimento até aqui, basta contar com autoridades e governantes esclarecidos e bem informados - de preferência colonizados culturalmente pelos *States* - para sair deste lugar e, assim, “implementar” a prosperidade em todo o mundo, mediante a divulgação das orientações corretas e o convencimento dos políticos acerca do que seria uma economia de qualidade: logicamente, a defendida pelos próprios PhDeuses!

No entanto, a experiência histórica sublinha o fato de o principal obstáculo à adoção de políticas capazes de reduzir as falhas do mercado e estimular o crescimento econômico não é a ignorância das autoridades. Os verdadeiros problemas são os incentivos e as restrições impostos pelas instituições políticas e econômicas em suas sociedades.

Quando os países rompem com os padrões institucionais que os mantinham condenados à pobreza e conseguem enveredar por um caminho de crescimento econômico, não é porque seus líderes ignorantes de repente se tornaram mais bem informados ou menos egocêntricos, ou porque passaram a ser orientados por economistas melhores.

[Fernando Nogueira da Costa: viu, PIG? Não basta propagandear, cotidianamente, em suas páginas adulatórias e chapas-brancas, “o brilhantismo da nova equipe econômica” para a economia brasileira sair da depressão causada pelas mesmas políticas neoliberais de redução de tudo a uma questão de ajuste fiscal!]

Daron Acemoglu e James A. Robinson defendem que, para compreender as desigualdades do mundo, é preciso entender por que algumas sociedades são organizadas de maneiras muito ineficazes e socialmente indesejáveis. Os países, às vezes, conseguem adotar instituições eficientes e alcançar a prosperidade - mas, infelizmente, são casos raros.

A maioria dos economistas e autoridades concentra-se em “acertar”, quando o que é de fato necessário é uma explicação de onde os países pobres estão “errando”. E “erram”, basicamente, não por uma questão de ignorância ou cultura.

Os países pobres são pobres porque os detentores do poder fazem escolhas que geram pobreza. Erram, não por equívoco ou ignorância, mas de propósito.

Para entender melhor, o leitor terá de ir além da Economia e das orientações dos especialistas acerca do melhor a fazer e, em vez disso, estudar como as decisões são efetivamente tomadas, quem são seus autores e por que eles decidem fazer o que fazem. Estamos no campo da Política e dos processos políticos.

A Economia tradicionalmente ignora a Política, mas compreendê-la é crucial para explicar as desigualdades do mundo. Como observou o economista Abba Lerner, na década de 1970, “a Economia conquistou o título de Rainha das Ciências Sociais ao escolher como domínio problemas políticos já resolvidos”.

A conquista da prosperidade depende da resolução de certos problemas políticos básicos. Exatamente por partirem do pressuposto de os problemas políticos já terem sido solucionados, os economistas escolhidos pelo governante de plantão se tornam incapazes de compreender como os diferentes tipos de políticas e acordos sociais afetam os incentivos e comportamentos econômicos. Mas, para tanto, precisarão também da Política, ou seja, perceber a viabilidade política de suas decisões.

Instituições Econômicas Extrativistas e Inclusivas

No livro *“Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza”* (tradução Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012), Daron Acemoglu e James A. Robinson afirmam que os países apresentam diferenças em termos de êxito econômico em virtude de:

1. instituições distintas,
2. regras que regem o funcionamento da economia e
3. incentivos que motivam a população.

A *Teoria da Desigualdade Mundial*, elaborada por Acemoglu e Robinson, trata:

1. não só de economia, mas também de política;
2. dos efeitos das instituições sobre o sucesso e o fracasso das nações - e, portanto, da economia da pobreza e da prosperidade;

3. como as instituições são determinadas e transformam-se ao longo do tempo;
4. como acabam tornando-se incapazes de mudar quando criam pobreza e miséria para milhões - e, portanto, da política da pobreza e da prosperidade.

Instituições econômicas inclusivas são aquelas que:

1. possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades e
2. permitam aos indivíduos fazer as escolhas que bem entenderem.

Para serem *inclusivas*, as instituições econômicas devem incluir:

1. segurança da propriedade privada,
2. sistema jurídico imparcial e
3. uma gama de serviços públicos que proporcionem condições igualitárias para que as pessoas possam realizar intercâmbios e estabelecer contratos, além de
 - a. possibilitar o ingresso de novas empresas e
 - b. permitir a cada um escolher sua profissão.

O contraste entre as Coreias do Sul e do Norte, bem como entre Estados Unidos e América Latina, ilustra um princípio geral. As instituições econômicas *inclusivas* fomentam:

1. a atividade econômica,
2. o aumento da produtividade e
3. a prosperidade da economia.

Os direitos de propriedade são cruciais, uma vez que somente quem os tiver assegurados vai se dispor a investir e aumentar a produtividade. Quem acreditar que corre o risco de ter sua produção roubada, expropriada ou exageradamente tributada terá pouco incentivo para trabalhar, e muito menos para investir e inovar. E tais direitos devem estar garantidos para a maior parte da sociedade.

Instituições econômicas *inclusivas* demandam direitos de propriedade assegurados e oportunidades econômicas não só para a elite, mas para uma ampla parcela da sociedade.

O asseguramento dos serviços públicos, leis, direitos de propriedade e da liberdade de firmar contratos e relações de troca depende do Estado, instituição detentora da capacidade coerciva de:

1. impor a ordem,
2. impedir roubos e fraudes e
3. fazer valer contratos entre partes privadas.

Para ter seu bom funcionamento garantido, a sociedade requer também outros serviços públicos:

1. estradas e uma rede para o transporte de bens;
2. infraestrutura pública para que a atividade econômica tenha condições de florescer;
3. algum tipo de regulamentação básica para a prevenção de fraudes e má conduta, sobretudo por parte das autoridades.

Embora muitos dos serviços públicos possam ser prestados pelos mercados e por cidadãos particulares, o grau de coordenação necessário para seu funcionamento em larga escala, em geral, requer a intervenção de uma autoridade central. Assim, o Estado apresenta vínculos inexoráveis com as instituições econômicas, como impositor da lei e da ordem, da propriedade privada e dos contratos, e em geral como prestador fundamental de serviços públicos. As instituições econômicas inclusivas precisam do Estado e dele fazem uso.

Daron Acemoglu e James A. Robinson chamam as instituições, cujas propriedades são opostas às daquelas ditas *inclusivas*, de instituições econômicas *extrativistas*, por terem como finalidade a extração da renda e da riqueza de um segmento da sociedade para benefício de outro.

Motores de Prosperidade

No livro *“Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza”* (tradução Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012), Daron Acemoglu e James A. Robinson dizem que as instituições econômicas inclusivas criam mercados inclusivos, que não só conferem às

peças a liberdade de realizar em sua vida aquela vocação mais adequada aos seus talentos, mas também criam condições iguais para todos, capazes de lhes proporcionar oportunidade para tanto.

Quem tiver uma boa ideia terá a possibilidade de iniciar um negócio; os trabalhadores vão tender a dirigir-se às atividades em que sua produtividade seja maior; as empresas menos eficientes poderão ser substituídas por outras de maior eficácia.

Os mercados inclusivos não são meros mercados livres. Onde inexistiam os direitos de propriedade para quem não pertencesse à restrita elite de latifundiários, seus mercados estavam longe de ser inclusivos. A escravidão, de fato, era parte das instituições econômicas responsáveis pela coação sistemática da maioria da população e por privar as pessoas da possibilidade de escolher sua profissão e decidir como utilizar seus talentos.

As instituições econômicas inclusivas preparam o terreno também para dois outros motores da prosperidade:

1. tecnologia e
2. educação.

O crescimento econômico sustentado é quase sempre acompanhado de melhorias tecnológicas que permitem às pessoas (mão de obra), à terra e ao capital existente (prédios, maquinário, e assim por diante) aumentar a sua produtividade.

Voltando mais algumas gerações atrás, o know-how tecnológico e os padrões de vida eram mais retrógrados, a ponto de ser difícil para nós conceber como as pessoas em geral sobreviviam. Tais avanços são fruto da ciência e da atuação de empreendedores como Thomas Edison. Ele aplicava os princípios científicos à criação de negócios rentáveis.

Esse processo de inovação é viabilizado por instituições econômicas que:

1. estimulem a propriedade privada,
2. assegurem contratos,
3. criem condições igualitárias para todos, e
4. incentivem e possibilitem o surgimento de novas empresas, capazes de trazer as novas tecnologias à vida.

Intimamente ligados à tecnologia estão a educação, as habilidades, as competências e o know-how dos trabalhadores, adquiridos em escolas, em casa, no trabalho. Somos muito mais produtivos do que há um século, não só graças à melhor tecnologia, personificada pelas máquinas, mas também ao maior conhecimento da força de trabalho.

Nem toda a tecnologia do mundo seria de grande utilidade sem profissionais que soubessem como operá-la. Contudo, as habilidades e competências implicam mais que a mera capacidade de fazer funcionar equipamentos. São a educação e as competências da força de trabalho geradoras do conhecimento científico sobre o qual se ergue o nosso progresso. Permite a adaptação e a adoção dessas tecnologias nas mais diversas linhas de negócios.

Embora muitos dos inovadores da Revolução Industrial e depois, gente empreendedora, não tenham recebido grande educação formal, suas invenções foram muito mais simples do que a tecnologia atual. A mudança tecnológica, hoje, requer um aprendizado tanto por parte do inovador quanto do trabalhador. Aqui vemos a importância das instituições econômicas que criam uma igualdade de oportunidades.

Os Estados Unidos foram capazes de produzir, ou atrair do exterior, centenas de cientistas que fizeram descobertas fundamentais em tecnologia da informação, energia nuclear, biotecnologia e demais campos em que esses empreendedores construíram seus negócios. Há uma profusão de talentos a aproveitar porque a maioria dos adolescentes nos Estados Unidos tem acesso a quanta educação quiser ou tenha condições de acompanhar.

Imagine-se agora outra sociedade onde, por exemplo:

1. onde uma vasta parcela da população não dispõe de meios de ir à escola ou
2. onde, quando consegue ir à escola, a qualidade do ensino é lamentável, os professores não aparecem para dar aula e, mesmo que o façam, não há livros para estudar.

O baixo nível educacional dos países pobres é causado por instituições econômicas incapazes de gerar incentivos para que os pais eduquem seus filhos e instituições políticas incapazes de induzir o governo a construir, financiar e dar suporte às escolas e aos desejos dos pais e das crianças.

O preço pago por esses países pela reduzida escolaridade de sua população e inexistência de mercados inclusivos é elevado: tornam-se incapazes de mobilizar seus talentos incipientes. Contam com muitos

empreendedores em potencial, e talvez um ou dois gênios. Hoje trabalham como fazendeiros pobres e sem formação escolar, forçados a trabalhar com algo que não querem ou recrutados compulsoriamente para o serviço militar, por não terem tido jamais a oportunidade de realizar sua vocação na vida.

A capacidade das instituições econômicas de explorar o potencial dos mercados inclusivos, estimular a inovação tecnológica, investir em pessoas e mobilizar os talentos e competências de grande número de indivíduos é fundamental para o crescimento econômico. Explicar por que tantas instituições econômicas se mostram incapazes de atingir esses objetivos simples é o tema central deste livro de autoria de Acemoglu, e Robinson: “*Por Que as Nações Fracassam*”.

Instituições Políticas Extrativistas e Inclusivas

Max Weber, segundo Daron Acemoglu e James A. Robinson, forneceu a mais célebre e amplamente aceita definição de Estado, identificando-o com o “monopólio da violência legítima” na sociedade. Sem esse monopólio e o grau de centralização que ele acarreta, o Estado não tem condições de desempenhar seu papel de impositor da lei e da ordem, e muito menos prestar serviços públicos e incentivar e regulamentar a atividade econômica.

Quando o Estado se mostra incapaz de obter alguma centralização política, a sociedade, mais cedo ou mais tarde, acaba caindo no caos. Acemoglu e Robinson se referem a instituições políticas suficientemente centralizadas e pluralistas como instituições políticas inclusivas. Em caso de falha em uma dessas condições, vamos chamá-las de instituições políticas extrativistas.

Há uma forte sinergia entre as instituições econômicas e políticas. As instituições políticas extrativistas concentram poder nas mãos de uma pequena elite e impõem poucas restrições ao exercício de seu poder.

As instituições econômicas são então, em geral, estruturadas por essa elite, de modo a extorquir recursos do restante da sociedade. As instituições econômicas extrativistas, assim, naturalmente acompanham suas congêneres políticas. Com efeito, sua sobrevivência será inerentemente dependente de instituições políticas extrativistas.

As instituições políticas inclusivas tenderiam a erradicar as instituições econômicas que:

1. expropriam recursos da maioria,

2. erguem barreiras alfandegárias e
3. suprimem o funcionamento dos mercados de modo que apenas uns poucos deles se beneficiam.

Essa relação sinérgica entre instituições econômicas e políticas extrativistas engendra um arraigado círculo vicioso: as instituições políticas conferem às elites o poder político de selecionar aquelas instituições econômicas com menos restrições ou forças contrárias. Permitem também que elas estruturem as futuras instituições políticas e sua evolução. As instituições econômicas extrativistas, por sua vez, vêm enriquecer essas mesmas elites, cuja riqueza e poder econômico ajudam a consolidar seu domínio político.

Onde os colonos lograram usar seu poder político para impor uma série de instituições econômicas, estas lhes garantiu fortunas imensas, em detrimento do restante da população. Os recursos gerados por tais instituições econômicas permitiram às elites reunir exércitos e forças de segurança para defender seu monopólio absolutista do poder político. A implicação, claro, é que as instituições extrativistas, políticas e econômicas, sustentam-se mutuamente e tendem a persistir.

Porém, há mais a acrescentar acerca da sinergia entre instituições extrativistas de ambas as ordens. Quando as elites existentes são desafiadas sob as instituições políticas extrativistas e surgem recém-chegados, estes provavelmente estarão submetidos a apenas algumas restrições. Dispõem, portanto, de incentivos para manter as instituições políticas e fundar um conjunto similar de instituições econômicas.

As instituições econômicas inclusivas, por sua vez, consolidam-se sobre os fundamentos lançados por instituições políticas da mesma ordem, que asseguram a ampla distribuição de poder por toda a sociedade e restringem seu exercício arbitrário. Tais instituições políticas dificultam também a usurpação do poder e enfraquecimento dos fundamentos das instituições inclusivas por terceiros.

Os detentores do poder político não têm como usá-lo facilmente para implementar instituições econômicas extrativistas em benefício próprio. Já as instituições econômicas inclusivas geram uma distribuição mais equitativa de recursos, facilitando a persistência de instituições políticas inclusivas.

A combinação de instituições inclusivas e extrativista raramente se sustenta. Instituições econômicas extrativistas sob instituições políticas inclusivas dificilmente sobreviverão por muito tempo.

Analogamente, instituições econômicas inclusivas não têm condições de sustentar nem de ser sustentadas por instituições políticas extrativistas:

1. ou se tornam extrativistas, em favor dos interesses estritos dos detentores do poder,
2. ou a dinâmica econômica por elas gerada acaba desestabilizando as instituições políticas extrativistas, abrindo caminho para a emergência de instituições políticas inclusivas.

Instituições econômicas inclusivas também tendem a reduzir os benefícios desfrutados pelas elites ao derrubar as instituições políticas extrativistas, graças à concorrência no mercado e às restrições que as submetem aos contratos e direitos de propriedade do restante da sociedade.

As instituições econômicas e políticas, em última instância, são sempre frutos de escolhas da sociedade. Podem ser inclusivas e estimular o crescimento econômico ou extrativistas e obstaculizá-lo. Os países fracassam quando adotam instituições econômicas extrativistas, sustentadas por instituições políticas extrativistas, que impedem e até bloqueiam o crescimento econômico.

Isso significa, porém, *a escolha de instituições* - isto é, *a política institucional* - ser uma peça-chave em nossa busca de compreender as causas do êxito ou fracasso das nações. Precisamos compreender:

1. por que a política de determinadas sociedades produz instituições inclusivas que fomentam o crescimento econômico, ao passo que
2. a política da vasta maioria das sociedades ao longo da história conduziu, como conduz ainda hoje, a instituições extrativistas que vêm estorvar o crescimento econômico.

Pode parecer óbvio que seja do interesse de todos instaurar instituições econômicas capazes de promover a prosperidade. Não seria o desejo de todo cidadão, político e até ditador predatório tornar seu país o mais rico possível?

Não obstante o sucesso e o fracasso de grupos específicos, uma lição está clara: grupos poderosos em geral se opõem ao progresso econômico e aos motores da prosperidade. O crescimento econômico não é apenas um processo de mais e melhores máquinas, e mais gente com acesso a melhor educação, mas é também um processo transformador e desestabilizador, associado à destruição criativa generalizada.

O crescimento só avança, pois, se não for bloqueado pelos derrotados:

1. na esfera econômica, prevendo o fim de seus privilégios nessa área, e
2. na esfera política, temendo a erosão de seu poder nesse campo.

A lógica capaz de levar os poderosos a não desejar necessariamente implementar as instituições econômicas promotoras da riqueza aplica-se facilmente à *escolha de instituições políticas*. Em um regime absolutista, algumas elites podem exercer seu poder no sentido de impor as instituições econômicas de sua preferência. Teriam interesse em mudar as instituições políticas a fim de torná-las mais pluralistas?

Em geral, não, visto que essa opção apenas diluiria seu poder político, dificultando ou mesmo impossibilitando-as de estruturar as instituições econômicas de modo a favorecer ainda mais seus próprios interesses.

Mais uma vez, Daron Acemoglu e James A. Robinson apontam uma fonte imediata de conflito. As pessoas sofrem sob instituições econômicas extrativistas e não podem esperar de seus governantes absolutistas, voluntariamente, transformarem as instituições políticas e procederem à redistribuição do poder na sociedade. *A única maneira de mudá-las será forçar a elite a criar instituições mais pluralistas.*

É impossível prever, com qualquer grau de certeza, qual será o estado de coisas daqui a 500 anos - o que não chega a caracterizar um ponto fraco da teoria elaborada por Acemoglu e Robinson. A pesquisa histórica indica *toda abordagem baseada no determinismo histórico - a partir da geografia, cultura ou mesmo outros fatores históricos - ser inadequada*. As pequenas diferenças e a contingência não fazem parte apenas da Teoria da Desigualdade Mundial; fazem parte do desenrolar da história.

Por mais difícil que seja fazer previsões acuradas acerca de quais sociedades vão prosperar em relação às outras, vimos essa teoria explicar bastante bem as vastas diferenças na prosperidade e pobreza das nações do mundo. Ela também fornece algumas diretrizes com relação aos tipos de sociedades com maiores chances de alcançar crescimento econômico nas próximas décadas.

BIBLIOGRAFIA

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James A. *Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier; 2012.

BEATTIE, Alan. *Falsa Economia: Uma Surpreendente História Econômica do Mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; 2010.

FOX, Justin. *O Mito dos Mercados Racionais: Uma História de Risco, Recompensa e Decepção em Wall Street*. São Paulo: Editora Best Business, 2011. 476 p.

FRIEDMAN, Thomas. *O Mundo é Plano*. São Paulo: Companhia das Letras; 2014.

GALBRAITH, James K. *Inequality and Instability - A Study of the World Economy Just Before the Great Crisis*. Oxford University Press, 2012. 336 p.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Editora Campus; 1989. 675 p.

KISSINGER, Henry. *O século XXI pertence à China? Um debate sobre a grande potência asiática*. Rio de Janeiro: Elsevier; 2012.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva; 2012. 378 p.

MORAES, Reginaldo e PAULA E SILVA, Maitá. *O peso do Estado na pátria do mercado*. São Paulo: Editora Unesp; 2013. 83 p.

SEN, Amartya e KLIKSBURG, Bernardo. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras; 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.

SHIN, Wong K. *A China Explicada Para Brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Atlas; 2008. 230 p.

TREBAT, Nicholas Miller Trebat. *O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano: 1776-1860*, defendida por Rio de Janeiro: Tese de Doutorado no IE-UFRJ; 2014.

YERGIN, Daniel. *O Petróleo - Uma História Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro [The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power]*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 1080 p.

YERGIN, Daniel. *The Quest - Energy, Security and the Remaking of the Modern World*. Allen Lane; 2011. 816 p.

SOBRE O COMPILADOR

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – todos estão com edição esgotada –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018) com edição eletrônica, vários capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com mais de duzentas palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos, etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional, atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Brasil Debate e CartaMaior.

Seu blog Cultura & Cidadania, desde 22/01/2010, recebeu mais de 7,5 milhões visitas.

(<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>)